

Maura Alves de Freitas Rocha

Adjuntos e Adjunções em Fronteiras de Constituintes no Português do Brasil

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Lingüística do Instituto de
Estudos da Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas, como requisito parcial
para a obtenção do grau de Doutor em
Lingüística.

Orientador: Prof^a Dr^a Mary Aizawa Kato

Campinas, 2001

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIVERSIDADE	FE
CHAMADA	UNICAMP
	R582a
EX	
MBO BCI	53446
DOC.	124/03
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
REÇO	R\$ 11,00
DATA	20/10/03
CPD	

CM00184064-7

3 IV 290961

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

Rocha, Maura Alves de Freitas

R582a Adjuntos e adjunções nas fronteiras de constituintes no português do Brasil / Maura Alves de Freitas Rocha. - - Campinas, SP: [s.n.], 2001.

Orientador: Mary Aizawa Kato

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Sociolingüística. 2. Língua portuguesa – Sintaxe. I. Kato, Mary Aizawa. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Este exemplar e a redação final da tese
defendida por Maura Alves

de Freitas Rocha

e aprovada pela Comissão Julgadora em

03/04/2003.

x Maura

BANCA EXAMINADORA

x Maura

Prof^a. Dr^a Mary Aizawa Kato (Prof. Orientador)

Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho (USP)

Prof^a Dr^a Maria Cecília Perroni (UNICAMP)

Prof^a. Dr^a. Maria Luísa Braga (UFRJ)

Prof. Dr. Milton do Nascimento (PUCMG)

Esta tese é dedicada ao Ewerton,
pelo incentivo, carinho e amor.

AGRADECIMENTOS

É uma tarefa especialmente difícil expressar o quanto sou grata a Mary Aizawa Kato. Sei que, por mais que tentar, jamais conseguirei expressar suficientemente a profundidade de minha gratidão. Sem as sugestões sempre brilhantes e constante suporte, eu não teria terminado esta tese. Ela acreditou em mim mesmo quando eu não acreditava. Por tudo que ela fez por mim, estou profundamente agradecida.

Ao professor Dr. Ataliba Teixeira de Castilho e professora Dr^a Rosane de Andrade Berlinck pelos valiosos comentários e sugestões durante a qualificação desta tese.

À Prof^a Dr^a Eleonora Cavalcante Albano que norteou os meus primeiros passos na Unicamp.

Ao Ewerton, meu marido, a quem devo o maior suporte e incentivo para prosseguir com os estudos. Muito do tempo que nos pertencia foi utilizado na elaboração desta tese.

Aos meus colegas do Núcleo de Língua Portuguesa e Lingüística do Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, que permitiram meu afastamento para que eu pudesse realizar este curso.

À prof^a Dr^a Vânia Maria Bernardes Arruda Fernandes pelo incentivo permanente e pela revisão deste trabalho.

Ao prof. Dr. Luiz Carlos Travaglia pelo apoio e incentivo constantes.

Ao projeto NURC pela utilização de entrevistas.

À minha família, pelo carinho e apoio incondicional.

À coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de estudos.

Finalmente, agradeço a todos que, de uma maneira direta ou indireta, contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Homenagem Especial ao Prof. Dr. Fernando Luís Tarallo: professor e amigo desde o início de meus estudos. A ele devo muito do que aprendi sobre a vida em geral e sobre a vida acadêmica. Ter tido o privilégio de assistir às suas aulas e, posteriormente, ser orientada por ele na dissertação de Mestrado foi crucial para a minha formação acadêmica.

RESUMO

Este estudo compara o comportamento dos adjuntos (e adjunções) e dos preenchedores discursivos em fronteiras de constituintes do Português do Brasil, na modalidade oral e escrita, a partir da teoria X-barras e outros princípios que sustentam a Teoria Gerativa. Por adjuntos foram considerados os chamados adjuntos não-nucleares como sintagmas adverbiais e orações adverbiais, bem como os tópicos e antitópicos. Por adjunção, foi considerado o processo pelo qual os constituintes são adjungidos a uma posição X ou XP, diretamente por “merge” como, por exemplo, alguns advérbios para os quais não se assume movimento ou via movimento para os preenchedores que ocupam uma determinada posição por movimento. Neste processo foram incluídos os advérbios aspectuais, os clíticos, algumas estruturas de foco e os quantificadores flutuantes.

Como ponto de partida, foram definidos formalmente os padrões sintáticos de complementação e predicação que constituem o “fundo sintático” e explicitadas as posições, com respectivas restrições, que os diversos tipos de “preenchedores” (sintáticos e discursivos) ocupam entre as fronteiras de constituintes. Para contrapor a língua oral à língua escrita, a metodologia adotada seguiu a linha de trabalhos anteriores do Grupo de Relações Gramaticais do Português Falado (GRGPF), que optou por um tratamento quantitativo dos dados, considerando os grupos de fatores como organizadores do universo da amostra analisada. A análise desenvolvida evidenciou que a grande diferença entre língua oral e língua escrita, em relação ao preenchimento das fronteiras, repousa no percentual de preenchimento nas margens: a língua oral privilegia a margem à esquerda e a língua escrita, a margem à direita. Além disso, a distribuição dos preenchedores mostrou que os adjuntos são os preenchedores que mais ocorrem na língua escrita, ao passo que, na língua oral, ocorrem mais adjuntos e preenchedores discursivos. Finalmente, os preenchedores sintáticos e discursivos apresentaram, de modo geral, comportamento similar nas duas modalidades, diferenciando-se apenas em termos percentuais.

Palavras-chave: 1. Sociolinguística; 2. Adjunto; 3. Adjunção; 4. Relações Gramaticais; 5. “Preenchedores”.

ABSTRACT

This work compares the behavior of adjuncts (and adjunctions) and discursive “fillers” in constituent boundaries of spoken and written Brazilian Portuguese, from the perspective of X-bar theory and other principles that holds the Generative Theory. As a starting point, syntactic patterns of predication and complementation that forms the syntactic “background” were defined formally and elucidate positions, with attending restrictions, that the different kinds of “fillers” (syntactics and discursives) holds between constituent boundaries. The adjuncts examined referred only to non nuclear adjuncts such as adverbial phrases, adverbial clauses, topics and antitopics. Adjunction was understood as referring to a process which the constituent adjoins an X or XP position, directly by merge, such as adverbs that do not require movement or by movement for the “fillers” that occupy some positions by movement. This process included aspectual adverbs, clitics, some focus structures and floating quantifiers. In contrasting spoken and written language, the methodology followed previous works of the Grupo de Relações Gramaticais do Português Falado (Grammatical Relations of Spoken Portuguese Study Group) that analysed data using quantitative measures that considered the factor group as organizers of the universe sampled. The analysis showed that the major difference between spoken and written Portuguese, in terms of boundary “fillers”, is displayed by filling in the margins whereas spoken language privileges the left margin and written language privileges the right margin. In addition, filling distribution displays that adjuncts are the “fillers” that occurs primarily in written language, whereas in spoken language more adjuncts and discursive “fillers” occur. Finally, syntactic and discursive “fillers” displayed similar behavior in the two modalities, differing only in terms of percentages.

Keywords: 1. Sociolinguistics; 2. Adjunct; 3. Adjunction; 4. Grammatical Relations; 5. “Fillers”.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	011
Notas.....	018
CAPÍTULO 1: RELAÇÕES GRAMATICAIS.....	019
1.1. Argumentos e adjuntos.....	019
1.2. Predicação.....	022
1.3. Complementação.....	031
1.4. Adjuntos e adjunções.....	036
1.4.1. Múltiplos sujeitos, tópicos e adjuntos sem cabeça.....	050
1.4.2. A teoria de adjunção de Kayne 1994.....	061
1.4.3. Advérbios Aspectuais.....	064
1.5. A posição dos preenchedores.....	068
1.5.1. FronteiraX	071
1.5.2. Fronteiras adjacentes a V (X...V, V...Y e V...).....	072
1.5.2.1. Fronteira X...V.....	072
1.5.2.2. Fronteira V...Y.....	074
1.5.2.3. Fronteira V.....	074
1.5.3. Fronteira Y...Y	075
1.5.4. Fronteira Y...	077
1.6. Conclusão.	077
Notas.....	078

CAPÍTULO 2:	
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	087
2.1. Introdução.....	087
2.2. Background.....	088
2.2.1. Tarallo, Kato et alii 1989.....	088
2.2.2. Tarallo, Kato et alii 1992.....	093
2.2.3. Kato, Tarallo et alii 1993.....	098
2.2.4. Análises complementares.....	099
2.3. Material analisado.....	100
2.3.1. Diferenças metodológicas em relação ao GRGPF.....	101
2.4. O Envelope de Variação.....	104
2.5. Conclusão.....	112
Notas.....	113
CAPÍTULO 3:	
O ALGORITMO DE PREENCHIMENTO NAS FRONTEIRAS DE CONSTITUINTES.....	117
3.1. Introdução.....	118
3.2. Fronteiras de preenchimento.....	118
3.3. Preenchedores nas fronteiras de constituintes.....	131
3.3.1. Preenchedores discursivos.....	132
3.3.2. Preenchedores sintáticos.....	143
3.3.2.1. Constituintes-WH.....	144
3.3.2.2. Constituintes topicalizados x constituintes clivados.....	146
3.3.2.2.1. Constituintes topicalizados.....	150
3.3.2.2.2. Constituintes clivados.....	154
3.3.2.3. Antitópicos.....	165
3.3.2.4. Adjuntos adverbiais.....	168
3.3.2.4.1. Adjuntos que ocorrem preferencialmente nas margens.....	169

(i) Temporais e locativos.....	169
(ii) Conformativos, concessivos, comparativos, consecutivos e de finalidade.....	175
(iii) Causais e condicionais.....	176
3.3.2.4.2. Adjuntos que ocorrem adjacentes ao verbo.....	177
(i)Aspectuais.....	177
(ii)Negação.....	180
(iii)Modalizadores.....	181
(iv) Operadores de foco.....	183
(v) Modo.....	185
3.3.2.5. Clíticos.....	187
3.3.2.6. Conjunções.....	189
3.4. Preenchedores com movimento x preenchedores sem movimento.....	190
3.5. Argumentos nulos x argumentos expressos.....	192
3.6. Conclusão.....	196
Notas.....	197
CONCLUSÕES FINAIS.....	202
ANEXO	208
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	222

INTRODUÇÃO¹

Neste trabalho comparo o comportamento dos adjuntos (e adjunções) e dos preenchedores discursivos em fronteiras de constituintes na modalidade oral e escrita, considerando a Teoria X-barras e outros princípios que sustentam a Teoria Gerativa.

Para desenvolver esta análise, dois *corpora* foram utilizados: o *corpus* de língua oral constituído pelo mesmo *corpus* compartilhado pelo Projeto de Gramática do Português Falado (quinze minutos de gravações de quinze inquéritos do projeto NURC) e o *corpus* de língua escrita formado por entrevistas extraídas das revistas *Veja* e *Istoé*, diálogos extraídos de textos de Murilo Rubião e Millôr Fernandes e trechos do livro didático de Tiago Adão Lara.

Subjacente a todo o trabalho está a adoção do modelo teórico proposto por Tarallo & Kato 1989 que postula interface entre Gramática e Teoria da Variação, esgotando “as propriedades paramétricas do modelo gerativo e as possibilidades do modelo variacionista, seja para provar seu espelhamento e reflexo, seja para realinhar um modelo em função do outro”.²

Como ponto de partida, foram considerados trabalhos já realizados sobre língua oral do projeto “Relações Gramaticais no Português Falado”, pelo *Grupo de Relações Gramaticais no Português Falado* (a que me referirei doravante por

GRGPF), que se ocupou da distribuição de adjuntos e preenchedores nas fronteiras de constituintes, a saber: Tarallo, Kato et alii 1989, 1992 e Kato, Tarallo et alii 1993.³

Esta análise foi desenvolvida a partir da transcrição da fala e da escrita em duas camadas, concebidas como “fundo” e “preenchedores”: o “fundo”, de acordo com Tarallo & Kato 1993, refere-se a padrões sintáticos de complementação e predicação, ou à sintaxe dos principais constituintes, definida em termos de princípios gramaticais invariantes da Gramática Universal (UG) e grupos de propriedades subespecificadas (Parâmetros), que são fixadas durante a aquisição da linguagem por meio da exposição da criança ao ambiente. Explicitando mais, “fundo” refere-se à estrutura derivada a partir apenas da estrutura argumental dos verbos e das categorias funcionais de T(empo) e C(omplementizador)⁴. Excluem-se todos os elementos adjungidos a esses núcleos e suas projeções máximas.

Nesta perspectiva, “o fundo”, neste trabalho, foi definido como constituído pelas relações interpretadas como S V C₀ C₁ (sujeito, verbo e complementos, nos estudos do GRGPF), as quais receberão, no primeiro capítulo, um tratamento formal, ou seja, serão explicitadas em sua forma e não em sua função.

Já os elementos adjungidos aos núcleos do “fundo” e suas projeções máximas serão os “preenchedores”, de natureza sintática, que enriquecem a camada do “fundo”, ocupando as fronteiras entre os principais constituintes. Englobam o que tem sido chamado tradicionalmente de adjunto, termos não-argumentais (advérbios, alguns constituintes-wh, benefactivos e conjunções) e constituintes movidos (clíticos, constituintes-wh, quantificadores flutuantes). Serão também considerados como preenchedores, os elementos discursivos que podem desempenhar papéis variados no discurso.

É necessário observar que, embora se pudesse considerar os adjuntos como fazendo parte do fundo sintático, estes elementos foram analisados

como preenchedores em todos os trabalhos do grupo de RGPF pelas razões apresentadas abaixo:

- (i) *“estes adjuntos quebram a adjacência entre atribuidor de caso e atribuído;*
- (ii) *não fazem parte da estrutura argumental do verbo, nem são exigidos pela relação de predicação;*
- (iii) *sua inclusão no fundo sintático aumentaria indesejavelmente o número de padrões sintáticos;*
- (iv) *muitos deles parecem ter simultaneamente uma função no nível sintático e outra no nível textual/discursivo;*
- (v) *muitos podem ocorrer em uma variedade de fronteiras.”*⁵

Passo agora a definir o que está sendo considerado como adjunção e como adjunto. Por adjunção, estou considerando o processo pelo qual os constituintes são adjungidos a uma posição X ou XP, diretamente por “merge” como, por exemplo, alguns advérbios para os quais não se assume movimento ou via movimento para os preenchedores que pousam em uma determinada posição por movimento. Incluem-se nesse processo os advérbios aspectuais, os clíticos, algumas estruturas de foco e quantificadores flutuantes.

Por adjuntos, foram considerados os chamados adjuntos não-nucleares como sintagmas adverbiais e orações adverbiais, com base em noções derivadas da Gramática Tradicional, que estou supondo como sendo inseridos em algum ponto da derivação⁶. Assim também serão tratados os tópicos e os antitópicos, que parecem ocorrer na configuração estrutural da frase por meio de um processo de predicação no sentido mais amplo.

Deve-se ressaltar ainda que, embora reconhecendo a pertinência da afirmação de Marcuschi 1997:136, de que “as diferenças entre fala e escrita se dão dentro de um *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica entre dois pólos opostos”, este trabalho desenvolveu-se a partir da comparação entre textos considerados “entrevistas” na língua oral e língua escrita, sem levar em consideração as condições de produção de cada modalidade.

Este estudo tem, assim, os seguintes objetivos:

- (i) Fazer comparação entre língua escrita e língua falada, por meio da análise dos preenchedores, para investigar se a expectativa de que o algoritmo de preenchimento nas fronteiras de constituintes diferencia as duas modalidades pode ser comprovada.
- (ii) Fornecer um tratamento mais formal a “fundo” e a “preenchedor”, visando definir posições estruturais bem determinadas para os preenchedores sintáticos.
- (iii) Analisar e discutir a atuação dos “preenchedores” no português falado e escrito — a partir de uma revisão dos critérios de análise e dos fatores adotados nos trabalhos citados acima —, em função de fronteira de constituintes e natureza do “preenchedor”.

Detalhando os objetivos acima, pretendo responder às seguintes questões:

- (i) A definição formal da estrutura de “fundo” permite uma interpretação mais reveladora das restrições dos lugares e dos tipos de “preenchedores”?
- (ii) Há diferenças de preenchimento nas fronteiras de constituintes entre língua falada e língua escrita?
- (iii) Qual a relação entre fronteira de preenchimento e função do “preenchedor” nas duas modalidades quanto ao tipo de “preenchedor”?
- (iv) Que posições superficiais são ocupadas pelos diversos tipos de “preenchedores” nas duas modalidades?
- (v) É possível diferenciar fala e escrita com base na maior/menor ocorrência de “preenchedores” com movimento?

As hipóteses que nortearam a investigação a que me propus têm como suporte a hipótese mais geral de que a fala difere da escrita qualitativa e quantitativamente:

- (i) A língua falada se diferencia da língua escrita por apresentar maiores possibilidades de preenchimento nas fronteiras de constituintes; preenchimentos esses muitas vezes necessários para o planejamento de fala.
- (ii) A língua escrita apresenta maior número de argumentos explícitos do que a língua falada, porque não se apóia tanto, como a fala, no contexto situacional.

- (iii) A língua falada compensa a ausência de argumentos com maior número de preenchedores discursivos ou sintáticos, eventualmente para compensar ritmicamente a sentença.

Esta hipótese foi extraída de Kato 1999a que, ao concluir seu trabalho considera que: *“A generalização descritiva que podemos fazer a partir destes fatos é que, no nível rítmico/prosódico, o PB prefere o padrão XVY, podendo X e Y ser constituintes gramaticais ou, na sua ausência, elementos discursivos. Quanto da gramática é determinada pelos padrões rítmicos/prosódico de uma língua é o que resta determinar. Como hipótese, podemos conjecturar que o padrão rítmico/prosódico entra como um parâmetro, da mesma forma que um tipo de morfologia, não sendo, portanto, totalmente determinadora da gramática, mas tendo um papel importante de reduzir suas possibilidades.”*

- (iv) As Elocuções Formais na língua falada, por apresentarem, teoricamente, maior grau de formalidade, aproximam-se, em termos de comportamento, aos textos da língua escrita.
- (v) A língua escrita se diferencia da língua falada pelo fato de a primeira evidenciar emprego mais acentuado de estruturas com movimento do que a língua oral.

Na verdade esta hipótese é historicamente motivada, uma vez que o Português do Brasil perdeu processos sintáticos envolvendo movimento, conforme Tarallo 1983, Tarallo e Kato 1989, Duarte 1993, Torres Morais 1993, dentre outros. Deve-se observar ainda que, ao reter estruturas com movimento, a língua escrita se torna mais conservadora.

(vi) Os “preenchedores” discursivos ocorrem na escrita somente quando o autor procura simular a fala, logo devem ocorrer mais nos textos com diálogos.

É necessário salientar ainda que, neste estudo, os “preenchedores” discursivos foram utilizados apenas em um primeiro momento da análise, uma vez que um dos objetivos deste trabalho será o de dar um tratamento mais refinado aos fenômenos sintáticos.

A esta introdução seguem-se quatro capítulos. No capítulo 1, discorro sobre as estruturas sintáticas básicas que compõem o “fundo sintático”, procuro explicitar os pressupostos teóricos por meio dos quais a análise dos dados foi desenvolvida no que se refere basicamente às noções de complementação e predicação. Além disso, discorro sobre adjuntos e adjunções, apresentando análises que procuram integrar os adjuntos à teoria e procuro explicitar as posições que os diversos tipos de “preenchedores” ocupam nas fronteiras de constituintes; no segundo capítulo, apresento uma síntese dos trabalhos anteriores do GRGPF, seguida dos procedimentos metodológicos utilizados para desenvolvimento do trabalho, a saber: descrição do material utilizado, diferenças metodológicas em relação ao GRGPF, hipóteses e questões levantadas e o envelope de variação; no capítulo 3, desenvolvo a discussão e análise dos dados. Procuro mostrar que o algoritmo de preenchimento diferencia a fala da escrita e que as duas modalidades também se diferenciam em relação ao tipo de preenchedor que privilegiam. Finalmente, apresento as conclusões do trabalho.

.....

NOTAS

¹ Parte da análise deste trabalho faz parte do projeto temático de Equipe (Fapesp Processo 91/1024-1): Relações Gramaticais na Gramática do Português Falado.

² In Tarallo & Kato 1989:5.

³ A autora deste estudo teve co-autoria nesses trabalhos.

⁴ DP não está sendo considerado.

⁵ In Tarallo & Kato 1993:98. (A tradução é de minha inteira responsabilidade.)

⁶ Vide Chomsky 1993 e a noção de Transformação Generalizada.

.....

CAPÍTULO 1

RELAÇÕES GRAMATICAIIS

1.1. ARGUMENTOS E ADJUNTOS

A Gramática Gerativa é uma teoria lingüística que procura explicitar a linguagem a partir dos primitivos [+/-N] e [+/-V], (conforme Chomsky, 1970), correspondendo aos núcleos N, V, A e P, que se projetarão em categorias de igual natureza, constituindo estruturas de complementação, adjunção e predicação. Com base nesses primitivos, são postulados sistemas de princípios abstratos que determinarão as condições de boa formação em vários níveis de representação.

Na abordagem atual, a gramática é considerada um sistema modular em que as estruturas sintáticas são projetadas diretamente a partir do léxico, ou parte deste, privilegiando as estruturas argumentais em detrimento das estruturas de

“modificação”.¹ Ou seja, é uma teoria que parece se preocupar mais com estruturas de complementação e predicação (no sentido mais estrito), deixando pouco espaço para acomodar e/ou explicitar a ocorrência, dentre outros, de constituintes tradicionalmente denominados de adjuntos adverbiais, orações adverbiais, etc.

Para Pesetsky 1982, os papéis- θ e não os primitivos de seleção-c satisfazem à “condição de prioridade epistemológica”, podendo “*ser usados de maneira plausível pela criança que adquire a linguagem para construir uma análise preliminar, pré-lingüística, de uma amostra razoável de dados, e podem, portanto, fornecer a base para o desenvolvimento que vai do estado inicial ao estado firme.*”²

Em relação a esta postura, Chomsky e Lasnik 1993 consideram que

*“essa linha de raciocínio é atraente, mas não é conclusiva, dado o nosso grau de compreensão actual destas questões. Ainda que pareça correcto que os primitivos da selecção-c não possuem prioridade epistemológica, não é de modo nenhum claro que os da selecção-s possuam tal estatuto. Ainda que a criança tenha à sua disposição a noção “agente de uma acção” antes de qualquer conhecimento sintáctico, é menos claro que ela tenha à sua disposição a noção θ -teorética “agente de uma frase”. Isto é, antes de a criança saber algo acerca da sintaxe da sua língua (para além do que lhe é dado pela UG), poderá ela determinar qual é a porção da frase que constitui o agente? Para além disso, a evidência à disposição da criança consiste provavelmente em frases, e não simplesmente em verbos individuais enunciados isoladamente. Mas tais frases apresentam explicitamente propriedades de selecção-c, na medida em que contêm verbos acompanhados pelos seus complementos. Assim, a criança tem acesso simultaneamente a tipos de evidência que têm a ver tanto com a selecção-s (visto que as frases são apresentadas em contexto, assumindo que os contextos relevantes podem ser determinados) como com selecção-c. É razoável assumir que estes dois aspectos contribuem para o desenvolvimento do conhecimento.”*³

A Teoria Gerativa é, assim, uma teoria do núcleo e seus complementos. Pode-se hipotetizar então que os outros elementos que ocorrem na sentença não

recebam a mesma atenção especial dos estudiosos, talvez pelo fato de não se constituírem *prioridade epistemológica*, mas antes por não serem projeções do núcleo principal.⁴

A noção de adjunto tal como é entendida tradicionalmente parece estar para a sentença e/ou constituintes do mesmo modo que a flexão está para a palavra, na perspectiva da Gramática Clássica, ou seja, como propriedades acidentais das frases.

A afirmação de Roger Bacon (1214-94) de que “*a gramática é substancialmente a mesma em todas as línguas ainda que possa variar acidentalmente*”⁵ fornece suporte para a analogia apresentada anteriormente, bem como para perseguir a idéia da alegada prioridade epistemológica. A teoria atual, entretanto, inverte essa concepção, uma vez que as categorias funcionais determinam a forma da estrutura clausal.

Na verdade, a noção de adjunto e/ou a distinção adjunto/ argumento tem sido investigada pelos estudiosos, porque, por meio desta caracterização e/ou distinção, tem sido possível elucidar questões importantes a respeito da estrutura das línguas. Além disso, ao se trabalhar com adjunto, faz-se indispensável considerar as questões referentes à adjunção. Assim, apresento aqui a distinção entre adjunto e adjunção.

Por adjunto, estão sendo considerados os termos que especificam uma informação adicional na sentença e, segundo Lebeaux 1988:138, “são opcionalmente licenciados na Estrutura Profunda”. Caracterizam-se ainda como a contraparte dos argumentos que devem receber papel- θ e ser licenciados em estrutura profunda, quando ocorrem. Já adjunção é o resultado de uma operação que possibilita a um termo adjungir-se a outro e, nessa perspectiva, o processo de adjunção, obviamente, aplica-se a adjuntos. Além disso, alguns processos de adjunção podem deixar vestígios, ao passo que os adjuntos não o podem.

Saliento ainda que, embora a Teoria dos Princípios e Parâmetros tenha sido utilizada para explicitação das Relações Gramaticais, faço algumas (poucas) incursões no Programa Minimalista.

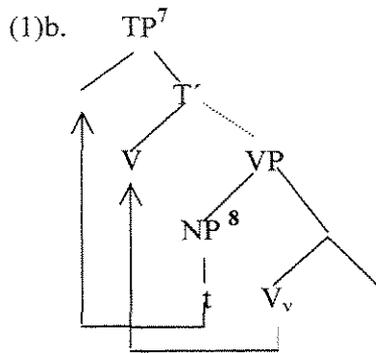
Procurarei, neste capítulo, não só definir formalmente os padrões sintáticos de complementação e predicação que constituem o que está sendo considerado como “fundo sintático”, isto é, as relações representadas em Tarallo, Kato et alii 1989 e 1993 como S V C₀ C₁ (sujeito, verbo e complementos), bem como explicitar as posições com respectivas restrições que os diversos tipos de “preenchedores” — os elementos adjungidos aos núcleos e/ou projeções máximas — ocupam entre as fronteiras de constituintes. Este capítulo visa também apresentar um estudo particular dos adjuntos, com a preocupação de integrá-los à Teoria.

1.2. PREDICAÇÃO

A relação de predicação será estabelecida, a partir da relação que o Especificador mantém com o núcleo lexical (V, A, N, P) e também com o núcleo funcional T. Isto é, nas sentenças canônicas SVO do português brasileiro, será considerado sujeito o argumento externo que ocorre na posição de especificador de VP que depois é alçado para a posição de especificador de T, onde checa caso nominativo e traços- \emptyset , conforme (1a) e estrutura simplificada em (1b), a seguir.

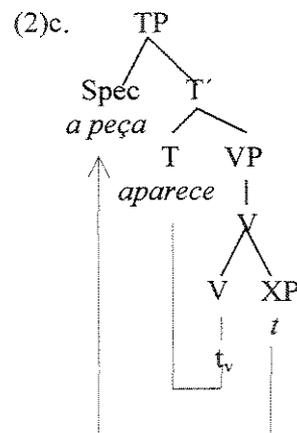
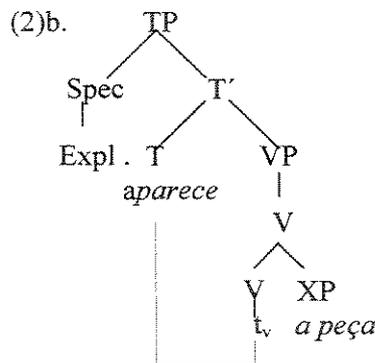
(1)a. “Eles têm uma proposta muito clara.

(ie/207)⁶



As estruturas com verbos inacusativos⁹, cujos “sujeitos” são argumentos internos do verbo, conforme (2a), serão analisadas como tais quando o sujeito estiver posposto ao verbo, isto é, o verbo será considerado como transitivo e o sujeito é um expletivo nulo, apesar de seu argumento interno poder se mover para a posição não- θ de sujeito, conforme (2b). Caso contrário, o constituinte movido para o Spec de TP, conforme (2c) será analisado como sujeito.

(2)a. “E no teatro não, né? **Aparece a peça.** (didsp/360)



A relação de predicação, no sentido estrito, caracteriza-se como o processo pelo qual o predicado se combina com o sujeito para formar uma proposição.

Rothstein 1983, por outro lado, trabalha com a distinção entre predicados primários (predicação subcategorizada) e predicados secundários (adjuntos), utilizando-se da definição a seguir:¹⁰

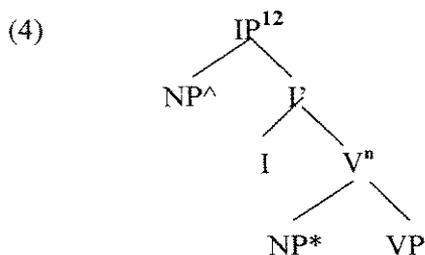
- (3) a. *X é um predicado primário de Y se e somente se X e Y formarem um constituinte que pode ser θ marcado ou [+FLEX].*
- b. *X é um predicado secundário de Y se e somente se Y for argumento de um outro núcleo lexical diferente de X e for dominado por S.*

Assim, predicados primários são predicados oracionais e predicados secundários, os predicados não-oracionais ou miniorações.

Neste trabalho, a predicação sentencial será estabelecida a partir de uma relação de cadeia entre papel temático e caso estrutural, como foi proposto por Koopman e Sportiche 1991 para o inglês ou francês, e por outros, para outros tipos de línguas como, por exemplo, Kitagawa 1986 para o japonês.

Koopman e Sportiche adotam a hipótese do sujeito interno ao VP que postula que o sujeito é gerado no interior de uma projeção máxima VP (conforme Bennis 1986, Fukui 1986, Fukui e Speas 1986, Kuroda 1986, dentre outros). Para tal, propõem (4) como a estrutura canônica da sentença, em que NP* é a posição canônica do sujeito na estrutura-D, NP[^]= (Spec, I) é a sua posição na Estrutura-S e V^{max}

representa uma projeção de V no sistema X-barra, de tal modo que se configure como uma minioração, cujo predicado é VP¹¹.



Os autores consideram que NP[^] não é uma posição-θ'. Assim, nenhum NP θ-marcado ou selecionado pode ser gerado na base neste lugar. Se um NP θ-marcado ou selecionado ocorrer em NP[^], significa que ele foi movido para lá, ou seja, quando o argumento externo aparece como Especificador de I, deve ter ocorrido alçamento. Portanto, I com tempo é uma categoria de alçamento.

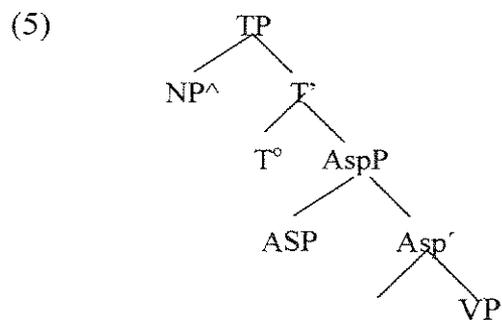
Esta proposta é considerada passível de generalização para muitas línguas (talvez a todas). As línguas seriam, então, parametrizáveis em duas classes: a) línguas da classe 1 (como Inglês, Francês...), em que o sujeito, sempre gerado na posição NP*, deve se mover para a posição NP[^]; b) línguas da classe 2 (Italiano, Galês, Japonês...), em que o sujeito, gerado na posição NP*, não é necessariamente alçado para a posição NP[^].

Para comprovar que INFL é uma categoria de alçamento, os autores investigam as propriedades do modal *will*, por considerá-lo material prototípico em INFL. Evidenciam que *will* não atribui papel temático externo e não permite como sujeito um NP licenciado por um predicado encaixado sob ele.

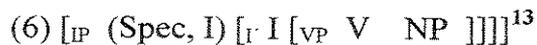
Assim, considerando que as propriedades de *will* são propriedades que diagnosticam um item de alçamento, os autores concluem que *will* é um verbo de

alçamento e, por extensão, que INFL é uma categoria de alçamento. Além disso, com base neste mesmo argumento, consideram que verbos aspectuais são também verbos de alçamento e devem ser analisados como encabeçando seus próprios VPs.

Esta análise tem como consequência a consideração de que o aspecto é determinado fora da projeção máxima do verbo, conforme (5). Isto significa que as propriedades temáticas do predicado são independentes das propriedades aspectuais da sentença em que este predicado ocorre.



Os autores mostram ainda que a estrutura proposta em (4) e reescrita em (6), ignorando AspP, é suficiente para dar conta de línguas VSO, como Galês ou Irlandês.



Nesta estrutura, o S(ujeito) é gerado como especificador de I, ao passo que V e O são gerados como parte de um constituinte no VP, excluindo S, sendo VP complemento de I. Estes fatos constituem evidência de que uma língua VSO não

pode ser gerada na base como VSO, porque V e O devem formar um constituinte que exclua S. Assim, para os autores, VSO é derivada por movimento

Observando que tais línguas são também AuxSVO, Koopman e Sportiche consideram que a estrutura VSO envolve movimento de V para a posição em que um Aux expresso ocuparia, a saber: INFL ou Comp. O movimento de V para Comp é descartado, porque se a posição C estiver ocupada, não pode ser considerada local de pouso. Em Galês e Irlandês, entretanto, a ordem VSO é observada em sentenças com complementizadores expressos. Portanto, os autores assumem que a ordem VSO é derivada por movimento de V para INFL.

A proposta de Koopman e Sportiche será utilizada neste trabalho, no que se refere à adoção da hipótese do sujeito interno ao VP. Entretanto, esta proposta não é suficiente, por exemplo, para dar conta de múltiplos sujeitos, embora a postulação do alçamento do sujeito abra caminho para se aprofundar a questão de mais de uma posição para os sujeitos.

Além disso, deve-se observar que, no PB, quando há múltiplos sujeitos, nenhum deles ocorre posposto ao verbo. Logo o segundo sujeito está sempre alçado. O que se pode considerar, então, é que o PB perdeu a ordem VSO e deixou de ser como o Português Europeu e o Espanhol que admitem sujeito interno ao VP. Análises já realizadas consideram que o que ainda ocorre no PB é a ordem VOS em que o sujeito pode ser assumido como em adjunção a VP¹⁴, ou que o sujeito se move em uma estrutura em que o sujeito é externo, conforme Zubizarreta e Kato 1999.

Deve-se ressaltar ainda que, ao sintetizar a proposta de Koopman e Sportiche, foi dito que os autores consideram I como uma categoria de alçamento. Entretanto, é necessário mencionar que trabalhos mais recentes a respeito da configuração estrutural da sentença têm apresentado análises que se diferenciam da proposta desses autores, uma vez que a categoria I recebe uma nova interpretação.

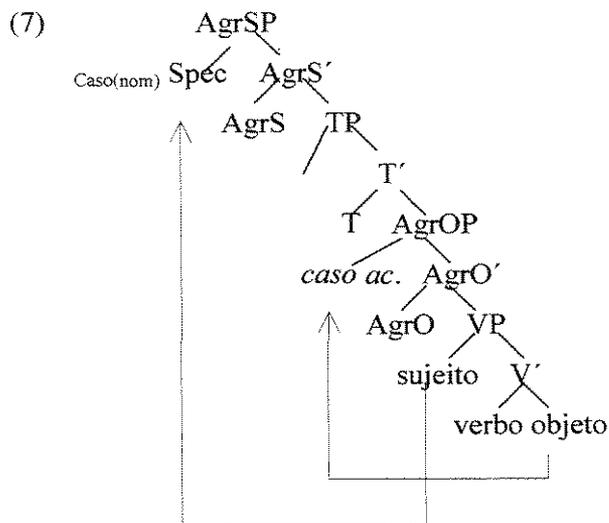
Nesse sentido, deve-se lembrar que a categoria I era considerada uma categoria que possuía os traços de tempo e concordância. Entretanto, esta categoria foi considerada problemática, pois, conforme Raposo 1992:224,

*“Existe uma assimetria relativamente estranha entre as categorias funcionais C e D por um lado, e a categoria I, por outro. A composição das categorias C e D é homogênea, no sentido de que os elementos que compõem cada uma delas pertencem a uma única classe sintática e semanticamente bem definida (a dos complementadores e a dos determinantes, respectivamente). O mesmo não se pode dizer da categoria I. Esta contém, pelo menos, elementos tão díspares como AGR e T, e muitos generativistas estariam de acordo para incluir nela outros elementos funcionais da oração como o Aspecto, Modo, etc”.*¹⁵

Assim, a direção para a qual se inclinaram os estudiosos foi no sentido de desdobrar a categoria INFL e, nesse sentido, Koopman e Sportiche, ao propor AspP foram pioneiros. Além disso, Polllock 1989 propôs o desdobramento da categoria INFL, atribuindo a seus elementos T e AGR o estatuto de núcleo funcional autônomo: os núcleos de Tempo (TP) e Concordância (AgrP). Nesta perspectiva, o DP sujeito de uma oração ocupa a posição de Especificador de AGR em Estrutura-D, sendo movido para a posição de Especificador de T.

Já os sujeitos nominativos se alçam da posição de Especificador de VP, ou mesmo a partir de uma projeção intermediária, entre TP e VP para a posição de especificador em AgrP para checar traços de caso. Considerando que a relação de concordância em foco envolve sujeitos, convencionou-se na literatura lingüística denominar o sujeito de AGR de AGRS. Além disso, do mesmo modo que se argumentou a favor do desdobramento de IP em duas diferentes projeções, argumentou-se também que VP deveria desdobrar-se em diferentes projeções contendo

uma projeção encabeçada por um constituinte de concordância do objeto, denominado AGRO.



Entretanto, no Programa Minimalista, Chomsky discute o estatuto de AGR, a partir da seguinte consideração:

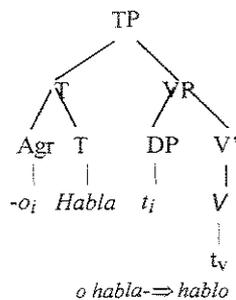
“As categorias funcionais ocupam um lugar central na concepção da linguagem que estamos a investigar, principalmente por causa da sua suposta função na verificação de traços, o processo que determina a operação Atrair/Mover. Consideramos quatro categorias funcionais: T, C, D e Agr. As três primeiras têm traços Interpretáveis, levando “instruções” para um dos níveis de interface ou para ambos. Mas esse não é o caso de Agr; Agr tem apenas traços formais -Interpretáveis. Temos assim uma evidência bastante direta para a existência de T, C e D, baseada nas relações de interface, mas não para a existência de Agr. Contrariamente às outras categorias funcionais, Agr só está presente devido a motivos internos à teoria.”¹⁶

O autor apresenta uma série de argumentos para mostrar que AGR pode ser eliminada inteiramente da UG, restringindo, assim, as categorias funcionais àquelas que apresentam propriedades intrínsecas que se manifestam nos níveis de interface¹⁷.

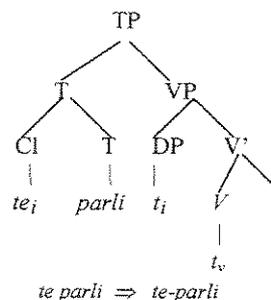
Por estas razões, será mantida, neste trabalho, a categoria funcional TP, uma vez que Tempo é uma categoria com interpretação semântica e o sujeito é alçado para a posição de especificador desta projeção. Também serão mantidos os núcleos Aspectuais.

Já as projeções Agr não serão assumidas. Mas o morfema de concordância “agr” será considerado, em línguas de sujeito nulo, um pronome preso, similar a um clítico gerado como a categoria D do argumento externo do verbo nas línguas de sujeito nulo, conforme Kato 1999a. Este é alçado como um clítico para T, onde lhe checa os traços N relevantes, não havendo, como consequência, necessidade de projetar o Espec de T. Línguas de sujeito obrigatório como o inglês e o alemão, projetariam necessariamente o especificador de T, uma vez que seu pronome pessoal é livre. As figuras abaixo apresentam o modo como são derivadas as línguas de sujeito nulo e línguas de sujeito obrigatório.¹⁸

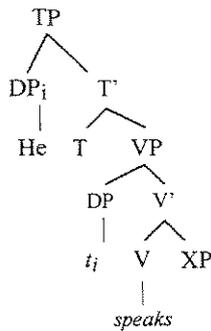
Type a. Spanish



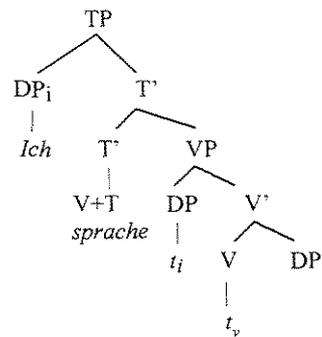
Type c. Fiorentino



Type b1. English



Type b2. German



(Apud Kato 1999b)

Voltando à questão de múltiplos sujeitos e considerando que, neste trabalho, o tópico foi considerado como adjunto preenchedor, é necessário explicitar como estes se integram à estrutura do fundo sintático. Mas deixarei para tratar o assunto dos tópicos, DE e múltiplos sujeitos na seção referente a adjuntos.

1.3. COMPLEMENTAÇÃO

A relação de complementação, a relação entre o núcleo do predicado e seus complementos, será norteadada pela noção contida na teoria que considera complemento o termo que pertence ao quadro de subcategorização do verbo. Neste quadro, o verbo pode c-selecionar obrigatoriamente um DP ou um DP+PP, ou ainda possuir um quadro de subcategorização nulo, não subcategorizando nenhum complemento.

A teoria X-barra estrutura internamente as categorias, a partir do princípio da endocentricidade que hierarquiza a categoria sintagmática e seu núcleo, com base na natureza das categorias e do princípio de ramificação binária.¹⁹

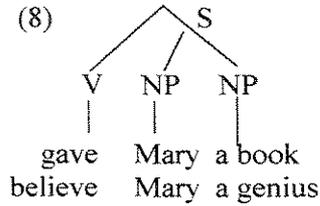
E, nessa perspectiva, predicados de três lugares sempre trouxeram problemas para os estudiosos²⁰, uma vez que a teoria ortodoxa prevê ramificação não-binária para dar conta da representação estrutural da frase. Por isso, passo, agora, a focalizar análises que investigam estruturas envolvendo verbos com múltiplos argumentos (C_0C_1)— isto é, verbos que, além do sujeito, possuem objeto direto e indireto. Na verdade, a dificuldade em caracterizar estes termos remonta à Gramática Tradicional (GT) que propõe classificações variadas, a partir de critérios variados, para o segundo complemento do verbo.²¹

A preocupação em focalizar os objetos indiretos de verbos com múltiplos argumentos justifica-se pelo fato de os objetos indiretos que são considerados “complementos” únicos do verbo, embora recebendo caso da preposição, satisfazerem às condições de ramificação binária.

O segundo elemento que ocorre em verbos com múltiplos argumentos tem recebido análises variadas que procuram estabelecer, em certos casos, uma certa simetria entre os dois complementos do verbo e as chamadas miniorações.

A extensão da noção de minioração é utilizada para estruturas similares a “give Mary a book”, nas propostas de Rouveret & Vergnaud 1980 (R&V) e Kayne 1984, cujas análises, intuitivamente, procuram dar um estatuto teórico ao segundo NP. R&V consideram que, nestas estruturas, “há uma relação entre o objeto e o PP-complemento que é muito próxima da relação sujeito-predicado”, podendo assim o PP-complemento ser denominado “predicado menor”.²²

Também Kayne 1984:134-135, ao defender a tese de que a noção de c-comando deve ser substituída pela noção de caminhos não-ambíguos, considera que, em estruturas similares a **give [Mary a book]** e **to believe [Mary a genius]**, o VP deve ter mais uma estrutura interna (em algum nível da representação que, para o autor, é FL). Nesta construção, V subcategoriza uma minioração que deve receber Caso e ser regida por V²³, conforme (8), a seguir.



Larson 1988 também procura dar um estatuto teórico ao segundo complemento do verbo, por meio da hipótese VP concha. O termo concha (no original Shell) é usado em conexão com a idéia de que “VPs compreendem duas diferentes projeções: um vp externo encabeçado por um verbo “leve” e um VP núcleo interno encabeçado por um verbo lexical. Assim, “alguns argumentos (ex. Agente) se originam dentro do vp shell externo, enquanto outros (ex: Tema) se originam dentro do VP interno núcleo.”²⁴

(9) [_{VP} Spec v' [v' e [_{VP} [_{NP} a letter [_{V'} V send [_{PP} to Mary]]]]]]²⁵

Neste estudo, serão utilizadas as propostas de R&V e Kayne que criam menos fronteiras, mas que me parecem suficientes para os propósitos da análise a ser desenvolvida. Outra motivação para a adoção desta postura repousa nos resultados de Tarallo, Kato et alii 1992 referentes à fronteira que representa a estrutura com verbos com dois argumentos e miniorações, denominada como fronteira “mais próxima à direita”. Esta fronteira apresentou um índice bastante baixo de ocorrências: 2,8% do total de amostras (77 ocorrências em 2.693).²⁶ Também se apresentou pouco permeável à ocorrência de preenchedores, uma vez que é preenchida com apenas 1% de adjuntos e 1% de adjuntos+elemento discursivo.²⁷

Assim, as estruturas de verbos com múltiplos argumentos, similares a (10) e (11), a seguir, serão analisadas como miniorações.

(10) “...aí põe [o camarão naquele refogado], rapidamente.”

(d2/poa-147)

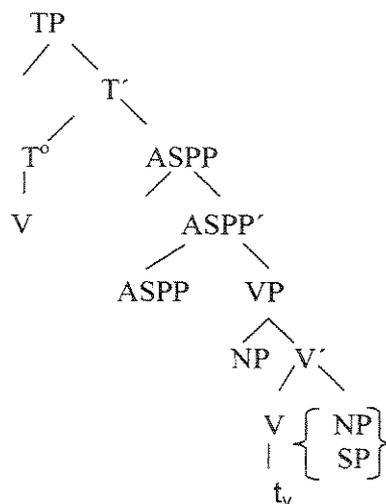
(11) “...não posso negar [ao filho a identidade do pai].”

(ml/234/36)

A partir da caracterização das estruturas de complementação e de predicação, passo agora a definir a estrutura da sentença que adotarei neste trabalho, em função das necessidades das fronteiras.

Assim, a estrutura do “fundo” sintático a ser assumida caracteriza-se como em (12a e 12b):

(12)a.

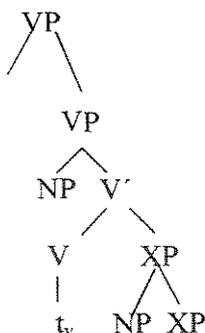


Em (12a), a categoria funcional TP está sendo utilizada, porque se considera que as sentenças são projeções de um afixo T, assumindo, portanto o estatuto de TP, cujo Spec é ocupado pelo sujeito.

A categoria AspP foi assumida em função dos argumentos apresentados por Koopman & Sportiche 1991 que têm como consequência a constatação de que as propriedades temáticas do predicado são independentes das propriedades aspectuais da sentença em que este predicado ocorre.

Em (12a) está representada também a estrutura de complementação que dá conta de verbos com dois argumentos (um externo e outro interno). Ou seja, evidencia-se a estrutura da complementação verbal no que se refere à ocorrência de apenas um complemento, seja ele direto ou indireto. Já em (12b), abaixo, tem-se a configuração que caracteriza as estruturas com miniorações e/ou verbos com múltiplos argumentos.

(12)b.



1.4. ADJUNTOS E ADJUNÇÕES

A literatura lingüística gerativista, anterior ao Programa Minimalista, tratou as adjunções como casos de *substituição* por movimento (construções-*Wh*) ou como casos de adjunção na base.

Com base nas possibilidades gerais da substituição, apresentadas em Chomsky 1986:4, a teoria do movimento considera que este caso de adjunção possui as propriedades a seguir:

- (13) “a. Não há movimento para a posição de complemento.
b. Somente X^0 pode se mover para a posição de núcleo.
c. Somente uma projeção máxima pode se mover para a posição de especificador.
d. Somente projeções mínimas e máximas (X^0 e X'')
“são visíveis” para a regra *Move- α* .”

Na substituição, os constituintes são deslocados para uma posição vazia (posição *Comp*) na Estrutura-D, que pré-existe ao movimento porque é gerada, independentemente, pelas regras categoriais da frase ($S' \rightarrow \text{Comp}$). Os movimentos por substituição obedecem à *Condição de Preservação da Estrutura*, proposta inicialmente por Emonds 1970, 1976, conforme (14).

(14) Condição de Preservação da Estrutura:

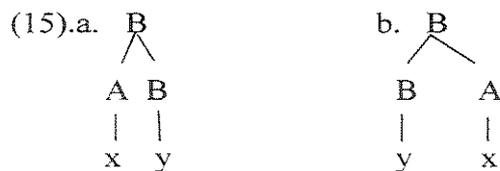
“(i) Um constituinte de categoria *XP* movido substitui necessariamente um nó vazio pré-existente gerado pelo componente categorial;

(ii) esse nó vazio é igualmente de categoria *XP*. ”²⁸

Chomsky 1995:432-433 considera que esta condição “introduz uma redundância não desejável, porque o alvo do movimento “já “lá” está de uma certa maneira, antes de a própria operação se aplicar.”²⁹ Para ele, a abordagem Minimalista resolve a redundância, ao eliminar a estrutura-D e derivar suas conseqüências das propriedades gerais de *Merge* e *Attract/Move*.

Além disso, a adjunção na base, diferentemente da substituição, não pressupõe que a categoria alvo da adjunção esteja vazia na estrutura-D. Uma adjunção é realizada sempre a uma categoria que domina material lexical *antes* desta operação.

No processo de adjunção, uma categoria *A* é adjungida a uma categoria *B*, à esquerda ou à direita, como os exemplos, a seguir:



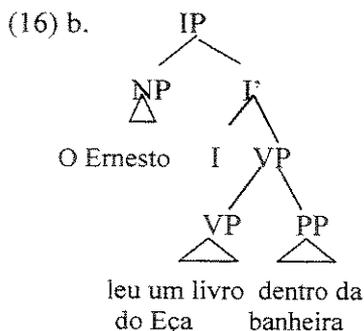
Em (15), antes da aplicação da regra, *A* e *B* são categorias independentes, mas após a aplicação da regra, tem-se uma nova categoria *B* que domina a categoria movida *A*, assim como a categoria anterior *B* que é alvo da adjunção. As estruturas acima mantêm a informação de que *x* é um constituinte do tipo *A* e *y* um constituinte do tipo *B*.

Em relação aos advérbios, é assumido geralmente que a adjunção, se houver, deve ser considerada como adjunção na base, no sentido da Teoria Padrão Estendida, isto é, ao ponto da inserção lexical, uma vez que a teoria não prevê movimento para os elementos contidos nesta categoria.

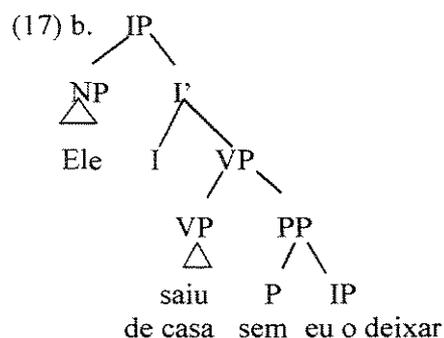
Entretanto, Raposo 1992:201-202 assume que as construções de adjunção existem na Estrutura-D e considera que tanto os advérbios de lugar e tempo, quanto as orações adverbiais, geralmente introduzidas por preposição, são candidatos plausíveis ao estatuto de adjuntos do VP, apresentando como único argumento o fato de os mesmos não serem, em geral, subcategorizados pelo verbo.

Nessa perspectiva, frases como (16a) teriam a estrutura (16b) e frases como (17a) teriam a estrutura (17b):

(16) a. O Ernesto leu um livro do Eça **dentro da banheira**.



(17)a. Ele saiu de casa **sem eu o deixar**.



A posição dos adjuntos tem sido investigada com o objetivo de explicitar não só o modo como são gerados, como também a posição dos mesmos na configuração frasal, conforme se pode observar pelos trabalhos de Zubizarreta 1982, Sportiche 1988, Lebeaux 1988, Pollock 1989 e Kayne 1984, dentre outros.

Zubizarreta 1982 preocupa-se em explicitar as relações semânticas estabelecidas pelos advérbios, procurando integrá-los, sob esta perspectiva, à teoria. Neste sentido, considera que o fato de as propriedades lexicais de um advérbio não serem sintaticamente realizadas em termos da teoria X-barra não é acidental, uma vez que os mesmos não são predicados principais, são predicados-adjuntos³⁰ que estabelecem relações de adjunto a S ou a VP.

Para analisar estas relações, a autora retoma a análise clássica de Jackendoff 1972 que classifica os advérbios em “neutros ou orientados para o falante”, “orientados para o sujeito” e “advérbios de modo, tempo e grau”. Nessa perspectiva, considera que os advérbios opcionais são encontrados sob S nas posições iniciais, finais e posição Aux e no VP em posição inicial e final.

A partir desta classificação, a autora considera que a estrutura semântica das sentenças contendo advérbios predicados-adjuntos pode ser descrita da seguinte forma:

i. Advérbios neutros ou orientados para o falante.

Estes advérbios apresentam a característica de, ao serem parafraseados³¹, ocorrerem como adjetivos predicados monádicos exigindo uma sentença encaixada.

(18) a. “**Evidently**, Frank is avoiding us”.³²

b. “It is evident that Frank is avoiding us”.

ii. Advérbios orientados para o sujeito.

Esta segunda classe caracteriza-se por, na paráfrase, os advérbios ocorrerem como um adjetivo predicado diádico, cujo complemento, no exemplo abaixo, é a oração **in pouring the milk into the pan**.

(19) a. “**Carefully**, John poured the milk into the pan”.

b. “John was careful in pouring the milk into the pan”.

iii. Advérbios de modo, grau e tempo.

Neste caso, a paráfrase, em (20b), mostra um sintagma preposicionado funcionando como base de uma sentença relativa e como sujeito de um predicado-adjunto.

(20). a. “Dave speaks **eloquently**.”

b. “The manner in which Dave speaks is eloquent.”

Os exemplos acima com suas respectivas paráfrases evidenciam as relações semânticas entre o advérbio e a sentença do seguinte modo: em (18), há uma relação semântica entre o advérbio e S ou VP; em (19), entre o advérbio e S e entre o advérbio e o sujeito; e, em (20), uma relação semântica do advérbio com o VP da sentença.

A relação entre o advérbio e S ou VP é considerada pela autora similar à relação que se estabelece entre adjetivos e NPs em construções que possuem distribuições semelhantes, conforme se pode observar em (21) abaixo:

(21) a. the beautiful painting

b. the careful speech

Esta similaridade já havia sido apontada por Jackendoff 1972, ao observar que

“parece não acidental que a posição de superfície de adjetivos em sintagmas nominais seja entre o determinante e o núcleo, de modo

paralelo à posição auxiliar de advérbios nas sentenças. Esse paralelismo em derivadas nominais e advérbios em gerúndios é surpreendente.

- (i) a. *John's rapid reading of the letter.*
b. *John's rapidly reading of the letter.*³³

Para Zubizarreta, a natureza das relações semânticas entre advérbio e S ou VP e das relações entre o adjetivo e o nome é de modificação³⁴ que, por falta de contra-evidência, obedece ao Princípio de Projeção Estendido(PPE). Entretanto, a relação de modificação é invisível para o Critério- θ , pois, conforme se pode observar em (22), a seguir, que implica (23), o argumento John exibe dois papéis temáticos: um atribuído por **roll** e outro por **voluntarily**. Por essa razão, a autora considera que os advérbios predicados-adjuntos atribuem o papel temático de **papel- θ de adjunto** em oposição ao papel- θ atribuído por núcleos lexicais: **papel- θ de argumento**³⁵.

(22) “**Voluntarily**, John rolled down the hill”.

(23) “John intended to roll down the hill and John rolled the hill.”³⁶

Para definir o nível de representação em que as relações entre adv e NP são definidos, a autora utiliza-se da diferença de comportamento dos advérbios orientados para o sujeito entre sentenças ativas e passivas. Nelas, a *habilidade(expressa em cleverly)* ou a *negligência(expressa em carelessly)* ou a *intenção(expressa em intentionally)* é atribuída ao sujeito de superfície, conforme (24, 25 e 26)³⁷.

- (24) a. “The doctor **cleverly** has examined John.
b. “John **cleverly** has been examined by the doctor”.

- (25) a. The police **carelessly** has arrested Fred.
b. Fred **carelessly** has been arrested by the police.

- (26) a. Joe **intentionally** has seduced Mary.
b. Mary **intentionally** has been seduced by Joe.

Por outro lado, advérbios de modo não exibem mudança de significado em sentenças passivas, atribuindo modo ao sujeito na ativa ou ao agente na passiva, conforme (27, 28 e 29).

- (27) a. The doctor examined John **carefully**.
b. John was examined **carefully** by the doctor.

- (28) a. The police arrested Fred **carelessly**.
b. Fred was arrested **carelessly** by the police.

- (29) a. Joe seduced Mary **intentionally**.
b. Mary was seduced by Joe **intentionally**.

Para Zubizarreta, estes dados constituem evidência de que a relação Adv-NP não é definida em todos os níveis de representação. Esta relação é estabelecida na Estrutura Superficial e/ou na Forma Lógica. Mas, se a relação se dá

nestes dois níveis, por extensão deveria ocorrer também em Estrutura Profunda. Como isto não acontece, a autora considera que um advérbio predicado-adjunto atribui papel- θ somente na Forma Lógica.

Além disso, a relação semântica entre o advérbio e um argumento da sentença é evidenciada pelo fato de advérbios como *carelessly*, *intentionally* e *voluntarily* imporem restrições seletivas a seus argumentos, conforme (30). Isto significa que devem, obrigatoriamente, selecionar um argumento que possa exibir um papel- θ .

- (30) a. ***Intentionally/voluntarily**, the rock rolled down the hill.
b. * The boat sank **carefully/carelessly**.

A partir destas evidências, a autora postula o critério de boa formação de papéis- θ de adjuntos:

(31) Critério- θ para adjuntos³⁸

“Um papel- θ de adjunto deve ser combinado com um papel- θ de argumento”.

Como se pode perceber por meio da síntese de parte do trabalho de Zubizarreta, dois tipos de relações semânticas são estabelecidas pela autora: (i) relações de modificação e (ii) relações- θ de adjunto. As primeiras são definidas por meio da configuração sintática, apresentada na nota 34, em que a relação de

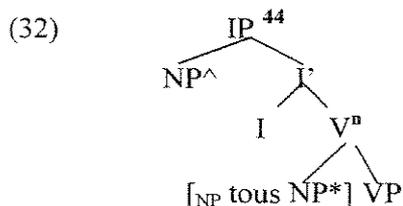
modificação é uma relação de não-núcleo de γ para uma projeção do núcleo de γ , ao contrário da relação- θ de argumento que se caracteriza por ser uma relação de núcleo de γ ao não-núcleo de γ . Já as relações- θ de adjunto são definidas por meio da postulação do Critério- θ para adjuntos.

Subjacente ao trabalho de Zubizarreta, está a preocupação em explicitar o aspecto semântico dos adjuntos e, para isto, toda a sustentação da análise repousa na adequação/releitura de Princípios cruciais para a teoria³⁹, a saber: o Critério- θ e o Princípio de Projeção Estendida. Além disso, as relações estabelecidas pelos adjuntos são consideradas visíveis apenas na Forma Lógica, o que leva à indagação de como estas relações são adquiridas se a criança não possui acesso direto às representações-LF das sentenças⁴⁰ e não lhe são apresentadas evidências em outros níveis de representação.

Seguindo esta linha de raciocínio, é-se levado a admitir que tais relações são aprendidas mais tarde, o que parece colaborar para confirmar a prioridade epistemológica do critério- θ na Teoria Gerativa.

Embora procurando integrar os adjuntos à teoria e definir o nível de representação em que estes são inseridos, o trabalho de Zubizarreta não fornece suporte para responder à questão que norteia o meu trabalho, a saber: que fronteiras os diferentes advérbios ocupam nas fronteiras de constituintes?

Em outra perspectiva, Sportiche 1998 também procura esta integração, privilegiando, entretanto, a forma de inserção dos adjuntos na estrutura sintática. Em seu estudo sobre os Quantificadores Flutuantes⁴¹ e a partir da alegada similaridade entre Qs e advérbios — ambos podem ocorrer entre I e VP, conforme (32 e 33)⁴² —, o autor investiga a distribuição dos advérbios, utilizando-se também dos estudos de Jackendoff 1972, e procura evidenciar a que classe de advérbios Q pertence⁴³.



(33) John will probably leave⁴⁵

Conforme o autor, a aproximação de Q a qualquer um dos advérbios — de modo, de sentença e orientados para o sujeito — possibilita uma explicação descritivamente adequada. Entretanto, falta responder porque advérbios ocorrem onde ocorrem, dada a variedade de posições em que os mesmos podem ocorrer. Além disso, sob a perspectiva da modificação, os advérbios de sentença, por exemplo, parecem modificar um constituinte igual ou maior que IP.

Com base nestas questões, o autor postula o Princípio da Projeção da Adjunção, considerando que o mesmo estabelece conexão direta entre o significado lexical de modificadores e a configuração sintática em que ocorrem. Assim, este Princípio possibilita posições virtuais para modificadores que podem ou não ser atualizadas, respeitando-se princípios outros da teoria.

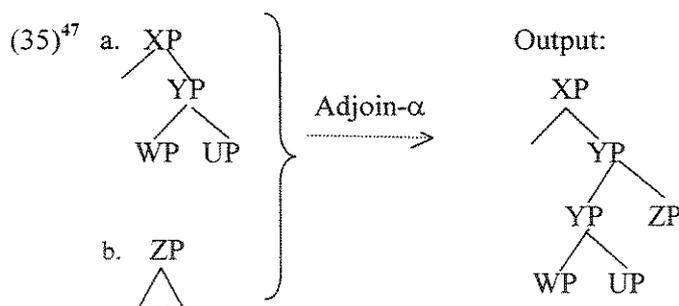
(34) Princípio da Projeção de Adjunção

“Se algum tipo semântico X “modifica” algum tipo semântico Y, e X e Y são sintaticamente realizados como a e b, a é projetado como adjacente ou a b ou ao núcleo de b.”

A justificativa para a postulação deste Princípio repousa na necessidade de haver uma maneira sistematizada de inserir não-argumentos na estrutura frasal. Estes não-argumentos poderiam, assim, ser considerados como fazendo parte do aparato do aprendiz da linguagem para a projeção de estruturas sintáticas.

De fato, o Princípio de Predicação, por exemplo, não alcança todas as estruturas de modificação, ficando as mesmas sem explicitação em relação a sua inserção na configuração sintática e, ao procurar dar conta da assimetria argumento/não-argumento, Sportiche procura dar um estatuto teórico à ocorrência de não-argumentos. Entretanto, diferentemente de Zubizarreta, não se preocupa em definir o nível de representação no qual os adjuntos são inseridos.

Esta definição é investigada por Lebeaux 1988 em uma abordagem derivacional. O autor discute a distinção argumento/adjunto, considerando que os adjuntos não necessitam estar presentes na base, podendo ser adicionados mais tarde, justamente por não obedecerem ao Princípio de Projeção. Assim, os adjuntos são derivados por meio da regra “*Adjoin- α* ”⁴⁶ que “toma duas estruturas arbóreas e adjunge a segunda à primeira, copiando o nó para adjungi-lo à estrutura”, do seguinte modo:



Ao considerar que a regra de derivação dos adjuntos pode ser aplicada mais tarde, por não obedecer ao PPE, Lebeaux confirma o que já foi mencionado anteriormente a respeito da prioridade epistemológica quanto a questões referentes ao processo de aquisição, ou seja: parecem ser adquiridos mais tarde.

A proposta de Lebeaux é interessante, uma vez que parece resolver os problemas apresentados por Zubizarreta no que se refere ao fato de as relações estabelecidas pelos adjuntos serem consideradas visíveis apenas na Forma Lógica. Convém lembrar que a questão levantada pela autora se centra no fato de a relação advérbio NP se dar na Estrutura de Superfície e/ou na Forma Lógica e não ocorrer na Estrutura Profunda. Entretanto, esta questão não é pertinente, pois, conforme bem o mostra Lebeaux, o Princípio de Projeção não se aplica aos adjuntos.

Além destes trabalhos que procuram integrar os adjuntos à teoria, explicitando as relações semânticas por eles estabelecidas seja sob a forma de inserção na estrutura sintática, seja sob o lugar de sua interpretação, é necessário dar destaque ao trabalho de Pollock 1989 que assume que os advérbios ocupam uma posição fixa na sentença, a partir do pressuposto de que não há movimento de advérbios.

Ao analisar a sintaxe do verbo, o autor mostra que as diferenças entre Inglês e Francês se devem à *opacidade* de Agr em Inglês e à *transparência* de Agr em Francês que acarretam a possibilidade/ impossibilidade de movimento sintático do verbo para a posição de núcleo de IP, em sentenças finitas.

Nesta perspectiva, o valor paramétrico positivo ou negativo do movimento do verbo para I é que explica a posição que o verbo e constituintes como advérbio, negação, clítico e quantificadores ocupam na sentença: em Inglês não pode ocorrer advérbio entre o sujeito e o verbo porque o verbo não se move; já em Francês o verbo se move para I, conforme os exemplos a seguir.

(36)a. [IP *Les hommes* [_{I'} *embrasse* + *nt* [_{VP} *souvent* [_{VP} *t_v* *Marie*]]]]⁴⁸

b. [IP *The boy* [_{I'} *t_i* [_{VP} *often* [_{VP} *kiss* + *es* *Mary*]]]]

A partir desta constatação, o autor argumenta que, em Francês, o verbo lexical pode se mover, ao passo que em Inglês apenas os verbos *have* e *be* se movem. Esta diferença explica porque os advérbios, embora fixos na sentença, podem ocupar, em Francês, mais posições do que em Inglês.

Entretanto, apesar da repercussão deste trabalho, vou assumir a tese de Lebeaux que parte do pressuposto de que as relações de predicação e complementação têm prioridade epistemológica.

Pelos trabalhos apresentados, pode-se perceber que, subjacente à discussão sobre o nível em que os adjuntos são inseridos na representação estrutural, está a preocupação em integrá-los à teoria. Entretanto, não há a preocupação em explicitar os locais em que os mesmos são inseridos na configuração estrutural da sentença.

Neste trabalho estarei assumindo que os adjuntos se inserem na estrutura da sentença em algum ponto da derivação. Esta inserção pode se dar tanto via movimento, como por “*merge*” diretamente, sem movimento.

Antes de passar adiante, é oportuno ressaltar que, embora os adjuntos ocupem lugar periférico na teoria, a investigação do comportamento dos mesmos tem possibilitado descrições cada vez mais satisfatórias da estrutura mesma do “fundo” sintático e das diferenças entre as línguas, como se pode perceber pelos

estudos de Pollock 1989 e ainda por trabalhos que tratam da assimetria e extração de complemento e de adjunto.

1.4.1. MÚLTIPLOS SUJEITOS, TÓPICOS E ADJUNTOS SEM CABEÇA

Vários autores têm procurado definir a posição adequada do tópico na sentença, dentre eles, Rizzi 1995, Raposo 1996 e Figueiredo Silva 1996.

Ao investigar a periferia à esquerda da sentença, Rizzi analisa detalhadamente o tópico, mostrando que a posição do mesmo corresponde a duas projeções funcionais recursivas situadas em cada lado do FocusP. O autor propõe a estrutura em (37), a seguir, em que ForceP hospeda operadores relativos e complementizadores encaixados e FocusP hospeda operadores Wh e elementos movidos por Foco.

(37) [ForceP [TopicP[FocusP[TopicP[FinitudeP[IP]]]]]]]

Em relação a esta proposta, De Cat 2000 argumenta contra a postulação de projeções funcionais hospedando elementos como Tópico. A partir de dados espontâneos do Francês Falado não-marcado (da Bélgica, Canadá e França), a autora mostra que um modelo rígido da periferia à esquerda não dá conta destes dados. Por exemplo, em (38), o elemento periférico ocorre em posição mais alta que o complementizador encaixado. Entretanto, na análise de Rizzi, ForceP tem de ser a projeção mais alta da sentença encaixada porque necessita combinar exigências de seleção do verbo principal. Um tópico nesta posição deveria ser impossível.

(38) Tu sais, *moi*, Parrain, que j'ai des bobos, *moi*?

A proposta de Rizzi também não contempla a seqüência em (ii), em que ocorre um tópico entre o operador relativo ou o elemento-wh encaixado e o traço do sujeito.

(39) C'est le genre de chien qui, *toi*, t ter mordra jamais.

Observe-se que estas seqüências são também possíveis no PB.

A mesma linha de raciocínio desenvolvida por Rizzi orienta o trabalho sobre o PB de Figueiredo Silva que considera, entretanto, que os sujeitos podem se mover para uma posição fora da frase, no CP e, ao analisar comparativamente estruturas do italiano e do PB, a autora mostra que, no italiano, a topicalização é sempre focalizada, ao contrário do PB. Assim, considerando que a focalização é incompatível com o movimento-WH, em várias línguas, incluindo PB e italiano, a autora propõe a estrutura em (40) abaixo:

(40) [CP [TopP [FocusP [TopP [IP]]]]]

Já para Raposo 1996, as construções de tópico não são derivadas por fusão e nem por princípios sintáticos da Gramática núcleo. Funcionam como “nacos” discursivos ligados à sentença por predicação do seguinte modo: $\{\{So_i\}, \{So_j\}\}$, ou seja, uma predicação formada por duas derivações sintáticas e independentes. Por isso, postula que as regras e os princípios que regem a boa formação destes conjuntos pertencem ao domínio do discurso e não ao sistema de princípios sintáticos.

A partir do questionamento de Chomsky 1995⁴⁹, a respeito do lugar da adjunção a estruturas-XP no sistema computacional, Raposo propõe uma análise alternativa para os tópicos, excluindo-os do quadro teórico dos princípios centrais. Assim, considera também que o tópico não se move porque não está integrado aos princípios centrais da teoria. E mais, para o autor, a relação entre tópico e sua oração associada não pode ser caracterizada como um processo de adjunção.

O autor assume explicitamente que tópico constitui um objeto sintático independente da sentença, considerando o tópico como uma estrutura do discurso, à qual os princípios centrais da teoria não se aplicam. Esta assunção, entretanto, permite inferir que as línguas de tópico não podem ser descritas com base em princípios centrais da teoria.

Voltando à questão dos múltiplos sujeitos, a posição dos mesmos tem sido estabelecida, muitas vezes, em correlação com a explicitação das posições ocupadas pelos tópicos, deslocamentos à esquerda e adjuntos sem cabeça. Assim, antes de explicitar a posição que os múltiplos sujeitos ocupam na configuração estrutural da frase, procurarei caracterizar estes constituintes.

Na verdade, não é tarefa fácil estabelecer distinção entre os NPs que ocorrem na periferia à esquerda. Callou et alii 1993, por exemplo, procuram distinguir TOP de DE por meio de análises que privilegiam aspectos sintáticos e prosódicos.

Os autores procuram verificar se há outras diferenças no nível sintático e no nível prosódico entre TOP e DE além da vinculação a um elemento pronominal ou a uma categoria vazia. Também investigam a possibilidade de haver marcas prosódicas que diferenciam não só TOP de DE, mas também TOP e DE das construções de sujeito. Além disso, procuram verificar se “existe diferença de

manifestação do pronome quando o elemento co-indexado é um sujeito ou um objeto” e, finalmente, qual o peso relativo da sintaxe e da prosódia para a caracterização de TOP e DE.

Para investigar os dados, em um primeiro momento, os autores trabalharam com uma estrutura de tópico *lato sensu*, em que foram consideradas as seguintes construções:⁵⁰

i. o termo co-indexado é um pronome cópia:

Ex: “Então a minha de onze anos_i... ela_i supervisiona o trabalho dos cinco”.

(d2/sp-360:141;192)

ii. o termo co-indexado é uma categoria vazia.

Ex: “A passagem eu compro \emptyset a prazo.”

(d2/rj-355:3/61)

iii. o termo co-indexado é um demonstrativo.

Ex: “Esse problema de puxar pela criança_i... eu acho que isso_i não funciona muito”.

(did/sa-231:3/69)

iv. o termo co-indexado é repetição da mesma expressão:

Ex: “O café_i em casa o café_i é muito demorado... muito complicado”.

(d2/sp-360:144/311)

v. o termo co-indexado é substituição da expressão equivalente.

*Ex: “O grande problema das estradas brasileiras_i...o grande mal das estradas
brasileiras_i é mesmo o trecho...”*

(d2/SA-98:6/22)

A análise dos dados foi feita sob a perspectiva sintática e sob a perspectiva prosódica. Sob a perspectiva sintática, a análise quantitativa considerou os seguintes fatores: posição sintática do elemento co-indexado, categoria sintagmática do elemento co-indexado, categoria sintagmática do elemento topicalizado. Destes, o fator que se mostrou mais relevante foi a posição sintática do elemento co-indexado.

Os resultados obtidos evidenciaram que TOP corresponde

i. a um elemento não-V-argumental (Não-Indexado);⁵¹

Ex: "Paris eu não pago hotel." (d2/rj-355:3/83)

ii. ao complemento (C \emptyset deslocado);

Ex: "A passagem eu compro \emptyset a prazo." (d2/rj-355:3/62)

(iii) ao sujeito da subordinada.

Ex: "Medicina você sabe que \emptyset é prática." (did/sa-231:5/145)

Já DE toma como termo indexado da sentença subsequente um NP ou Pro e é ele próprio um NP ou Pro.

Os autores evidenciaram ainda que, quanto ao modo de interação, DE ocorre mais em discursos cuidados, pela preocupação do falante em evitar lacunas, explicitando, assim, todas as posições sintáticas.

Foram também investigadas as possíveis diferenças prosódicas entre as duas estruturas, e os dados evidenciaram que a conjugação da direção da curva melódica com a ocorrência ou não de pausas possibilita diferenciar TOP de DE, embora sem polarização em todos os casos.

O cruzamento dos fatores sintáticos e prosódicos evidenciou que o fator “posição sintática do elemento co-indexado” foi o mais relevante para a distinção TOP e DE. Isto significa evidência de que os padrões entoacionais são determinados pela estrutura sintática.

Em suma, os autores evidenciam que, prosodicamente, a distinção TOP/DE não é muito marcada e evidenciam também que a estrutura sintática é que determina os padrões entonacionais. Entretanto, mostram que TOP e DE encontram-se em distribuição complementar, uma vez que o primeiro se coindexa em geral a um argumento interno ou a um elemento não-V-argumental. Já DE coindexa-se preferencialmente ao argumento externo.

A distinção entre as construções de tópico e as construções com adjunções à esquerda da sentença é investigada por Leite et alii 1996. Os autores baseiam-se em Kato 1991 que propõe um tratamento único para as construções de tópico, adjunto ou deslocamento à esquerda, a partir da hipótese de que “como essas construções podem ou não ser preposicionadas, a fim de obedecer ao filtro de caso, o NP inicial seria regido por um núcleo que poderia ser fonologicamente nulo”.⁵²

Os autores evidenciam, dentre outros aspectos, que Tópico e adjunção à esquerda não apresentam padrões entonacionais nitidamente diferenciados e que a ausência ou presença da preposição não está correlacionada à presença de vínculo a um co-referente no interior da oração.

A partir destas análises, não farei distinção entre múltiplos sujeitos, tópico, deslocamento à esquerda e adjunto sem cabeça. Adotarei uma posição mais conservadora e analisarei as construções com NPs externos, similares às apresentadas abaixo, como adjunções.

i. NP externo vinculado a uma categoria vazia ou a um elemento pronominal complemento no interior da sentença.

(41) “**As comidas baianas_i**, eu gostei muito **e_i**, sabe?” (did/rj-325)

ii. NP externo co-referente ao sujeito da oração:

(42) “**O meu marido_i**, todos os meses **ele_i** vai pra Caxias.”

(did/poa-93)

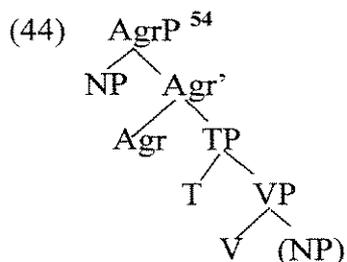
(iii) Adjuntos que ocorrem à margem esquerda da sentença sem serem regidos por um núcleo visível.

(43) “ (em) **O Norte**, principalmente no Amazonas e no Pará, a influência indígena é muito grande.” (did/rj-76)

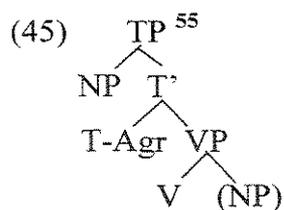
Duas análises contribuem significativamente para a discussão sobre o modo como estes NPs inserem-se na configuração estrutural: Galves 1991, 1993 e Kato 1993.

Galves, cuja proposta é anterior ao Minimalismo, explica a possibilidade de reiteração do sujeito, no PB, com base na assunção de que o elemento de concordância da flexão é fraco⁵³, pois, na flexão verbal, a oposição de pessoa é binária: 1^a (pessoa) x 3^a (não-pessoa), articulada à oposição singular/plural. Para ela, a falta de oposição entre 1^a, 2^a e 3^a pessoas equivale à concordância fraca morfológica (ausência de 2^a pessoa) e semântica (possibilidade de interpretar a 3^a pessoa do singular como indeterminada).

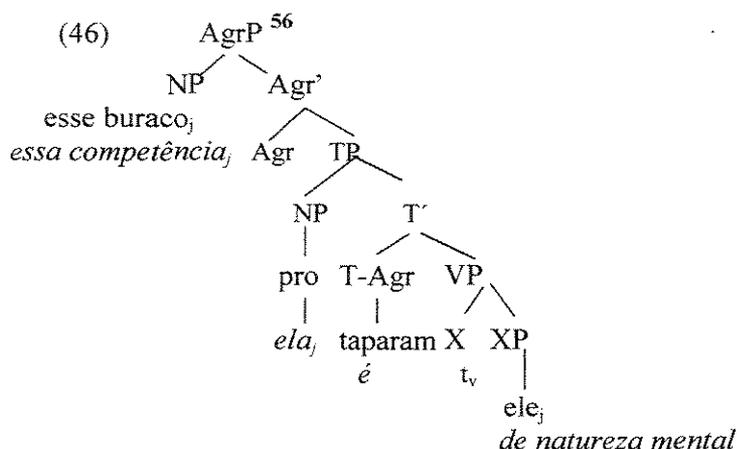
E este enfraquecimento da concordância é responsável, segundo Galves 1993, por uma estrutura sintática da oração, cuja flexão deve ser representada por meio de T(empo) e AGR (concordância), em núcleos independentes, conforme (44):



O enfraquecimento da concordância seria responsável, então, pela geração de um morfema de concordância *fraco* em T, como um afixo e não como categoria funcional independente:



Assim, a autora postula a existência de um núcleo AGR independente de realização morfológica dominando o TP, conforme (46), que daria conta da posição de sujeito suplementar e explicaria os diversos fenômenos de língua orientada para o tópico, encontrados no PB e apontados por Pontes 1981.



Para a autora, o enfraquecimento da flexão tem como efeito a reorganização da oração, em que o sujeito no sentido tradicional do termo se encontra em uma posição mais baixa do que em uma língua de concordância forte. Esta proposta pressupõe que o verbo encontra em T os elementos flexionais, não necessitando subir para Agr. Desse modo, o sujeito recebe caso nominativo da posição de Especificador de T, deixando o Especificador de Agr livre para ser ocupado por outro sintagma nominal.

A proposta de Galves é interessante, porque dá conta da presença de dois sujeitos no PB sem se utilizar de mecanismos de movimento. Entretanto, a postulação de AGR independente de realização morfológica é problemática porque não fica claro o porquê de o primeiro sujeito se realizar sob AGR *fraca*, necessitando de um afixo T, e o segundo sujeito poder ocorrer sob *Agr* sem realização morfológica. Além disso, esta proposta não explica a possibilidade de ocorrência de mais de um tópico em estruturas como (47):

(47) A vizinha, o carro dela, o pneu furou.⁵⁷

A proposta de se considerar TP como uma categoria mista, motivada pela constatação de que AGR no PB está se enfraquecendo, possibilita ainda inferir que a língua está perdendo a categoria funcional AGR. E, seguindo esta linha de raciocínio, um trabalho que se proponha a investigar as categorias funcionais necessariamente terá de verificar se o enfraquecimento desta categoria funcional pode ser generalizado a todas as outras categorias e quais as conseqüências desta possível generalização.

No campo bastante intuitivo, acredito que esta generalização não pode ser sustentada nem teoricamente, nem a partir de dados empíricos, pois, se se compara o PB ao Inglês ou ao Francês, é possível verificar que estas línguas possuem um sistema flexional muito pobre em relação ao Português e não perderam as suas categorias funcionais. E mais, se se estabelece um paralelo entre o Japonês e o PB, constata-se que o japonês (língua que não possui categorias flexionais) possui partículas que executam as funções das categorias funcionais, isto é, *“regulam ou contribuem para a interpretação da sentença”*, conforme Abney 1986. Nesse sentido, poder-se-ia tentar uma análise no sentido de considerar as partículas que regulam ou contribuem para a interpretação da sentença como sendo Categorias Funcionais.

Assumindo ainda que o estabelecimento das relações nas sentenças se dá por meio destas categorias funcionais, como se dará a compreensão em termos de aquisição, se a língua perde estas categorias e não demonstra estar desenvolvendo partículas em substituição às categorias funcionais?

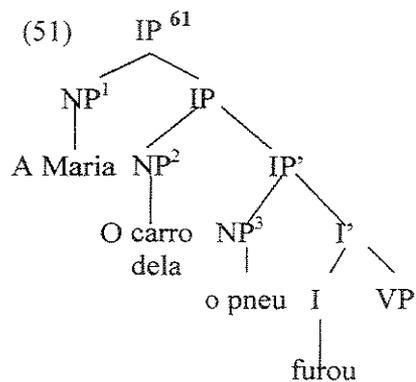
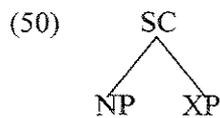
Desse modo, acredito que a proposta de Kato 1993 seja mais adequada para dar conta dos fatos que estou analisando, pois, ao analisar construções de LD, como em (48) e, por extensão, construções de múltiplos sujeitos, como em (49) — aqui repetidas para facilidade de exposição —, alinha-se a Rothstein 1983 e Koopman & Sportiche 1991 no que se refere à definição de sujeito. Isto significa que a noção de predicação pode ser definida também como uma relação entre duas projeções

máximas e não só como uma relação entre Spec e núcleo, dando conta, assim, da possibilidade de recursividade de “sujeitos”⁵⁸.

(48) “Esse buraco_i taparam ele_i outro dia.”⁵⁹

(49) “A vizinha_i, o carro_j dela_j furou o pneu_j.”⁶⁰

A autora traça, então, um paralelo entre a representação de minioração (50) e a representação de LD (51), considerando que, para esta última, o NP² é o sujeito de uma predicação sendo regido do mesmo modo que o sujeito das miniorações.



A autora considera que uma análise na perspectiva de Galves propicia o aumento do número de núcleos, ao colocar o Tópico na posição de Spec de uma categoria funcional superior. E, ao assumir a estrutura acima, evita-se multiplicar núcleos, uma vez que a adjunção é recursiva por natureza.

Deve-se salientar ainda que Kato 1993 apresenta uma análise para Tópico e Deslocamentos à esquerda que se coaduna com a minha proposta de considerar que adjunção é a relação básica para sujeitos duplos e/ou tópicos.

É necessário ainda dar conta de frases em que há ocorrência de foco e tópico ou DE. Esta análise seguirá a proposta de Kato 1993 e Kato & Raposo 1994 para quem o elemento periférico focal à esquerda encontra-se em projeção FP ou CP e o tópico adjuge-se a essa projeção:

(52) a. [_{CP}Esse vinho [_{CP} quem_i que [_{TP} t_i trouxe cv]]]

b. [_{FP} Esse vinho [_{FP} a MARIA que [_{TP} t_i trouxe cv]]]

1.4.2. A TEORIA DE ADJUNÇÃO DE KAYNE 1994

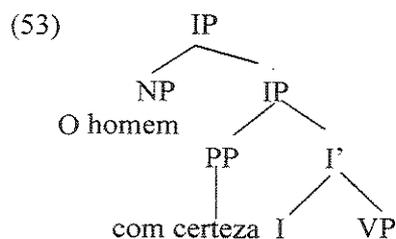
A proposta de Kayne 1994 parece se adequar mais aos propósitos deste trabalho. O autor analisa o processo de adjunção à luz da Antissimetria da Sintaxe e defende a tese de que há um mapeamento entre estrutura hierárquica e ordem linear, ou seja, se duas frases diferem na ordem linear, diferirão também na estrutura hierárquica.

Neste sentido, o autor considera que as línguas exibem a mesma ordenação de relação entre os núcleos e complementos, isto é, em Estrutura Profunda, todas as línguas exibem a ordenação Especificador-núcleo-complemento, ou seja, todas

as línguas são, subjacentemente, SVO. Considera também que adjunções devem ser sempre à esquerda tanto para adjunções a frases quanto para adjunções a núcleos e que especificadores são instâncias de adjunção, devendo ocorrer, portanto, à esquerda de seu núcleo associado.

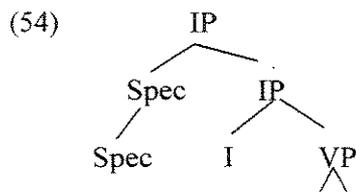
Por meio das propriedades definidoras da ordenação linear e a partir da postulação do Axioma da Correspondência Linear (LCA), básica para todas as representações sintáticas propostas, Kayne considera a adjunção como uma operação que envolve núcleos, não-núcleos, clíticos, especificadores. Além disso, formula regras sobre os elementos que podem ser adjungidos, a que podem ser adjungidos, como o são e em que situação são adjungidos.

Ao considerar que tanto as adjunções quanto as posições de especificador devem sempre ocorrer à esquerda, a proposta tem como consequência o fato de deslocamento à direita, alçamento do nóculo à direita, extraposição da sentença relativa, comparativa e resultativa, salto do NP pesado, coordenação, múltiplos complementos, múltiplos adjuntos e possessivos deverem ser repensados/ reanalisados no espírito da análise de alçamento. Acrescente-se ainda que a proposta de Kayne, aparentemente, resolve muitos problemas relacionados à posição de advérbios/adjuntos na estrutura frasal, uma vez que estes ocupariam a posição de especificador, conforme (53).



A teoria de Kayne, entretanto, exibe um aspecto dual: restringe o poder da teoria limitando as estruturas que pode gerar, mas, ao possibilitar múltiplas

adjunções (conforme (54)), faz com que a posição de Spec tenha uma função gramatical privilegiada.⁶²



Na proposta de Kayne não há espaço para a análise de verbos que tomam um advérbio como “complemento”, na linha de Larson. A alternativa encontrada é considerar tais estruturas como instâncias de predicação, uma vez que o Axioma da Correspondência Linear proíbe a um núcleo ter mais de um complemento.

Assim, em estruturas como (55a), o constituinte em **negrito** seria analisado como uma minioração, constituinte com núcleo, uma vez que a teoria de Kayne não permite a um núcleo ter mais de um complemento. Também não prevê uma estrutura com possibilidade de adjunção à direita como em (55b).

(55) a. John bought [**a book on Sunday**]

b. John [[bought a book] on Sunday]

. Entretanto, é possível evitar esta postulação, se se considera que o sintagma adverbial se origina no início da oração e depois o IP de baixo é alçado, deixando o PP em baixo, conforme os exemplos a seguir:

(56) a. [ON SUNDAY] John bought the book.⁶³

b. [John bought the book [on Sunday t]]

Tal movimento seria motivado por questões de foco (conforme Zubizarreta 1998). Além disso, se o PP não for foco, ele será gerado desde o início em adjunção a TP, conforme (57):

(57) [TP On Sunday [TP John bought the book]]

1.4.3. ADVÉRBIOS ASPECTUAIS

Kato e Nascimento 1996a analisam a variação dos aspectuais no Português falado do Brasil e mostram que as análises de Stowell 1981 e Pollock 1989 não dão conta das várias posições dos aspectuais no PB, a saber: antes do verbo, após o verbo e entre dois verbos.

Pollock 1989 considera que a posição dos advérbios quantificadores e clíticos revela se uma língua possui ou não movimento sintático de verbo para o núcleo flexional I, ou se a língua possui apenas regra de afixação ao verbo — como, por exemplo, o francês que seria uma língua com movimento do verbo e o Inglês uma língua sem movimento do verbo.

Entretanto, Kato e Nascimento mostram que o comportamento dos adjuntos no PB não pode ser explicado com base nessa proposta de Pollock, uma vez que em todas as fronteiras há ocorrência de adjuntos.

Assim, os autores optam por correlacionar a variação posicional dos aspectuais à dos quantificadores. Nesse sentido, é considerado que a ocorrência dos mesmos deve-se não apenas à possibilidade/ impossibilidade de movimento do verbo, mas também à possibilidade de os mesmos serem extraídos da posição de onde se originam, à maneira dos operadores-*Wh*.

A hipótese dos autores é a de que os aspectuais podem ocorrer *in situ* ou serem adjungidos por movimento a posições mais altas, contrária à proposta de Pollock 1989 que considera fixos estes advérbios, podendo ocorrer antes ou depois do verbo, conforme a língua. E, para sustentar essa hipótese, são apresentadas análises existentes em relação aos quantificadores flutuantes: a de Kayne 1975, a de Fiengo e Lasnik 1976 e a de Sportiche 1988 que é considerada pelos autores como possuindo os argumentos mais convincentes.

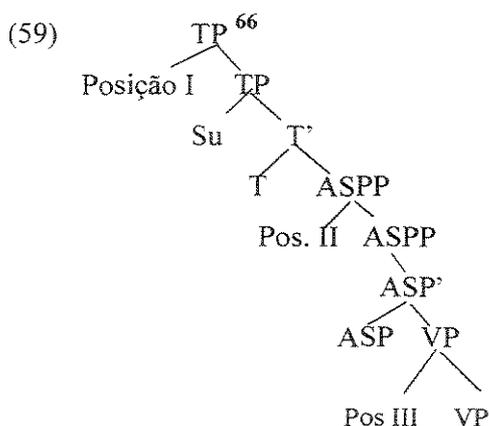
Entretanto, a partir de evidências empíricas, os autores comprovam que a proposta de Sportiche também não é suficiente para dar conta de evidências empíricas e mostram, por meio de (58), abaixo, que o quantificador todos adjunge-se a PP, VP, AspP (Frase Aspectual) e IP. Isto significa estender a proposta de Sportiche de flutuação à esquerda para flutuação à direita, ou seja, movimento é do Q para a esquerda, quando o escopo é um predicado, e do NP para a esquerda quando em construções partitivas.

- (58).d'....(pp todos (pp no bar))⁶⁴
 c'... (vp todos_i (vp bebendo (t_i no bar)))
 b'.... (AspP todos_i (AspP estar (t_i bebendo (t_i no bar))))
 c'... (IP todos (IP os homens (A t_i estão (t_i bebendo (t_i no bar)))))) (em FL)

A análise do Quantificador Flutuante é estendida à análise dos aspectuais, considerando que, no PB, o aspectual pode ocupar as mesmas fronteiras do quantificador flutuante. Os autores mostram ainda que a variação posicional dos aspectuais deve-se à interação de duas propriedades, a saber: movimento de flexão para V e flutuação para a esquerda com adjunção a predicados mais altos.

Além de desenvolver esta proposta, Kato e Nascimento 1996b investigam também a posição que os aspectuais podem ocorrer na sentença. Para eles, os aspectuais ocupam preferencialmente a posição I (antes do verbo), seguida da posição II (entre dois verbos), com apenas uma ocorrência em III (após o verbo).⁶⁵

A hipótese que os autores apresentam é a de que, quanto à posição estrutural, os advérbios que ocupam a posição III adjungem-se a VP, os que ocupam a posição II adjungem-se a ASPP e os que ocupam a posição I adjungem-se a TP, conforme (59), a seguir:



Entretanto, a partir das propostas de Kato e Nascimento, Oliveira e Oliveira 1999 mostra que adjunção a projeções máximas não seria a melhor análise para se descrever o comportamento dos advérbios aspectuais, uma vez que não contempla orações como (60).

(60) “Os homens sempre bebem cerveja no bar”.

Para a autora, a ocorrência do advérbio entre o sujeito e o verbo não pode ser explicada por meio da adjunção máxima, porque não se tem projeção máxima entre o VP e IP a que o advérbio possa se adjungir. Assim a autora propõe, conforme Kato c.p., que os advérbios aspectuais estejam adjungidos aos núcleos das projeções máximas, podendo se mover para outros núcleos mais altos na sintaxe.

Além disso, assume que elementos não-referenciais como NPs quantificados podem sofrer apenas topicalização, enquanto elementos referenciais podem sofrer topicalização e deslocamento à esquerda. Nesta perspectiva, o advérbio seria considerado um elemento não-referencial podendo apenas ser focalizado e os advérbios estariam inicialmente adjungidos a V como em (61, 62), ao núcleo de uma predicação secundária mais baixa como em (63), ou ainda se moveriam para se adjungirem a I como em (64), ou ao núcleo vazio de uma projeção de tópico, como em (65).

(61) “Eles querem sempre por mais que a gente dê eles querem sempre a mesma coisa”. (did/as-281)

(62) “Estou sempre falando tudo depressa porque não dá tempo”. (d2/sp-57)

(63) “Eles bebem sempre cerveja no bar”.⁶⁷

(64) “Sempre os homens bebem cerveja no bar”.

(65) “Os homens sempre bebem cerveja no bar”.

Esta análise é estendida ao advérbio modalizador *talvez* e ao advérbio de inclusão *também*.

As propostas de Kato e Nascimento serão assumidas em linhas gerais com a possibilidade de adjunção ao núcleo para dar conta da negação em adjunção ao núcleo de TP, T° e também da posição do clítico em adjunção a V (conforme Oliveira e Oliveira 1999). Entretanto, em relação aos outros preenchedores, acredito não ser necessário postular adjunção ao núcleo, uma vez que os problemas levantados por Oliveira e Oliveira para justificar sua proposta podem ser resolvidos a partir da assunção da categoria funcional AspP.

1.5. A POSIÇÃO DOS PREENCHEDORES

Os estudos de Tarallo, Kato et alii 1989 e 1992 utilizaram as funções gramaticais tradicionais de sujeito, objeto direto e objeto indireto para estabelecer as fronteiras de constituintes preenchidas por adjuntos e preenchedores discursivos.

Em Tarallo, Kato et alii 1989, a representação básica da sentença foi considerada a partir da estrutura argumental do verbo, isto é, S(ujeito) e C(omplementos), conforme representação em (66).

$$(66) [\dots [\dots S \dots V + \text{Inf} \dots \left. \begin{array}{l} C_0 \dots C_1 \\ C_0 \quad C_0 \end{array} \right\} \dots]^{68}$$

Nesta representação, as reticências correspondem às fronteiras, S(ujeito) corresponde a sujeito lexical, sujeito referencial elíptico ou pronome nulo não-referencial (Expl); os complementos estão representados por C_0 / C_1 e a predicação secundária (minioração) por $C_0 C_0$.

Já em Tarallo, Kato et alii 1992, à representação básica da sentença foram incorporadas as posições de Tópico e de Antitópico. Assim, a sentença passou a ter a representação apresentada em (67).

$$(67) \dots \text{Top} \dots S \dots V \dots C_0 \dots C_1 / C_0 \dots \text{Antitop} \dots^{69}$$

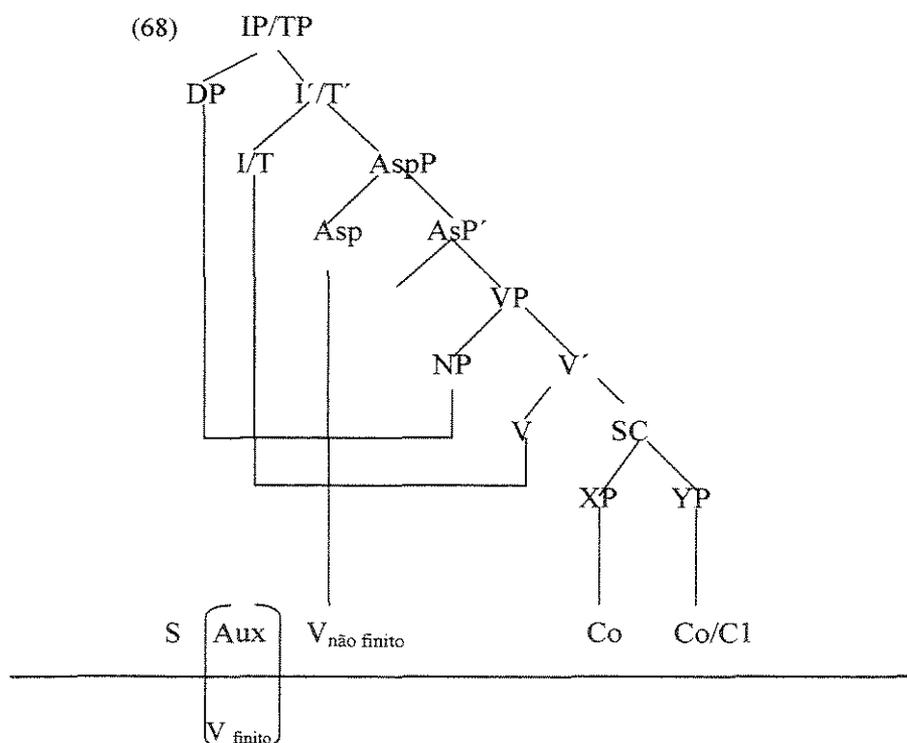
A relação entre o sintagma tópico e a sentença foi considerada como uma relação sintática de predicação e o Top como um tipo de sujeito não-temático. Além disso, foi assumido que a categoria vinculada a essa posição, quando vazia, é um pronome nulo.

Também a relação sintática entre a sentença e o antitópico passou a ser analisada como uma relação de predicação, em que o sintagma antitópico foi considerado o predicado da sentença-sujeito.

Apesar disso, retomo, neste trabalho, a proposta do primeiro trabalho do GRGPF, no sentido de trabalhar em termos de uma macrossintaxe. Assim, a estrutura do “fundo” será analisada, conforme Tarallo, Kato et alii 1989 e 1993, a partir da projeção argumental do verbo, em que o sujeito é o constituinte nominativo e as posições de tópico e antitópico serão consideradas preenchedores. Subjacente a esta

assunção está a pressuposição de que o Português Brasileiro tenha, na língua escrita, a estrutura canônica S V O, ou seja, não é uma língua de tópico.⁷⁰ Além disso, ao se observar os dados analisados por Tarallo, Kato et alii 1992, percebe-se que, mesmo na fala, as ocorrências de estruturas com tópico e com antitópico são muito baixas: 4,8% e 1,8%, respectivamente⁷¹.

Desse modo, o “fundo” na representação arbórea pode ser explicitado da seguinte forma:



Nesta seção, pretendo mostrar como os preenchedores podem se posicionar nas fronteiras de constituintes. Entretanto, antes de definir a configuração estrutural destas fronteiras, é necessário lembrar que as mesmas foram definidas de

modo a evidenciar a posição relativa dos elementos em relação ao verbo: assim X representa o argumento que ocorre à esquerda do verbo, V representa o verbo propriamente dito e Y o constituinte e/ou constituintes que se encontram à direita do verbo.

Deve-se salientar ainda que a posição dos preenchedores no “esqueleto” da sentença, a ser proposta a seguir, poderá sofrer alterações, ao se analisar a distribuição dos mesmos.

1.5.1. A FRONTEIRAX

Esta fronteira caracteriza-se por ser ocupada por preenchedores na margem à esquerda da sentença que são adjungidos a TP ou a CP: tópico, foco, constituinte-wh, advérbios e sintagmas preposicionados.

(69) a. [CP **A Maria** [CP **quando** [TP o carro dela [TP o pneu furou?]]]]⁷²

b. [FP **O João** [FP **MUITA COISA** [TP ele deixou de comprar.]]]

(70) “...[TP **em dois meses** [TP eu paguei dois dias de hotel.]”

(d2/rj-320a)

1.5.2. FRONTEIRAS ADJACENTES A V (X...V, V...Y E V....)

1.5.2.1. FRONTEIRA X...V

Na fronteira X...V foram incluídos os preenchedores que ocorreram entre S e V, com sujeito elidido ou lexicalizado, conforme (71) e (72), respectivamente. Foram ainda incluídos nesta fronteira, os preenchedores que ocorreram entre dois verbos, conforme (73).

(71) “...e depois[_{TP} ∅ [_T **ainda** tem [_{AspP} que escovar dente.”]]]⁷³

(d2/sp-596)

(72) “[_{TP} eles [_T **também** precisavam [_{AspP} acompanhar o a migração.]]]”

(ef/sp-38)

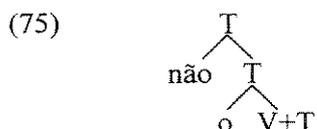
(73) “...[_{TP} nós [_T estamos **até** [_{AspP} fazendo uma estrada...]]]”

(d2/sa-271)

Deve-se salientar ainda que a negação será considerada como ocorrendo em adjunção ao núcleo de TP, T^o. A motivação para esta análise repousa em Mioto 1991 que apresenta propriedades da negação que aproximam o *não* dos clíticos, dentre elas, o fato de o *não* pré-verbal, adjacente ao verbo, não possuir tonicidade independente, de modo similar aos clíticos. Além disso, para o autor, “o clítico pronominal pode subir agregando-se a um verbo superior do qual ele não representa um papel temático, mas é impedido de fazê-lo se o *não* está presente”, conforme (74), abaixo. E esta impossibilidade é creditada ao fato de o pronome e *não* compartilharem propriedades do clítico.

- (74) a. ? Maria te pode ajudar.⁷⁴
 b. * Maria te pode não ajudar.

Entretanto, como está sendo considerado neste trabalho que os preenchedores se inserem na configuração estrutural por um processo de adjunção e que a adjunção permite recursividade, podemos ter um clítico e o *não* agregando-se ao verbo superior, conforme (75), a seguir:⁷⁵



Além disso, os clíticos também foram considerados, conforme Cyrino 1990 e Pagotto 1992, como ocupando a posição adjunta ao verbo principal e não ao Auxiliar (76), exceto em passiva (77).

- (76) “[TP eu [T estou [AspP **me** referindo ao início da industrialização japonesa.]]]” (ef/rj-57)

- (77) “[TP O João [TP [T **me** foi [recomendado [pelo Paulo.]]]]]”⁷⁶

1.5.2.2. FRONTEIRA V...Y

Esta fronteira engloba os preenchedores que ocorrem entre verbo (finito ou não finito) e complemento(s) e entre verbo e minioração, adjungindo-se a VP, conforme os exemplos abaixo:

(78) “[TP.. a Segunda Grande Guerra [T' foi [VP **basicamente** [VP uma guerra de ampliação de mercados.]]]]” (ef/rj-134)

(79) “[TP [T' há [VP **sempre** [VP um com tarefa de supervisor.]]]]” (d2/sp-188)

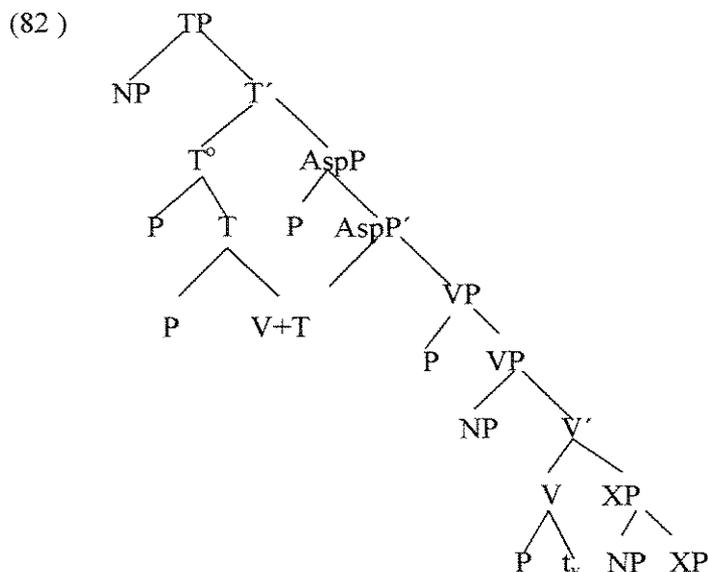
1.5.2.3. FRONTEIRA V...

Nesta fronteira posicionam-se os preenchedores que ocorrem em estruturas SV ou S V C_o (com C_o nulo), conforme os exemplos abaixo:

(80) “e [TP [VP janta [VP **fora**]]]” (did/poa-92a)

(81) “e [TP [T' [VP se reúne [VP **naquele dia**]]]” (did/poa-175)

Em suma, os preenchedores (P) que ocupam as fronteiras adjacentes a V ocorreriam na seguinte configuração:



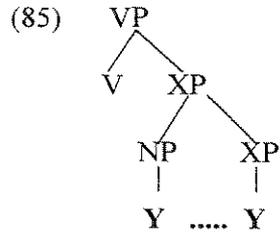
Assim, esta fronteira engloba os preenchedores que se adjungem a TP, ao núcleo de TP, ao Spec de ASPP, a VP e, finalmente, ao núcleo de V'.

1.5.3. FRONTEIRA Y...Y

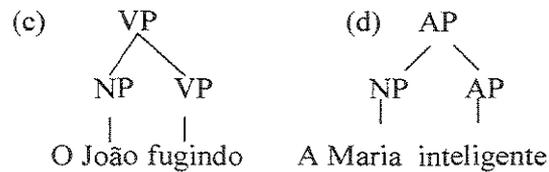
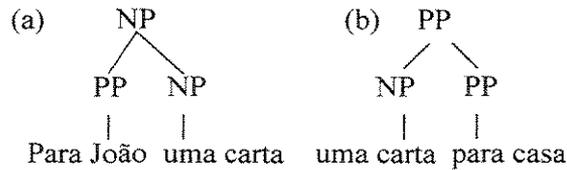
Esta fronteira caracteriza-se por situar-se no interior de uma minioração, de acordo com exemplos (83), (84) e estrutura em (85) e, conforme mencionado anteriormente, esta fronteira, na fala, não é permeável à ocorrência de preenchedores, de acordo com Tarallo, Kato et alii 1992.

(83) "...eu [_{VP} achei [_{SC} aquilo horroroso] viu?" (did/sp-536)

- (84) “Durante sessenta anos, a Light, a Bond & Share e outras concessionárias, juntas, [VP deram [SC ao Brasil uma capacidade de geração de 600 megawatts.]].”⁷⁷ (vj/290)



Em (85), XP corresponde a NP, PP, VP, AP. Desse modo, pode ocorrer sob as seguintes formas:



1.5.4. FRONTEIRA Y....

Nesta fronteira, foram incluídos os preenchedores que ocorreram após complemento(s) e miniorações, ou seja, os preenchedores que se adjungem a TP ou VP, conforme exemplos (86) e (87).

(86) “[_{TP} a gente [_T faz a farrinha [**na casa dum...**]]]” (did/poa-204)

(87) “[_{TP} Eu estou [_{VP} falando tudo **depressa...**]]” (d2/sp-58)

1.6. CONCLUSÃO

Neste capítulo foram delineados os padrões de complementação e predicação que constituem o fundo sintático, isto é, as relações gramaticais que se estabelecem no interior da sentença que serviram como suporte para o contraponto entre língua oral e língua escrita no que se refere às fronteiras de preenchimento.

Foram apresentadas análises que procuraram integrar os adjuntos à teoria sob a forma de postulação de Princípios que espelham o Princípio de Projeção, Critério- θ e Move- α . Entretanto, mesmo postulando a existência de Princípios para nortear as relações estruturais e/ou semânticas dos adjuntos, estas análises refletem a concepção de que os adjuntos não constituem parte da Gramática núcleo, uma vez que são opcionais e não são projetados em todos os núcleos.

Finalmente, foi apresentado o modo como os adjuntos se inserem na configuração estrutural por mim adotada. No próximo capítulo, serão apresentados os procedimentos metodológicos que nortearam a análise a ser desenvolvida no terceiro capítulo.

NOTAS

-
- ¹ Na versão minimalista, um P pode projetar uma estrutura e o PP, por “merge”, pode constituir uma estrutura de adjunto.
- ² Apud Chomsky e Lasnik 1993:71-72.(Tradução de Raposo 1999).
- ³ Idem.
- ⁴ Vide postura diferente em lingüistas como Cinque 1997 que postula núcleos diversos para categorias como Advérbio e Quantificadores.
- ⁵ In Lyons 1979:16
- ⁶ Todos os exemplos obedecem à seguinte convenção: **ef**=elocução formal; **did**= diálogo entre o informante e o documentador; **d2**= diálogo entre dois informantes; **vj**= Revista Veja; **ie**= Revista Isto é; **ml**= Millôr Fernandes; **tg**= Tiago Adão Lara; **rb**= Murilo Rubião. As siglas após a barra indicam a procedência geográfica dos dados: **rj**=Rio de Janeiro; **sp**= São Paulo; **re**= Recife; **poa**= Porto Alegre; **sa**= Salvador e os números subseqüentes indicam o número da amostra e a página em que a mesma ocorre (no caso dos dados de língua escrita)
- ⁷ Os diagramas são apresentados com o objetivo de evidenciar aspectos focalizados no momento da análise. Por isso, não há preocupação em mencionar movimento do verbo, embora deva ser considerado como pressuposto. Além disso, nódulos intermediários só serão utilizados, quando necessários para compreensão da análise.
- ⁸ Embora reconhecendo a existência da categoria funcional DP, a mesma não será utilizada neste trabalho. Assim, as funções gramaticais de sujeito, objeto direto e objeto de preposição serão sempre representadas como NP.

⁹ Três diferentes análises têm norteado os estudos sobre atribuição de caso aos complementos inacusativos: a primeira, que considera que há atribuição de Caso na Estrutura-S, de Chomsky 1981 e Jaeggli 1982; a segunda que postula Caso Nominativo (correlacionado a “Indefinitude”) ou Acusativo (correlacionado a “Definitude”) na Estrutura-S, de Borer 1986 e a terceira que considera que há atribuição de Caso Partitivo (correlacionado a “Indefinitude”) na Estrutura-P e Nominativo (correlacionado a “Definitude”) na Estrutura-S de Belletti 1988.

¹⁰ In Rothstein 1983:162-167.

¹¹ VP refere-se à projeção frasal da categoria V e V^{max} à projeção máxima de V.

¹² In Koopman & Sportiche 1991: 212.

¹³ Idem, p. 219.

¹⁴ Conforme Raposo 1988 e outros da época.

¹⁵ Apesar de C poder ter um Aux ou V que para lá se move.

¹⁶ In Chomsky 1995:471. (Tradução de Raposo 1999)

¹⁷ Para maiores informações sobre os argumentos apresentados por Chomsky para negar a existência da categoria funcional AGR, remeto à leitura de Chomsky 1995:471-477.

¹⁸ Análise sugerida por Mary A Kato, c.p.

¹⁹ A Condição de Ramificação Binária de Kayne 1984 proíbe estruturas em que um nóculo ramificante domine mais de dois nóculos irmãos.

²⁰ Perini 1989 e Dillinger 1991 abordam as dificuldades para se estabelecer distinção entre objetos indiretos e adjuntos adverbiais preposicionados, considerando que a distinção tradicional parece ser espúria ou de natureza não sintática.

-
- ²¹ Mateus et alii 1983 procuram dar ao objeto indireto uma abordagem que pretende incorporar desenvolvimentos teóricos da Lingüística, não conseguindo, entretanto, ultrapassar os limites apresentados pelas Gramáticas Tradicionais.
- ²² In Rouveret & Vergnaud 1980:160.
- ²³ Por outro lado, Raposo 1992 procura explicitar e/ou justificar o porquê de a Gramática Gerativa não atribuir um estatuto teórico ao objeto indireto. Entretanto, considerando que os marcadores frasais são construídos a partir de um item lexical, estes constituintes devem ser definidos formalmente: ou como fazendo parte da estrutura argumental do verbo ou serem tratados como adjuntos, o que poderia ser uma alternativa mais fácil de ser sustentada teoricamente.
- ²⁴ In Radford 1997:271-367.
- ²⁵ In Larson 1988:342-343
- ²⁶ In Tarallo, Kato et alii 1992:329, tabela 2.
- ²⁷ Idem., p.340, tabela 11.
- ²⁸ In Raposo 1992:127.
- ²⁹ Tradução de Raposo 1999.
- ³⁰ A autora assume que apenas os advérbios opcionais podem ser considerados como predicados-adjuntos.
- ³¹ Para Zubizarreta, a função da paráfrase é explicitar as relações semânticas entre o advérbio e a sentença — ou partes da sentença — à qual está ligado.
- ³² Os exemplos (18), (19) e (20) foram transcritos de Zubizarreta 1982: 34-35.
- ³³ Apud Zubizarreta 1982:37.

³⁴ A relação semântica de modificação realiza-se na seguinte configuração sintática:

“Na configuração: [γ ... α ... β ], [γ ... β α ...], onde

(i) γ = projeção de β

(ii) γ imediatamente domina α e β

(iii) α = Adj., Adv.

α modifica β . (Pode-se então afirmar que β está no escopo de α .)” (Zubizarreta 1982:38).

³⁵ Para a autora, é necessário fazer uma releitura do Critério- θ , uma vez que o papel temático se aplica somente a papel temático de argumentos. Assim propõe o Critério- θ de argumento do seguinte modo: “Cada cadeia deve conter um e somente um argumento e deve exibir um e somente um papel- θ de argumento. A Cada papel- θ de argumento deve ser atribuída uma e somente uma cadeia.” (p. 41, 42.)

³⁶ In Zubizarreta 1982:41.

³⁷ Idem, p. 41, 42.

³⁸ Idem, p.45.

³⁹ Esta afirmação leva em conta a época em que o trabalho foi concebido.

⁴⁰ Talvez essas tenham sido consideradas, ontologicamente, mais primitivas.

⁴¹ A análise de Sportiche tem como ponto de partida a proposta de Koopman e Sportiche 1987, para a estrutura de S=IP.

⁴² De acordo com Sportiche, “para explicar o aparecimento de Q entre I e VP em Francês, é usualmente sugerido que um Q possui propriedades adverbiais (ver, por exemplo, Kayne 1975, Beletti 1982, Jaeggli 1982, Klein 1976) e que Q ocorre entre I e VP porque advérbios ocorrem nesta posição”.

⁴³ Nesta seção, interessa-me apenas a análise sobre advérbios desenvolvida pelo autor.

⁴⁴ In Sportiche 1998:428.

⁴⁵ Idem, p. 429.

⁴⁶ De acordo com Lebeaux, Adjoin- α aplica-se livremente, do mesmo modo que Move- α .

⁴⁷ In Lebeaux 1988:149.

⁴⁸ In Tarallo & Kato 1993:93

⁴⁹ De acordo com Chomsky 1995:440, “as propriedades computacionais centrais consideradas aqui diferem marcadamente na sua natureza de muitas outras operações da faculdade da linguagem, e é muito possível que seja um erro tentar integrá-las no mesmo quadro teórico de princípios. Talvez os problemas relacionados com a adjunção a XP ilustrem bem essa situação: é bem possível que não pertençam ao sistema aqui em discussão, quando a nossa investigação se centra, sobretudo, na primeira das duas vias esboçadas aqui, aquela que se preocupa com o movimento em Último Recurso determinado pela verificação de traços, dentro da computação $N \rightarrow \lambda$. É dentro dessa componente central da linguagem que encontramos as propriedades notáveis realçadas pelas linhas de orientação minimalistas. Parece cada vez mais razoável distinguir esta componente dentro da faculdade da linguagem”.(Tradução de Raposo 1999).

⁵⁰ In Callou et alii 1993:320-322.

⁵¹ Callou et alii 1993 consideram como não-indexada a construção topicalizada que não possui elemento co-indexado na sentença subsequente. Entretanto, ao sair do nível da sentença e se observarem relações transfrásicas do discurso, o elemento já foi

referido no contexto anterior, como se pode observar no exemplo abaixo, apresentado pelos autores, à página 324.

“ Doc.: Não gosta de drama?

Inf.: Não, drama já basta a vida. (Did/SP-324:107/154)”.

⁵² In Leite at alii 1996:323

⁵³ A autora considera concordância fraca aquela que não contém pessoa ou contém pessoa com um traço puramente sintático.

⁵⁴ In Galves 1993:396

⁵⁵ Idem, p. 386

⁵⁶ Idem, p. 398

⁵⁷ In Kato 1993: 230, ex. (10c).

⁵⁸ Kato 1998 utiliza-se da projeção funcional ΣP para dar conta da posição de tópico e deslocamentos à esquerda. A autora analisa as LDs (Left Dislocation) e CLLDs (Clitic Left Dislocation) e assume que o lugar de pouso de constituintes LD é o Spec de Σ , que se comporta de modo similar ao Spec de CP, cujo elemento-Q já vem com caso da posição de origem. Assim, o movimento se dá para que haja checagem do traço [+R] (traços de referencialidade), do mesmo modo que o elemento-Q checa o traço [+Wh]. Esta assunção é sustentada nos argumentos de que o lugar de pouso destes constituintes não pode ser CP, porque este DP é diferente dos pronomes-interrogativos que aí ocorrem e também não pode ser em FP (Focus Phrase) porque este é o lugar do foco. Assim, os deslocamentos à esquerda teriam a estrutura similar a (i) abaixo.

(i)“ $[_{\Sigma P}$ O menorzinho_i $[_{IP}$ eu acho que $[_{\Sigma P}$ t_i $[_{IP}$ [ele_i t_i] é tímido]]]]”

Para Kato 1999, o DP na periferia com função de tópico tem um caso nominativo “default” das línguas de sujeito nulo. Não é checado, porque se caracteriza como o mesmo caso manifestado pelo nominal predicado, em que não se exige caso para fins de visibilidade temática. Também o sujeito posposto teria o caso “default”, conforme Kato 2000.

⁵⁹ Idem, p. 230, ex. 8a

⁶⁰ Idem., p.230, ex. 10c.

⁶¹ Idem, p. 231

⁶² Deve-se lembrar ainda que, na visão Minimalista, o NP objeto também se adjunge como Spec de vP para checar caso acusativo, quando ali se encontra um Spec de onde se origina o sujeito.

⁶³ Exemplos e análise sugeridos por Kato, c.p.

⁶⁴ Kato e Nascimento 1996:263.

⁶⁵ Estas posições foram postuladas a partir da análise de Moino 1996 que investigou os preenchedores que ocorrem construções com dois verbos, considerando as seguintes fronteiras: ...Aux...V... e ...V...V... e utilizando-se do mesmo corpus compartilhado pelo GRGPF. Os resultados obtidos pela autora evidenciaram, em um primeiro momento, que os preenchedores tendem a ocupar mais as margens dos grupos verbais do seguinte modo: 48,3% V 18,2% V 33,5%... Entretanto, ao refinar a análise, focalizando apenas os adjuntos, a autora observa que os mesmos não reforçam a tendência de preenchimento na margem à esquerda. Pelo contrário, 55% dos adjuntos ocorrem na fronteira à direita do segundo verbo e 34% à esquerda do primeiro verbo.

A análise evidencia ainda que, na fronteira xV V, os adjuntos distribuíram-se entre negação(93%), aspectuais(64%), multi-focais(56%), temporais (25%), modo(18%) e locativos(3%). Na fronteira VxV, menos permeável à ocorrência de preenchedores, os adjuntos distribuíram-se do seguinte modo: modalização (100%), aspectuais (29%), quantificadores/intensidade (20%), multi-focais (19%), negação (7%) e tempo (6%). Já na fronteira V V x, a mais permeável à ocorrência de preenchedores, distribuíram-se assim os adjuntos: finalidade (100%), benefactivo (100%), proporção (100%), causa (100%), locativos (97%), modo (82%), quantidade/intensidade (80%), tempo (69%), multi-focais (25%) e aspectual (1%).

⁶⁶ In Kato e Nascimento 1996b:193

⁶⁷ Os exemplos (61), (62) e (63) foram extraídos de Kato e Nascimento 1992.

⁶⁸ In Kato & Nascimento 1996a:189

⁶⁹ In Tarallo, Kato et alii 1992:321.

⁷⁰ Estou considerando, entretanto, que tanto a estrutura Tópico S V O, quanto a estrutura SVO são acessíveis na gramática do Português.

⁷¹ Este percentual foi extraído dos dados apresentados em Tarallo, Kato et alii 1992:329, Tabela 2.

⁷² Estas sentenças foram sugeridas por Mary A. Kato (c.p.), mas padrões semelhantes não foram encontrados no corpus.

⁷³ Tarallo e Kato 1993 utilizaram o seguinte critério para classificar os constituintes nulos:

- a) se o preenchedor aparece à direita do sujeito, quando este é expresso, o sujeito nulo será representado somente à esquerda;

b) se o preenchedor aparece à esquerda do sujeito quando este é expresso, o sujeito nulo será representado à sua direita.

⁷⁴ In Mioto 1991:101.

⁷⁵ Conforme Kato, c.p.

⁷⁶ Não houve ocorrência deste tipo de estrutura no *corpus*.

⁷⁷ Foram poucas as ocorrências de verbos com múltiplos complementos explícitos. Na língua oral, os chamados objetos indiretos ocorreram elididos e, na língua escrita, quando lexicalizados, ocorreram antepostos ao objeto direto.

CAPÍTULO 2

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados para contrapor a língua falada à língua escrita, a partir das variadas possibilidades de ocorrência de preenchedores nas fronteiras de preenchimento.

A metodologia adotada seguiu a linha de trabalhos anteriores do GRGPF, embora tenha havido necessidade de se fazer alguns ajustes nos fatores de variação já utilizados pelo grupo, para adequá-los aos objetivos deste trabalho.

Assim, antes de passar à apresentação da metodologia, com os critérios revistos, farei uma síntese dos três trabalhos anteriores sobre língua falada, já que os procedimentos adotados tomaram por base as análises já mencionadas.

2.2. BACKGROUND

2.2.1. TARALLO, KATO ET ALII 1989

O primeiro trabalho realizado pelo grupo de RGPF teve como suporte teórico a Condição de Adjacência de Caso de Stowell 1981 e a proposta de Kato 1987, cujas versões resumidas, apresento a seguir.

A Condição de Adjacência postula que "um elemento atribuidor de Caso deve estar adjacente ao receptor deste Caso", isto é, os NPs objetos devem estar adjacentes a um verbo ou preposição e o NP sujeito, adjacente à flexão verbal que atribui Caso nominativo.

Para Stowell, a instanciação da Condição de Adjacência pode apresentar variação de uma língua para outra: em Inglês, a Condição é interpretada estritamente, de maneira que um advérbio de modo entre o verbo e seu complemento é suficiente para bloquear a sentença, embora a posição entre o elemento portador de flexão e o sujeito possa ser ocupada por elementos não argumentais, conforme (1). No italiano, sentenças correspondentes a (1) são gramaticais, conforme (2) abaixo:

- (1).a.Jenny quietly read [her book]¹
b.Jenny read [her book] quietly.
c. *Jenny read quietly [her book]

- (2). a. Mario ha letto attentamente un libro.²
(Mário leu atentamente um livro)
b.Mario legge spesso dei libri.
(Mário lê geralmente livros)

Embora se comportando diferentemente em relação à presença de advérbio de modo, as duas línguas se comportam similarmente em construções com advérbios de tempo e de lugar, ao impedir a ocorrência destes elementos entre o verbo e seu complemento, conforme (3) a seguir:

- (3). a. *Mario ha letto ieri un libro.
(Mario has read yesterday a book)
b. *Luigi legge in casa dei libri.
(Mario read at home books)

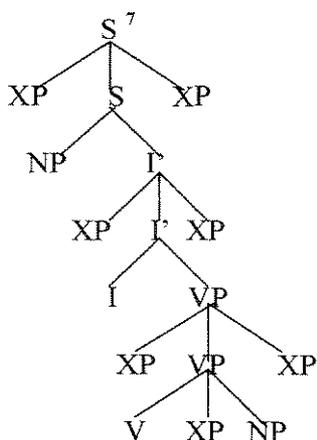
Para dar conta de aparentes violações como nos casos de advérbios de modo, Stowell considera que atribuição de Caso em italiano se aplica a uma representação abstrata de X', em que somente o núcleo e seus argumentos aparecem. Tal representação seria uma projeção no sentido de Vergnaud 1977, isto é, Inglês e Italiano seriam diferentes na Estrutura-S, mas semanticamente iguais na Projeção de argumento.

A partir desta análise, o autor postula que a Condição de Adjacência pode ser parametrizável do seguinte modo: línguas com sistemas casuais morfologicamente pobres exigiriam adjacência estrita³, fixando o valor [+] e línguas com sistemas casuais morfologicamente marcados, com ordem relativamente livre, fixariam o valor [-].⁴

Entretanto, as previsões que se poderiam fazer, a partir da parametrização das línguas em +/- adjacência estrita, não podem ser confirmadas no PB, pois Kato 1987, a partir da proposta de Stowell, mostra que adjacência (entre Sujeito e Verbo, Verbo e Objeto e ainda entre Verbo de ligação e Predicativo)⁵ é violada, no PB, não só por elementos não-argumentais (advérbios aspectuais, benefactivos e temporais) como também por elementos argumentais (tais como os

Sintagmas Preposicionais e os clíticos)⁶, evidenciando que o PB permite adjunções em quase todas as fronteiras, conforme figura (4), a seguir.

(4)



A partir destas duas propostas, o grupo de RGPF, em um primeiro momento, levantou a hipótese de que, em linguagem oral, a forma canônica de adjacência é mais freqüente, embora admita interrupção onde adjacência seja esperada.

Assim, o estudo teve por objetivo analisar elementos que ocupassem os espaços entre S...V; V...O; P...O, e ainda entre Cópula...Pred, a partir do estabelecimento dos fatores apresentados a seguir:

Variável Dependente: ⁸

∅ - não interrupção

1 - interrupção

Grupo 1: Espaços de Ruptura

Sujeito....

Sujeito...Flexão
 Verbo...Objeto
 Preposição...Argumento
 Cópula Predicativo
Sujeito

Grupo 2: Elementos Preenchedores

NP	SP e advérbios
Clítico	Sentença
Marcador automático. ⁹	

Grupo 3: Padrão Sentencial ¹⁰

S V C _o ¹¹	S V C ₁	S V	S V C _o C ₁
(S) V C _o	(S) V C ₁	V (S)	S V C _o (C ₁)
S V (C _o)	S V (C ₁)	(S) V	(S) V C _o (C ₁)
(S) V (C _o)	(S) V (C ₁)	V S	(S) V C _o C ₁
S (V) (C _o)	V S (C ₁)		S V (C _o) C ₁
V S (C _o)			(S) V (C _o) (C ₁)

Grupo 4: integração/ não-integração do ruptor à sintaxe

ruptor integrante
 ruptor não-integrante que repete.
 ruptor não-integrante que não repete.

Como ruptor integrante foi considerado “tudo aquilo que apresenta alguma relação sintática com a unidade analisada, interrompendo efetivamente o fluxo sintático” e como ruptor não-integrante, “os elementos que se comportaram como eco lexical e sintático, ou mesmo ausência de eco, que se estabelece na sintaxe falada”.¹²

O resultado alcançado neste trabalho foi o de que o usuário da Língua Portuguesa privilegia as formas de adjacência canônica do seguinte modo: 76,4% sem interrupção e 23,6% com interrupção, sendo as categorias não-argumentais (advérbios e adjuntos) os elementos que mais rompem a fronteira de adjacência.

Entretanto, ao se desconsiderar o material fonético automático, a porcentagem de interrupção cai para 15,7% e, se forem considerados apenas os contextos de atribuição de caso (Sujeito...Flex; Verbo...Objeto; Preposição... Argumento), há interrupção em apenas 10,25% dos casos analisados.

Quanto ao tipo de ruptor, ficou evidenciado que os sintagmas adverbiais e advérbios comportaram-se como ruptores integrantes, na maioria dos casos; e, como ruptores não-integrantes, os NPs em 10% dos casos e S(entença(s)) em 16,6%.

Os padrões mais permeáveis à ruptura foram aqueles que se caracterizaram pela ausência de constituintes maiores $SV(C_1)$; $(S)V$; $SV C_0 (C_1)$ e $SV(C_1)$ ou pela ocorrência de inversão de sujeito em verbo com dois argumentos ($VS C_0$). Já os padrões impermeáveis à ruptura foram os que apresentaram mais de um constituinte não expresso fonologicamente na representação sentencial: $(S)V(C_0)(C_1)$; $(S)V(C_0)$; $(S)V(C_1)$; $(S)V C_1$; $(S)V C_0 (C_1)$.

A partir destes resultados, foram levantadas as seguintes questões a serem investigadas no trabalho subsequente:

- “(i) Qual a natureza do ruptor em relação ao espaço de ruptura?”*
- (ii) Qual a relação entre categoria sintagmática do ruptor e sua função? A hipótese inicial não previu a ocorrência de NPs e Ss nas posições de ruptura. Quando eles são integrantes à sintaxe, quais seriam suas funções? O que determina sua ocorrência?”*
- (iii) Os dados dessa pesquisa parecem indicar que há uma relação entre ocorrência de ruptura e completude sintática. Isso nos leva a crer que o falante procura evitar formas que apresentam interrupção aliada a mais de uma categoria vazia. Nesse caso, um discurso que apresente menos incompletude deverá apresentar mais rupturas. Quanto dessa relação é verdadeira?”*
- (iv) Os ruptores automáticos e os não-integrantes parecem ser estratégias próprias do planejamento da fala, correspondendo aos espaços das pausas no fluxo da fala. Qual a relação entre espaço de planejamento e espaço de ruptura? Em línguas que obedecem rigidamente à adjacência, há possibilidade de ocorrerem ruptores automáticos e não integrantes nos lugares em que a adjacência é requerida?”¹³*

2.2.2. TARALLO, KATO ET ALII 1992

O segundo trabalho do grupo apresentou modificações quanto a algumas categorias: no primeiro trabalho, a representação básica da sentença tomou

como base a estrutura argumental do verbo, isto é, S(ujeito) e C(omplemento); no segundo, à representação básica da sentença foi proposto o aumento das fronteiras de predicação e das fronteiras de complementação.

Em relação às fronteiras de complementação, os argumentos internos C_0 (1 complemento) e $C_0 C_1$ (2 complementos) foram incorporados à categoria complemento; às fronteiras de predicação, foram incorporadas as posições de Tópico e de Antitópico.

Estas duas posições que, no primeiro trabalho, foram consideradas como um tipo de adjunção, pertencendo, portanto, à categoria dos ruptores, são agora incorporadas à estrutura da sentença e consideradas como relação de predicação, do seguinte modo: (i) na relação entre tópico e sentença, o NP tópico foi considerado um sujeito não-temático; (ii) o antitópico foi considerado como relação entre o predicado da sentença e o sujeito posposto. Deste modo, as fronteiras de predicação foram assim ampliadas:

Tópico...Sujeito

Sujeito...Flexão

Complemento direto.... Complemento indireto

Complemento...Antitop

Complemento...Complemento.¹⁴

É necessário lembrar ainda que a inserção de tópico na estrutura da sentença tomou por base tanto a proposta de Pontes 1987 que considera o português como língua de tópico, como os dados encontrados na análise-piloto.

A sentença passou, então, a ter a representação em (5) que, embora tenha incorporado o tópico e o antitópico, não os considerou obrigatórios, diferentemente de S que

“nem sempre representa a noção tradicional de sujeito. Representa, sim, uma posição estrutural obrigatória, que no caso, por exemplo do sujeito posposto é preenchido pelo ExplØ (verbos ergativos/inacusativos) ou por um pronome referencial nulo (S) (outros casos).”¹⁵

(5) ...Top (...S...V+Flex...C₀...C₁/C₀ ...)Antitop...

Os "ruptores", assim denominados porque rompiam as fronteiras de adjacência, passam a ser considerados como preenchedores, pois, em vista dos dados da análise-piloto, todas as fronteiras eram permeáveis à interrupção, e muitos preenchedores apresentaram uma função claramente sintática ou discursiva. Sob este rótulo, foram analisados os seguintes elementos: os adjuntos, os conjutores, os elementos discursivos, os clíticos e as pausas.

A partir da representação básica da sentença apresentada acima, foram considerados os seguintes padrões sentenciais:

Top S V C ₀ Antitópico	S _{compl.} V C ₀ C ₁	S V
S V C ₀ Antitópico	Top S V C ₀	Top _{compl.} S V C ₀
Top Expl. V C ₀ ¹⁶	Top S. V C _{0 compl.}	S _{compl.} V C ₀
Top Expl. V C _{0 compl.} ¹⁷	Expl. V C ₀	S V C ₀
Top _{compl.} S V C ₀ C ₀	Expl. V C ₀ C ₁	Top S V C ₀ C ₀
S V C _{0 compl.}	Expl. V C _{0 compl.}	S V C ₀ C ₀
Top _{compl.} S V C _{0 compl.}	Top S V C ₀ C ₁	S _{compl.} V C _{0 compl.}
Expl. V Antitópico	Exp. V C ₀ Antitop	Top Expl. V C ₀ Antitop.
Expl. V C ₀ C ₀		

Estes padrões sentenciais possibilitaram o estabelecimento das fronteiras relacionadas a seguir:¹⁸

...Top	$C_0 \dots C_0$
...S	$C_0 \dots C_1$
Top...S	$C_0 \dots$ Antitop
S...V	Antitop....Antitop
V... C_0	$C_0 \dots$
V...Antitop	$C_1 \dots$
V... C_1	Antitop...
V...	

Transcrevo, a seguir, os resultados obtidos na pesquisa, sob a forma de respostas às questões apresentadas às páginas 351-352, do trabalho em questão.

“a) Qual a natureza do preenchedor em relação ao espaço de preenchimento?

I. Nenhum espaço é privilégio exclusivo de um tipo de preenchedor. Logo, espaço não define sua função.

II. Embora não haja uma relação biunívoca entre espaço de preenchimento e tipo de preenchedor, pode-se estabelecer uma relação de ocorrência preferencial de certos preenchedores em certos espaços.

IIa. margem à esquerda é preferida por elementos discursivos;

IIb. fronteiras de atribuição de caso são preferidas por adjuntos;

IIc. os demais espaços são indiferentes para tipo de preenchedor;

IIId. conquanto esses demais espaços sejam semelhantes quanto à qualidade do preenchedor, eles diferem quanto à quantidade de preenchimento. A posição entre Tópico e Sujeito é mais permeável a preenchimento do que a posição entre complemento e antitópico ou entre complementos.

Pode-se concluir, então, que justamente as fronteiras de atribuição de caso são as mais permeáveis à penetração de preenchedores sintaticamente interpretáveis, o que mostra que são locais regidos por restrições de ordem mais formal. A teoria prevê a possibilidade da ocorrência à esquerda do verbo, de elementos que independem dele para receber caso.

b). Os preenchedores discursivos parecem ser estratégias próprias para planejamento de fala, correspondendo aos espaços de pausa no fluxo da fala. Qual a relação entre planejamento e espaço de preenchimento?

Os resultados da pesquisa mostram que há uma ordem decrescente de quantidade de preenchimento da esquerda para a direita, exatamente acompanhando o fluxo da fala. Admitindo-se que o planejamento é maior no início de cada fluxo, o resultado mostra que há mais preenchimento nos momentos de maior planejamento.”

2.2.3. KATO, TARALLO ET ALII 1993

O terceiro trabalho do grupo preocupou-se em detalhar a distribuição dos preenchedores sintáticos (adjuntos) por fronteiras, a partir da forma e função dos mesmos.

Ficou evidenciado que não há biunivocidade entre forma/função dos adjuntos e tipo de fronteira, apesar de algumas funções privilegiarem determinadas fronteiras, conforme se pode evidenciar pelos resultados transcritos abaixo:

- “i. As margens laterais, tanto esquerda quanto direita, privilegiam adjuntos com função temporal e locativa. Além destas, a margem direita abre espaço para um sensível uso de adjuntos com função de causa ou de modo;*
- ii. A função de negação e de aspecto são privilegiadas pela fronteira e entre sujeito e verbo, enquanto a fronteira d entre verbo e complementos, abre espaço para os multi-focais/operadores de escopo e os intensificadores.” (p. 82)*

Deve-se acrescentar ainda que os dados mostraram que a hierarquia de preenchimento obtida anteriormente com base nos preenchedores não foi mantida pelos adjuntos, uma vez que os preenchedores em geral mostraram preferência pela margem à esquerda, ao passo que os adjuntos privilegiaram a margem à direita.

Essa preferência dos adjuntos pela margem à direita é também evidenciada por Moino 1996, conforme já foi apresentado no primeiro capítulo, que investigou os possíveis preenchedores sintáticos em situações de dois verbos

seguidos, isto é, nas fronteiras Aux...V e V...V e fez uma descrição bastante detalhada da posição variável dos adjuntos em relação ao verbo.

Ao analisar o preenchimento nestas fronteiras, a autora evidencia, em um primeiro momento, que os espaços privilegiados de preenchimento encontram-se nas margens dos grupos verbais: ...V (67%), V... (46%) e V...V (22%).

Entretanto, ao refinar a análise, é constatado que a posição à esquerda é ocupada preferencialmente por conjutores, qu-argumentos ou outros verbos, ou seja, elementos que têm uma posição fixa à esquerda. Já entre dois verbos, há grande concentração de clíticos, justificada pela forte tendência do PB em privilegiar a cliticização nesta posição.

A partir destes dados, os resultados mostram que a grande concentração de adjuntos se dá à margem à direita do segundo verbo, não reforçando, portanto, a tendência de preenchimento à esquerda do primeiro verbo.

2.2.4. ANÁLISES COMPLEMENTARES

Embora esta pesquisa tenha como suporte os trabalhos sintetizados acima, serão utilizadas propostas mais recentes que ampliam e explicam com maior refinamento as possibilidades de ocorrência dos adjuntos. Estou me referindo principalmente a Pollock 1989, e Kato e Nascimento 1992 e 1996, já apresentados no primeiro capítulo.

Assim, a proposta metodológica que será apresentada a seguir procurará levar em conta os avanços das pesquisas linguísticas em relação à

possibilidade/impossibilidade de ocorrência de adjuntos nas fronteiras de preenchimento, com base em trabalhos centrados na sintaxe do verbo e dos adjuntos.

Além disso, é necessário ressaltar que, embora o comportamento dos adjuntos e/ou a relação dos mesmos com a posição do verbo na sentença venham, ao longo do Projeto de Gramática do Português Falado, sendo descritos, não há ainda um trabalho que se proponha investigar como estes fatos se dão também na língua escrita.

2.3. MATERIAL ANALISADO.

Para investigar as hipóteses apresentadas na introdução deste trabalho, dois *corpora* foram analisados¹⁹: o *corpus* da língua oral foi formado pelo mesmo *corpus* mínimo compartilhado, estabelecido pelo projeto Gramática do Português Falado, a saber: quinze minutos de gravações de quinze inquiridos do Projeto NURC, conforme quadro a seguir:

	POA	RJ	SP	REC	SSA ²⁰
EF	278	379	405	337	049
DID	045	328	234	131	231
D2	291	355	360	005	098

POA= Porto Alegre; RJ= Rio de Janeiro; SP= São Paulo; REC= Recife; SSA= Salvador; EF=Elocução Formal; DID= Diálogo entre o Informante e o Documentador; D2= Diálogo entre dois Informantes.

O *corpus* da língua escrita foi formado por entrevistas extraídas da revistas *Veja* e *Isto É*, Diálogos extraídos do livro "A Casa do Girassol Vermelho"

de Murilo Rubião, **Teatro completo v.1** de Millôr Fernandes e ainda textos extraídos do livro didático **“Caminhos da razão no Ocidente: a filosofia nas suas origens gregas”** de Tiago Adão Lara.

A opção por estes textos se deveu à preocupação em procurar, na medida do possível, uma aproximação com os gêneros da língua falada. Assim, as entrevistas extraídas das Revistas *Veja* e *Istoé*²¹ foram consideradas correspondentes aos DID, os Diálogos, extraídos de Murilo Rubião e Millôr Fernandes, correspondentes aos D2 e o texto didático, de Tiago Adão Lara, às Elocuções Formais. As revistas foram selecionadas pelo fato de apresentarem seus textos na modalidade padrão e, embora se saiba que as entrevistas são editadas, os editores procuram manter marcas características deste tipo de texto.

O livro de Murilo Rubião foi selecionado com o objetivo de extrair dali diálogos entre duas pessoas. Embora se caracterize como um texto literário, possibilita ao autor utilizar-se de estruturas mais próximas da língua oral, na variedade padrão. Já o livro didático foi selecionado para que se pudesse estabelecer correlação com as Elocuções Formais que procuram retratar situações formais em sala de aula.

2.3.1. DIFERENÇAS METODOLÓGICAS EM RELAÇÃO AO GRGPF

Ao historiar os trabalhos do GRGPF procurei mostrar que a Condição de Adjacência que serviu de ponto de partida para os trabalhos do grupo não mais se sustenta, em virtude dos avanços da pesquisa lingüística neste campo.

Deste modo, o contraponto entre língua oral e língua escrita com base na análise dos preenchedores e fronteiras de preenchimento será feito a partir das restrições para que um adjunto entre em operação de concatenação (merge) ou de adjunção nessas posições. Neste sentido, a questão dos preenchedores será norteadada

por análises que tratam alguns adjuntos como constituintes adjungidos a uma posição X diretamente por “merge” e outros como constituintes que são adjungidos via movimento, conforme já mencionado na introdução deste trabalho.

As Fronteiras de Preenchimento foram estabelecidas a partir da projeção da estrutura argumental do verbo, isto é, S(ujeito) e C(omplementos).

A opção por se trabalhar com a projeção argumental do verbo poderia, aparentemente, criar problemas para a análise do complemento mais solto do verbo, denominado anteriormente de C1. Este complemento foi então analisado a partir de duas abordagens: complementos indiretos reais e falsos complementos indiretos.

O critério utilizado para estabelecer a distinção entre os reais e os falsos complementos indiretos teve por base a correlação que pode ser feita entre clíticos e complementos²², ou seja, o clítico o satisfaz a exigência de complemento direto do verbo e o clítico lhe satisfaz a exigência de complemento indireto. Assim, complementos preposicionados que não podem ser substituídos por lhe não foram considerados como complementos, foram analisados como adjuntos.²³

Cabe observar ainda que não foi estabelecida distinção entre verbo de conteúdo nocional e cópula e nem entre predicativo e complemento, em virtude da baixa ocorrência de preenchedores na fronteira sujeito cópula, conforme já atestado por Tarallo, Kato et alii 1989.

Além disso, conforme mencionado anteriormente, embora trabalhando com fatores já utilizados pelo GRGPF, os mesmos foram redefinidos para atender aos objetivos do presente trabalho. Assim, em função da impossibilidade de se definir claramente posições de elementos que ocorrem antes e/ou após o verbo, em estruturas com sujeito nulo e/ou complementos nulos opcionais ou discursivamente identificáveis²⁴, optei por não propor como subfatores fronteiras que, de alguma maneira, procuravam, em trabalhos anteriores, incorporar os elementos nulos. Desse

modo, fronteiras como (S)...V, V...(C_o), ...(S) foram eliminadas, em um primeiro momento²⁵. Como consequência, a representação das fronteiras de preenchimento foi feita de modo a tornar explícita apenas a posição do verbo. Por isso, os argumentos que ocorrem à direita ou esquerda do verbo foram representados como X e Y.

O tipo de preenchedor foi definido em relação à possibilidade ou impossibilidade de movimento. Assim, os advérbios, orações adverbiais e sintagmas preposicionados foram analisados como constituintes inseridos em algum momento da derivação. Já os clíticos, os constituintes-wh, algumas estruturas de foco, os quantificadores flutuantes e alguns advérbios foram analisados como constituintes que se adjungem a uma categoria por movimento.

Os preenchedores discursivos foram utilizados para estabelecer contraponto com preenchedores sintáticos. Acredito não haver necessidade de dar um tratamento específico aos discursivos da língua oral, porque os mesmos já foram muito bem descritos em Oliveira e Silva, Braga & Tarallo 1996. Neste trabalho, os autores constatam que os preenchedores discursivos dividem-se em três subconjuntos: os processuais, motivados por dificuldades de planejamento da fala; os marcadores que atuam na tessitura textual e na interação e as pausas que ocupam espaço intermediário entre os processuais e os marcadores. Assim, a análise dos discursivos da língua escrita será correlacionada à análise de Oliveira e Silva, Braga e Tarallo 1996.

As pausas não foram analisadas, uma vez que obedecem a funções que se sobrepõem e se diferenciam, nas duas modalidades: na língua escrita, referem-se a sinais de pontuação, utilizados de acordo com normas da gramática tradicional, sempre com o objetivo de separar/caracterizar constituintes. Já na modalidade oral, além de servirem para separar/caracterizar constituintes, servem também a propósitos característicos da modalidade oral, dentre eles, indicar hesitação, ênfase, conforme atestam, dentre outros, os trabalhos de Marcuschi 1986 e Halliday 1989.

2.4. O ENVELOPE DE VARIAÇÃO²⁶

A escolha das variáveis se baseou nas questões e hipóteses formuladas no início deste trabalho. A metodologia adotada foi a mesma utilizada em trabalhos anteriores do GRGPF, cujo envelope de variação, isto é, o elencamento dos grupos de fatores, foi estabelecido a partir de hipóteses sintáticas sobre atribuição de caso e hipóteses sobre Teoria X- barra.

Os fatores origem geográfica e sexo do informante não serão objeto de investigação neste trabalho, porque os mesmos provaram não ser significativos em trabalhos anteriores do grupo. Tarallo e Kato 1993a mostraram que os resultados obtidos para origem geográfica não apresentaram variação no estudo: 37% para Rio de Janeiro e São Paulo. Para o sexo do informante, homens preenchem 40% e mulheres 37%. Assim, será considerado apenas o modo de interação.

Foram utilizados os seguintes fatores:

Variável Dependente

1 - Língua Escrita

Ø - Língua Oral

Ex:

1 - “A corrupção aparentemente aumentou.” (vj/37)

Ø - “não sei não não entendo muito de teatro”. (did/sp-311)

Grupo 1: Preenchimento

fronteira preenchida

fronteira não preenchida

Exs:

Fronteira preenchida:

(...X) - “[No dia seguinte], o ketchup estava na mesa.” (d2/poa-302)

Fronteira não-preenchida

(X...V) - “ele [] consegue fazer alguma coisa em alguns setores profissionais.” (did/sa-164)

Grupo 2: Fronteiras de preenchimento

antes de X

entre V e Y

antes de V

entre Y e Y

entre X e V

Após V

entre Aux²⁷ e V

Após Y

entre V e V

Antes de passar à exemplificação é necessário lembrar o que está sendo considerado como X e como Y: X representa o sujeito e Y representa complementos verbais e miniorações. Nos exemplos que se seguem, 1 estará representando a língua escrita e \emptyset , a língua oral.

Exs:

- Antes de X

1- [] “Você é minha mulher?” (rb/17/29)

Ø- [No nosso tempo] eu acho que só tinha contabilidade.” (did/sa-167)

- **Antes de V**

1- “[num primeiro momento], estendeu-se o conflito por dez anos de 431 a.c. a 421 a.c.” (tg/221/89)

Ø- “[]...é muito comum você ver a fruta do conde”. (did/rj-137)

- **Entre X e V**

1-“Eu [só] teria um filho casada”. (ml/162/76)

Ø- “Eles [então] apresentam uma hipertrofia...” (ef/sa-131)

- **Entre V e V**

1- “Gostaria [somente] de esclarecer se somos casados há muitos anos”. (rb/35/29)

Ø- “eles também precisavam [] acompanhar o a migração senão eles iam ficar sem comer.” (ef/sp-38)

- **Entre Aux e V**

1- “Você poderia [me] dizer quando nos conhecemos?” (rb/29/60)

Ø- “...agora a televisão eu estou [] fazendo assim um programa...” (did/sp-323)

- **Entre V e Y**

1- “Não devemos idealizar, [por demais] a situação.” (tg/184/89)

Ø- “..eu não não não entendo [muito] de teatro.” (did/sp-311)

- **Após V**

1- “Os processos duram [**indefinidamente**].” (vj/255)

Ø- “agora realmente ele não gosta [**muito**].” (d2/sp-822)

- **Entre Y e Y**

1- “Tornara-se ela [] mais o palco das lutas pelo poder.” (tg/273/88)

Ø- “ah, eu acho uma beleza [] o pessoal ir pras Olimpíadas...” (did/poa-320)

- **Após Y**

1- “A garotada do morro, por ser muito jovem e por viver nessa suposta ilha, exibe suas armas [**com maior facilidade**].” (ie/189)

Ø- “Eu como pera [**também**].” (did/sa-320)

Grupo 3: Tipo de preenchedor

1. Adjunto²⁸

2. Discursivo

3. Antitópico

4. Tópico

5. Constituinte clivado

6. Clítico

7. Constituinte-WH

8. Conjunção

Antes de passar à exemplificação, é necessário explicar que o constituinte clivado, por ser resultado de movimento, foi analisado como preenchedor, não tendo sido, portanto, considerado como fazendo parte da estrutura argumental do verbo.

Foram analisados como antitópicos os NPs em posição adjunta a S, vinculados a um pronome resumptivo zero anafórico.

A seguir, apresento exemplificação para os subfatores do grupo 3, lembrando que 1 corresponde à língua escrita e Ø, à língua oral.

- **Adjunto (Advérbios/Sintagmas preposicionados/ Orações adverbiais)**

1- “[**Durante muito tempo**], a forma de ensinar a ler foi, e em alguns lugares ainda é, como você falou, chata e desestimulante.” (ie/31)

1- “[**Se há uma larga fatia da população alijada do acesso à educação**], não se pode esperar que essas pessoas formem um mercado para cultura, um mercado para livros.” (ie/21)

Ø- “[**Outro dia num mês**] eles tiveram quinze atrasos.” (d2/sp-622)

Ø- “eu fico indecisa [**porque acho muito cedo para impor.**]” (d2/sp-728)

- **Discursivo**

1- “[**Bolas**], desde quando tornou-se obrigatório ao marido convidar a esposa para as refeições?” (rb/29/31)

Ø- “[**então**] a arte surge não em função de uma necessidade de auto-expressão (...) mas em função de eu assegurar a caça.” (ef/sp-308)

- **Antitópico**

1- “São raros [**os documentos históricos**]” (tg/41/27)

Ø - “então para mim era uma novidade né?[**teatro**].” (did/sp-516a)

Ø - “e possivelmente passe [**essa fase**].” (d2/sp-138)

- **Tópico²⁹**

1- “[**Um clima como esse**] eu nunca havia visto.” (vj/29)

∅- então [a **minha de onze anos**] ela supervisiona o trabalho dos cinco.”

(did/sp-194)

- **Constituinte clivado**

1-“...é [no diálogo e pelo diálogo] que os indivíduos superam individualidade, com tudo aquilo que ela pode implicar de arbitrário e caprichoso.”

(tg/145/35)

∅- “era [banana figo] que eles chamam aqui no Rio”.

(did/rj-119)

- **Clítico**

1- “Eu, aos vinte e oito anos, ainda estou [me] decidindo..” (ml/135/76)

1- “A minha primeira mulher não [se] enciumava com essa camaradagem?”

(rb/73/29)

∅- “...[me] chocou tremendamente...”

(did/sp-537)

- **Constituinte-WH**

1- “[Que libertação] eu quero?”

(ml/87/76)

∅- “então [que tipo de formas que] nós vamos reconhecer?”

(ef/sp-174)

- **Conjunção**

1- “...precisava assegurar recursos, [portanto], para vinte anos.”

(vj/66)

∅- “...[e] por isso eram nômades.”

(ef/sp-64)

É necessário esclarecer ainda que, ao propor estes fatores, foi levado em consideração o fato de alguns deles ocuparem posições fixas na sentença, tais como: tópico, antitópico e constituinte-WH. Apesar disso, a análise dos mesmos é

pertinente, uma vez que a investigação da frequência, em cada modalidade, poderá contribuir para estabelecer diferenciação entre elas.

Além disso, deve-se ressaltar também que as conjunções que estão sendo investigadas, são, basicamente, as denominadas “coordenativas” e/ou que ocorrem em sentenças raiz e não podem ser caracterizadas como categorias funcionais.

Grupo 4: Tipo de entrevista

1-DID

2- D2

3- EF

Grupo 5: Argumentos lexicalizados x argumentos nulos

Para dar conta deste grupo de fatores, os dados serão posteriormente reanalisados, com o objetivo de verificar as hipóteses apresentadas na introdução deste trabalho e que aqui retomo para facilidade de leitura: (i) a língua escrita apresenta maior número de argumentos explícitos do que a língua oral; (ii) a língua oral compensa a ausência de argumentos com maior número de preenchedores discursivos ou sintáticos, eventualmente para compensar ritmicamente a sentença.

Sujeito nulo	Complemento direto lexical(C_0)
Sujeito lexical	Complemento indireto nulo(C_1)
Complemento direto nulo(C_0)	Complemento indireto lexical(C_1)

Exs:

- **Sujeito nulo**

1- “...e, no regime militar, [] não tivemos uma reação tão grande contra a corrupção.” (vj/157)

Ø- “...mas não, [] não tive ainda um bom motivo...” (did/poa-166)

- **Sujeito lexical**

1- “**O resto da população** era mantido à parte.” (tg/141/35)

Ø- “...até **o professor** naquele tempo queria que eu competisse...” (did/poa-483)

- **Complemento direto lexical**

1- “eles querem formar **leitores** em nível profissional.” (ie/92)

Ø- “...é a maneira como o homem utiliza **a informação**”. (ef/poa-130)

- **Complemento direto nulo**

1- “...entenderá [] mais tarde quando tratarmos do seu caso.” (rb/120b/42)

Ø- “porque eles já fazem [] no quinto ano de medicina.” (did/sa-29)

- **Complemento indireto lexical**

1- “...nada pedi **a seu pai**.” (rb/283/33)

Ø- não houve ocorrência

- **Complemento indireto nulo**

1- “A Eletrobrás, em 30 anos – ou seja, na metade do tempo -, deu 500 megawatts [].” (vj/290)

Ø- “...está recebendo alguma coisa []...” (d2/sa-139)

2.5. CONCLUSÃO

Neste capítulo procurei apresentar os procedimentos metodológicos que nortearam a proposição dos fatores de variação, com o objetivo de contrapor a língua oral à língua escrita.

Além disso, cabe esclarecer que, subjacente à utilização dos fatores, está a manutenção da decisão apresentada em Tarallo, Kato et alii 1989:38-39, a saber:

“Conscientes e cientes da querela e do impacto das críticas de Lavandera (...) ao modelo variacionista, e norteados por uma previsível e quase fatalística virada no modelo laboviano (...), decidimo-nos, mesmo assim, por um tratamento quantitativo da ordem sintática do Português falado, atendo-nos principalmente à distribuição de dados (nesse sentido valendo-nos essencialmente de percentagens) e considerando os grupos de fatores como meros organizadores do universo da amostra analisada, e não como pesos probabilísticos para a explicação da variável dependente: (...).”

.....

NOTAS

¹ In Stowell 1981:113.

² Idem, p.114.

³ “Stowell admite que em algumas línguas pode haver um relaxamento do princípio da adjacência, permitindo uma adjacência não estrita, como, por exemplo, a possibilidade de ocorrência de elementos não nominais, como advérbios, entre o sujeito e o verbo.” (apud Tarallo, Kato et alii 1989:34)

⁴ Koizumi 1993 discute e mostra que a Condição de Adjacência não é bem motivada, é implausível em termos conceituais, é empiricamente incorreta. Para mais argumentos contra a Condição de Adjacência, a autora remete à leitura de Johnson 1991, 1992 e Pesetsky 1989.

⁵ Supõe-se que o caso nominativo do predicativo se dê por concordância nominal do sujeito, mas conferido via cópula (Kato, c.p.)

⁶ Conforme apresentado no primeiro capítulo, Lebeaux 1988 considera que as adjunções ocorrem por meio de transformações generalizadas, no decorrer da derivação. O autor propõe a regra *adjoin- α* , similar a *move- α* , que toma duas estruturas frasais e adjunge a primeira à segunda.

⁷ Apud Kato 1987.

⁸ Por ser esta uma síntese dos trabalhos já realizados, não apresentarei exemplificação dos subfatores. Para maiores detalhes, remeto à leitura dos textos em questão.

⁹ Foram considerados como marcadores automáticos os elementos sem função gramatical, discursiva ou narrativa.

-
- ¹⁰ Os parênteses indicam constituinte ausente, mas recuperável.
- ¹¹ S indica sujeito, V indica verbo, C₀ “indica complemento mais fechado em relação ao verbo e C₁ representa o constituinte que, apesar de subcategorizado pela cabeça, nela se prende de maneira mais frouxa”. (In Tarallo, Kato et alii 1989:44)
- ¹² Conforme Tarallo, Kato et alii, 1989:45.
- ¹³ Idem, p.57.
- ¹⁴ “Complemento...Complemento refere-se à estrutura da minioração, isto é, dois constituintes irmãos de V, co-indexados, com a seguinte ordem básica: SN(C₀) + SA (C₀). Os casos de inversão SA+SN foram considerados como (C₀)...C₀.....Antitop”. (apud Tarallo, Kato et alii 1992:321)
- ¹⁵ In Tarallo, Kato et alii 1992:321
- ¹⁶ Expl. = Expletivo nulo.
- ¹⁷ As relativas e as completivas são categorias complexas, cujas estruturas internas não foram analisadas.
- ¹⁸ Além destas, foram consideradas também as várias possibilidades com elementos nulos, como por exemplo: (C₀)...C₁; C₀....(C₁) e assim por diante. Além disso, em alguns momentos da transcrição, não se tinha certeza se o preenchedor ocorreria antes ou depois do elemento elidido. “A decisão foi tomada em função do preenchimento mais natural quando os elementos estão lexicalmente realizados. Assim, para "de vez em quando sai" foi considerado que o espaço preenchido é(S), pois "de vez em quando ele sai" é mais natural do que "ele de vez em quando sai".(In Tarallo, Kato et alii 1992:322)

-
- ¹⁹ Apesar de o *corpus* da língua oral ter sido formado pelo mesmo *corpus* mínimo compartilhado do Projeto de Gramática do Português Falado, houve necessidade de refacção da análise em virtude da proposição de fatores de variação diferenciados dos propostos nos trabalhos do grupo de RGPF.
- ²⁰ In Castilho 1990:19.
- ²¹ Foram utilizadas uma entrevista da Revista Veja e duas entrevistas da Revista Istoé. Da Revista Veja, foi utilizada a entrevista com Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, de 8/12/1993 e da Revista Istoé, as seguintes entrevistas: a primeira com Luiz Schwarcz, de 02/11/1994 e a segunda com Alba Zaluar, de 16/11/1994.
- ²² Lemle (s.d./mimeo) rediscute a noção de adjunto. Para tal, contrasta adjuntos e complementos, por meio da utilização de testes sintáticos. Um deles é o dos papéis exercidos pelos clíticos.
- ²³ Outro critério que também pode auxiliar a distinção entre os complementos é o critério da extração.
- ²⁴ Os complementos nulos discursivamente identificáveis são aqueles necessários à compreensão da sentença, mas ocorrem elididos porque se vinculam a um tópico discursivo, como por exemplo: "Eu ___ vi ontem à noite". Já os complementos nulos opcionais são culturalmente fixos e designam coisas genéricas, por exemplo: "Ele fuma ___ muito".
- ²⁵ A estrutura argumental do verbo será objeto de análise em separado, para que a hipótese a respeito de presença/ausência de argumentos possa ser verificada.
- ²⁶ Do mesmo modo que os trabalhos anteriores do GRGPF, "o termo envelope de variação aqui utilizado não faz jus ao estudo da variação lingüística *per se* uma vez que alguns

subfatores foram elencados já se prevendo de antemão sua natureza *knockout*, para o valor probalístico “1”. (...) Assim, (...) o termo variação caracteriza espaços de configuração da amostra, explicitáveis a partir do estabelecimento de uma variável dependente, de natureza binária que opõe tão e unicamente espaços de ruptura contra espaços de não-ruptura.” (Conforme Tarallo, Kato et alii 1989:40)

²⁷ Moino1996:221 considera bastante difícil caracterizar o primeiro verbo de uma locução, “dada a complexidade de critérios normalmente utilizados para que se possa considerar um verbo como auxiliar, modal ou pleno (conforme Lobato 1975).” Neste trabalho, optei por considerar como auxiliares os verbos ser, ter, estar, haver, os aspectuais e os modais.

²⁸ Na codificação, não foi feita distinção entre adjuntos gerados *in-situ* e adjunção por movimento. Esta distinção será retomada na descrição.

²⁹ Nesta seção não será feita distinção entre tópico e deslocamento à direita, dado o fato de o Português do Brasil poder ter objeto nulo (apud Galves 1984). Também não se fará distinção entre os deslocamentos à esquerda, os tópicos, múltiplos sujeitos e adjuntos sem cabeça, conforme definido no primeiro capítulo.

.....

CAPÍTULO 3

O ALGORITMO DE PREENCHIMENTO NAS FRONTEIRAS DE CONSTITUINTES

3.1. INTRODUÇÃO

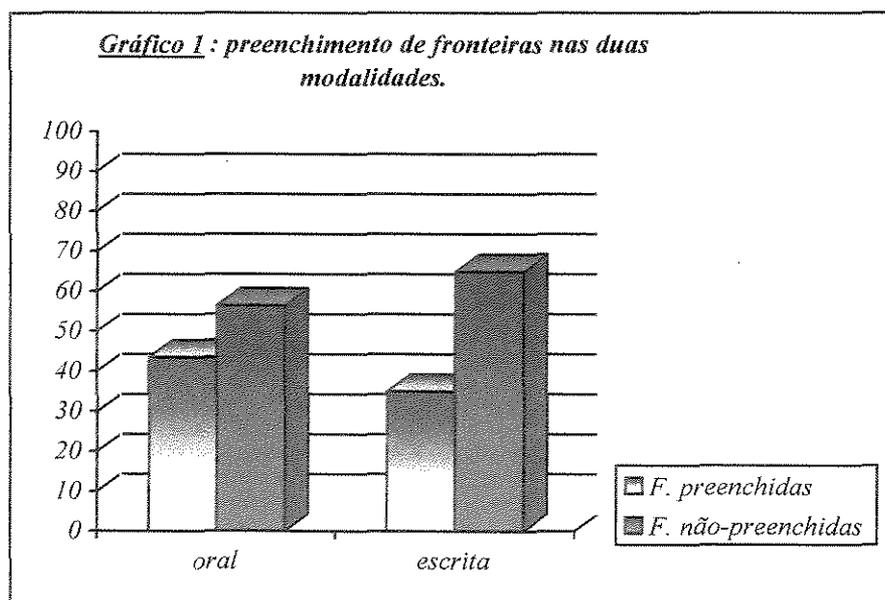
Neste capítulo apresento a descrição e análise dos dados obtidos após o cruzamento da variável dependente e os grupos de fatores estabelecidos no capítulo anterior. Para viabilizar esta descrição, optei por dividi-la em duas partes: a primeira visa fornecer um quadro geral da ocorrência e/ou não ocorrência dos preenchedores nas fronteiras de constituintes.

Nesta perspectiva, discorro sobre as fronteiras de preenchimento e a distribuição dos preenchedores nas duas modalidades e nos três tipos de texto. Além disso, ocupo-me também da descrição da distribuição dos preenchedores discursivos, em uma abordagem funcional.

Na segunda parte, busco delinear um quadro geral dos preenchedores sintáticos procurando compatibilizar o comportamento dos mesmos às análises apresentadas no primeiro capítulo.

3.2. FRONTEIRAS DE PREENCHIMENTO

O *corpus* que compreende os dados referentes à análise compôs-se de 2511 amostras na língua escrita e 7007 na língua oral. O percentual de preenchimento e não-preenchimento distribuiu-se, conforme Gráfico 1¹, a seguir:



A diferença entre preenchimento e não-preenchimento, nas duas modalidades, deve ser salientada: na língua oral ocorre uma diferença de 13 pontos percentuais entre preenchimento e não-preenchimento; já na língua escrita, esta

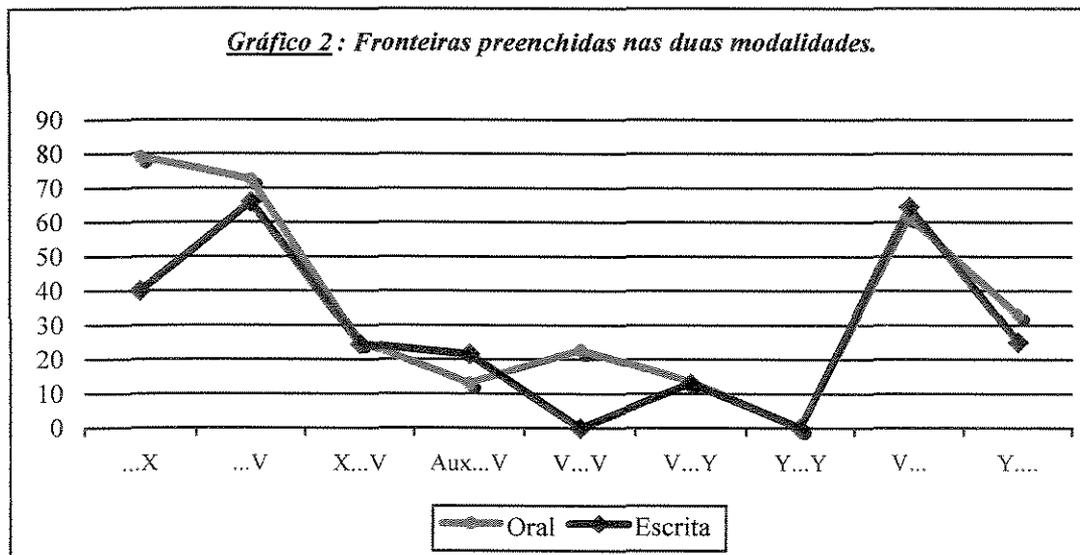
diferença atinge 30 pontos percentuais, evidenciando que a língua escrita é menos permeável ao preenchimento do que a língua oral. Entretanto, quando se compara apenas o percentual de preenchimento entre as duas modalidades, a diferença diminui consideravelmente: 35% de preenchimento na língua escrita e 43,5% na língua oral.

Os resultados acima são interessantes, uma vez que, em Tarallo, Kato et alii 1989, a análise dos dados de 15 minutos de gravações de língua oral evidenciou que $\frac{1}{4}$ da amostra apresentou uma “sintaxe truncada”, com 23,6% de interrupção e 76,4% de não-interrupção. A diferença entre os resultados dos dois projetos parece se dever não só à ampliação do *corpus* quanto à alteração nas fronteiras de preenchimento.²

Neste trabalho, as fronteiras de preenchimento, conforme mencionado anteriormente, foram categorizados de modo a evidenciar a posição relativa dos elementos em relação ao verbo: no espaço ...X foram incluídos os preenchedores que ocorreram antes do sujeito lexical; no espaço ...V, os preenchedores que ocorreram antes de V em estruturas claramente SVO, mas com sujeito nulo; no espaço X...V os preenchedores que ocorreram entre S e V; no espaço Aux...V, os preenchedores que ocorreram entre o verbo Auxiliar e verbo principal; no espaço V...V, os preenchedores que ocorreram entre dois verbos; no espaço V...Y os preenchedores que ocorreram entre verbo e o complemento e entre verbo e Minioração; no espaço V... foram incluídos os preenchedores que ocorreram após V em estruturas S V, S V C₀ (com C₀ nulo), S V C₀ C₁ (com C₀ e C₁ nulos) e S V minioração (com a minioração elidida); no espaço Y... foram incluídos os preenchedores que ocorreram após complementos e minioração.

O Gráfico 2, a seguir, diagrama os resultados obtidos do cruzamento entre as duas modalidades no que se refere ao preenchimento das fronteiras.

Gráfico 2: Fronteiras preenchidas nas duas modalidades.



Este Gráfico evidencia que ...X é o espaço privilegiado pelos preenchedores na língua oral, ao passo que, na língua escrita, o espaço ...V é o que apresenta maior ocorrência de preenchedores. Deve-se destacar, entretanto, que, embora privilegiando as margens, há diferenças de comportamento entre as duas modalidades. Na margem à esquerda, a diferença de preenchimento nas duas modalidades é bastante significativa: 79% de ocorrências na língua oral e 40% na língua escrita. Por outro lado, na margem final, a língua oral apresenta um percentual de 61,5% de ocorrências e a língua escrita, 64,5% após V... e, na fronteira Y..., a língua oral apresenta 33% de preenchimentos e a língua escrita 25%. Além disso, o percentual de preenchimento na fronteira V...V também diferencia as duas modalidades: na língua escrita, esta fronteira não admite preenchimento, ao passo que, na língua oral, há 22,7% de preenchimento.

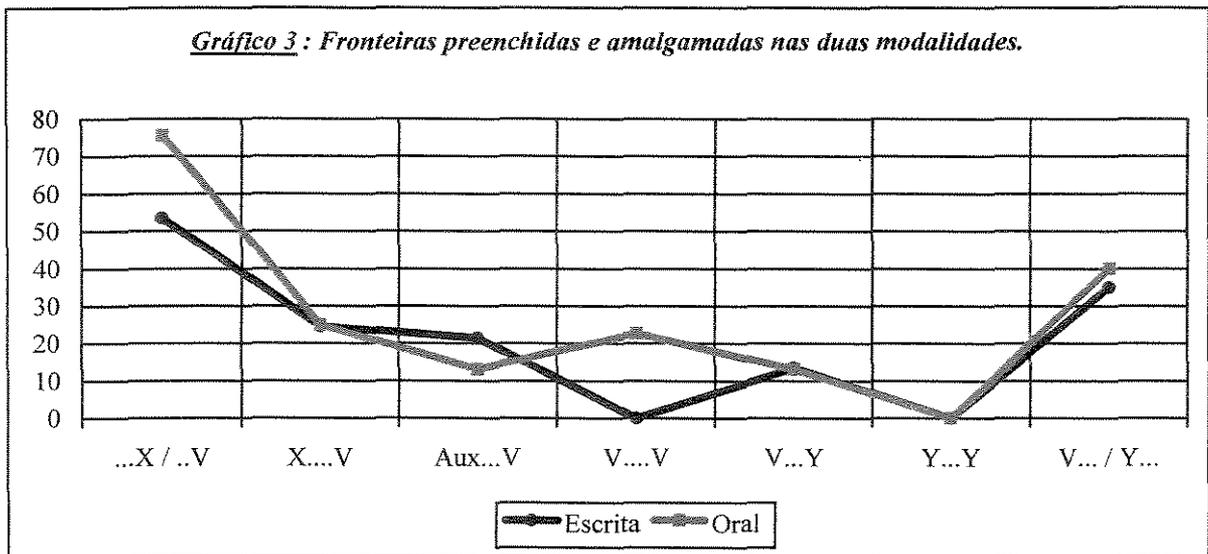
A ocorrência de preenchedores nas margens vai de encontro ao que Kato 1999a considera em relação à estrutura da sentença. Para a autora, “no nível rítmico/prosódico, o PB prefere o padrão XVY, podendo X e Y ser constituintes

gramaticais ou, na sua ausência, elementos discursivos. Quanto da gramática é determinada pelos padrões rítmicos/prosódicos de uma língua, é o que falta determinar. Como hipótese, podemos que o padrão rítmico/prosódico entra como um parâmetro, da mesma forma que um tipo de morfologia, não sendo, portanto, totalmente determinadora da gramática, mas tendo um papel importante de reduzir suas possibilidades”.

As fronteiras X...V, Aux...V, V...Y e Y... comportam-se de modo quase similar nas duas modalidades, com baixa incidência de preenchedores. Em relação à fronteira Y..., as duas modalidades apresentam uma diferença significativa de oito pontos percentuais; já em relação às fronteiras ...V e V..., as duas modalidades apresentam tendência semelhante. Além disso, as duas modalidades diferenciam-se também em relação à fronteira V...V, uma vez que a língua escrita não admite ocorrência de preenchedor nesta fronteira.

Deve-se ressaltar ainda que o espaço ...V acomoda também preenchedores que poderiam ocorrer antes do sujeito lexical; do mesmo modo, o espaço V... acomoda preenchedores que ocorrem ao final da sentença da mesma forma que a fronteira Y.... e, sob esta perspectiva, se o espaçoV for amalgamado aX, e o espaço V... amalgamado a Y..., obtêm-se os resultados apresentados no Gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3: Fronteiras preenchidas e amalgamadas nas duas modalidades.



Ao amalgamar as fronteiras de preenchimento iniciais e finais, respectivamente ...X/..V e V.../Y..., percebe-se que a grande diferença entre língua oral e língua escrita repousa basicamente na diferença de ocorrência de preenchedores no início da sentença e na fronteira V...V.

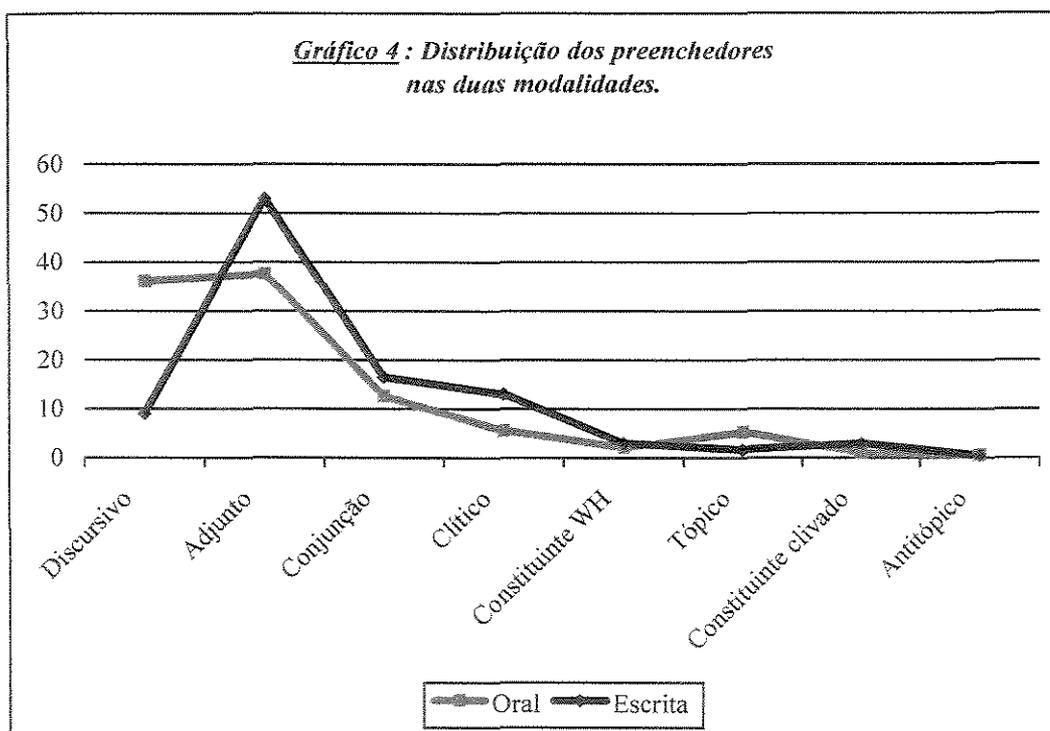
Além disso, os resultados apresentados neste gráfico encobrem a diferença de preenchimento na fronteira Y..., evidenciada no gráfico anterior. Entretanto, considerando que Y... e V... são fronteiras finais, optei por manter o amalgamento, pois uma das grandes diferenças entre língua oral e língua escrita ainda se mantém, a saber: a diferença de preenchimento na margem inicial e na fronteira V...V.

Os resultados referentes à língua oral aproximam-se daqueles já obtidos em análises anteriores do GRGPF que possibilitaram a conclusão de que, excetuando-se a última fronteira, “há uma ordem decrescente de quantidade de preenchimento da esquerda para a direita, exatamente acompanhando o fluxo da fala. Admitindo-se que o planejamento é maior no início de cada fluxo, o resultado mostra

que há mais preenchimento nos momentos de maior planejamento”.³ Entretanto, se se consideram apenas os preenchedores sintáticos, estes resultados sofrem alterações, conforme será visto posteriormente.

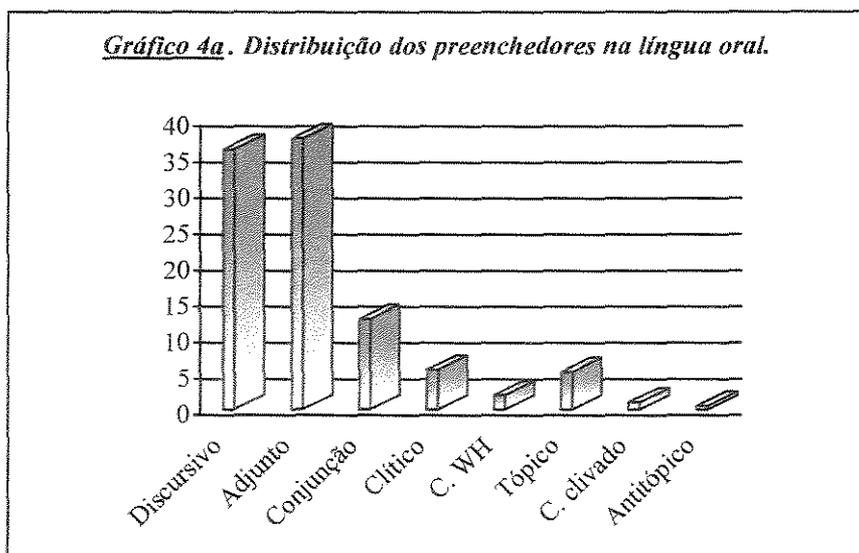
Ao comparar as duas modalidades, parece não se confirmarem as questões referentes a planejamento, pois, em ambas, a quantidade de preenchimento é maior nas margens iniciais. Apesar disso, a diferença que se estabelece entre as duas modalidades parece poder ser explicada apenas pelo fato de, na língua escrita, procedimentos referentes a planejamento não serem visibilizados, acarretando a menor quantidade de preenchimento nesta modalidade nas margens iniciais.

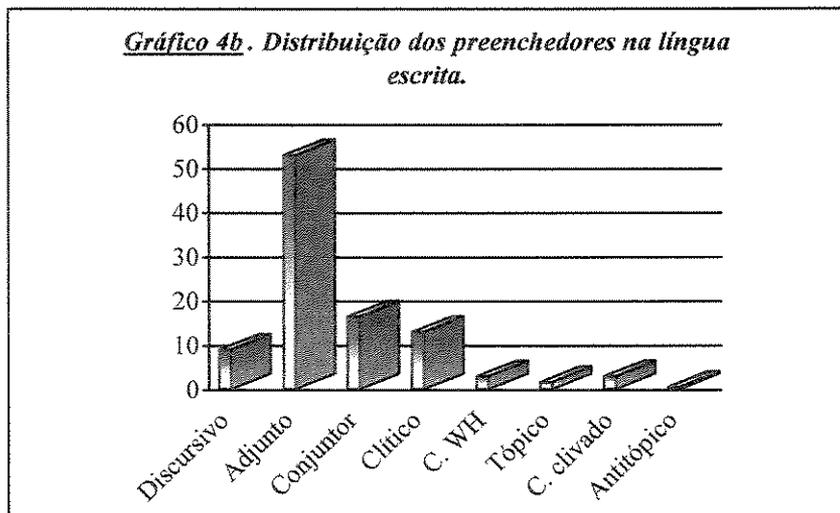
O Gráfico 4, a seguir, apresenta a ocorrência de cada preenchedor nas duas modalidades, em termos percentuais, evidenciando que a diferença que se estabelece entre as duas modalidades é, à primeira vista, apenas quantitativa.



Os dados do Gráfico acima evidenciam que os preenchedores distribuem-se, principalmente, na função de discursivos (36%) e de adjuntos (37,5%) na língua oral, e concentram-se na função de adjuntos (53%) na língua escrita. Além disso, a diferença entre a ocorrência de discursivos nas duas modalidades é bastante acentuada: 36% na língua oral e 9% na língua escrita. Estes resultados parecem confirmar a hipótese de que os discursivos ocorrem na língua escrita apenas com o objetivo de simular a fala.

Para uma melhor visualização dos resultados, apresento, a seguir, os percentuais obtidos na língua oral e língua escrita, em gráficos separados.





Pode-se perceber, por estes dois gráficos que a língua oral privilegia os discursivos e adjuntos como preenchedores, ao passo que a língua escrita privilegia os adjuntos. Além disso, estes dados confirmam, portanto, o que já foi mencionado anteriormente, no que se refere a questões de planejamento: a quantidade de discursivos na língua escrita parece ser evidência de que os mesmos são empregados na língua escrita, nestes tipos de texto, apenas com o objetivo de simular a fala.

Embora os outros preenchedores tenham apresentado baixos percentuais de ocorrência, alguns aspectos merecem ser destacados:

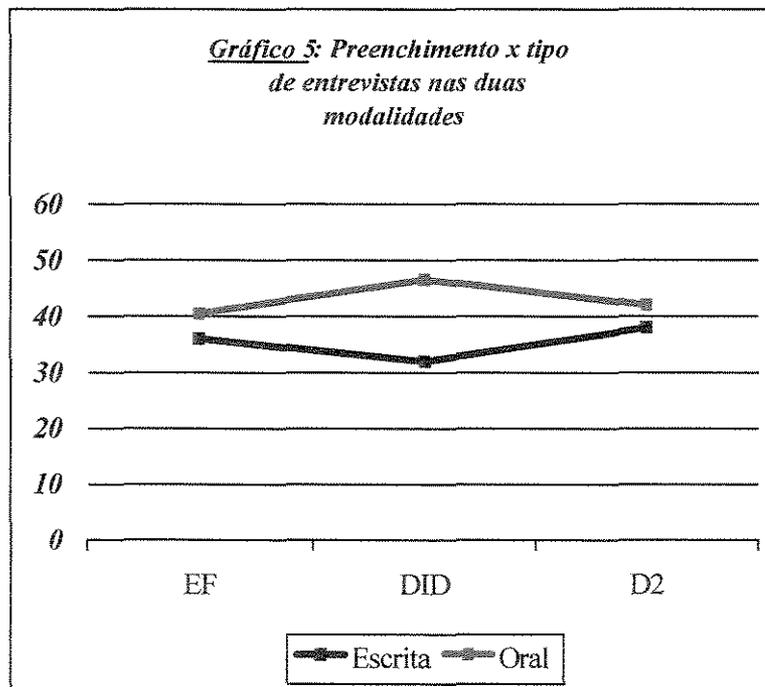
- os clíticos apresentaram comportamentos diferentes em relação às duas modalidades, confirmando o que já era esperado: a língua escrita apresenta maior percentual de retenção de clíticos do que a língua oral;
- ao se contrapor a ocorrência de construções com tópico às construções com constituintes clivados, percebe-se que o comportamento destas estruturas é inversamente proporcional:

maior ocorrência de estruturas com tópico na língua oral *versus* maior ocorrência de estruturas com termos clivados na língua escrita.

Deve-se observar ainda que os quantificadores flutuantes apresentaram baixo percentual de ocorrência nas duas modalidades: 0,07% na língua oral e 0,3% na língua escrita. Estes índices parece terem sido motivados pelo fato de os mesmos, nos textos analisados, flutuarem mais no interior do NP do que entre os constituintes da sentença. Estes quantificadores, conforme (1) abaixo, não foram, portanto, considerados como preenchedores. Por esta razão, os quantificadores que flutuaram nas fronteiras em estudo foram amalgamados aos adjuntos, em função da similaridade de comportamento destes ao comportamento dos aspectuais, conforme Kato e Nascimento 1996.

(1) “O pessoal **todo** tem que se exercitar...”. (did/sp-576)

Em relação ao tipo de entrevistas, os preenchedores apresentaram o seguinte comportamento:



As duas modalidades apresentaram diferenças percentuais significativas nos três tipos de entrevistas, mas, quando se contrapõe DID aos outros tipos de textos, pode-se perceber que as diferenças são maiores. Na língua escrita, a elocução intermediária (DID) apresenta menor percentual de preenchimento, em relação à elocução formal (EF). Já na língua oral, D2 apresenta percentual de preenchimento menor do que em DID.

Portanto, por estes dados, não é possível hierarquizar o preenchimento nas fronteiras de constituintes em termos de maior ou menor grau de formalidade, considerando-se EF o gênero mais formal e D2 o menos formal. Além disso, conforme hipótese aventada, as Elocuções Formais, na língua oral, por

apresentarem, teoricamente, maior grau de formalidade, deveriam se aproximar, em termos de comportamento, aos textos da língua escrita.

Assim, a hierarquia de preenchimento que se pode estabelecer é a seguinte:

Língua escrita: D2 > EF > DID

Língua oral: DID > D2 > EF

Na verdade, esta hierarquia confirma o que já havia sido evidenciado por Urbano 1988:3 que relativiza o conceito de formalidade nas entrevistas do Projeto NURC do seguinte modo:

*“Os DID são inquéritos que, embora apresentem características próprias, revelam muitas das marcas presentes no primeiro e segundo tipo de inquéritos já publicados. Para ficar, no momento, apenas na característica da **formalidade/informalidade**, podemos dizer que os DID apresentam, ao mesmo tempo, marcas de formalidade, presentes na EF e de informalidade, patentes nos D2. Mas, por outro lado, as chamadas elocuições formais (EF) recolhidas pelo Projeto, não são tão formais, nem os diálogos (D2 e DID), tão informais.”*

O cruzamento tridimensional entre tipo de entrevistas, preenchimento nas fronteiras de constituintes e as duas modalidades apresentou os seguintes resultados:

Gráfico 6: Fronteiras de preenchimento x tipos de entrevistas na língua escrita.

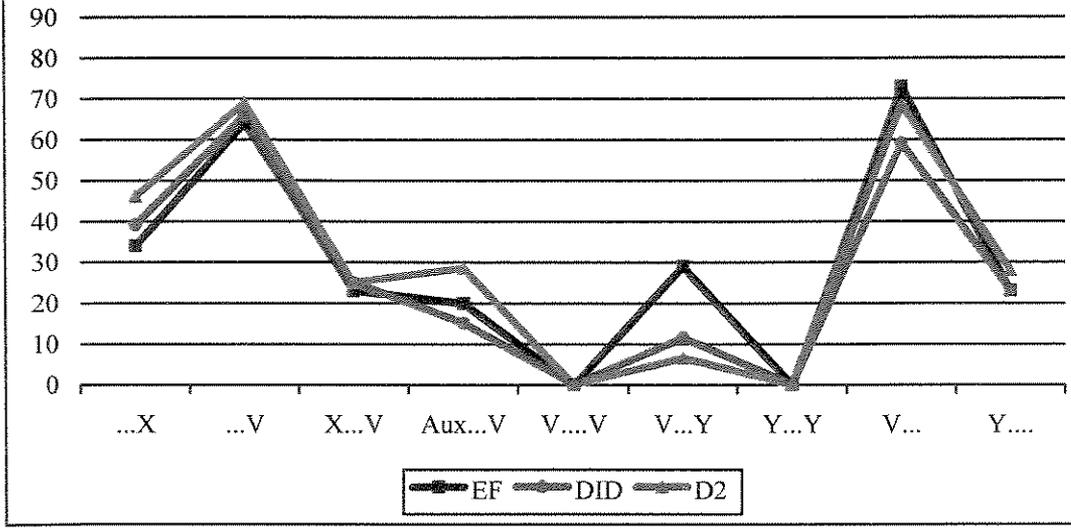
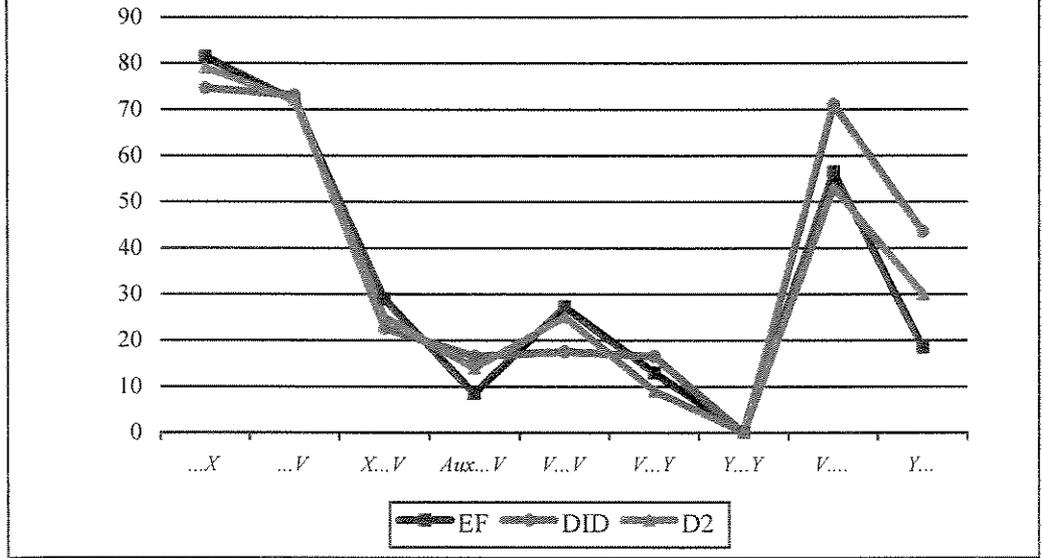


Gráfico 7: Fronteiras de preenchimento nos três tipos de entrevistas na língua oral.



Por meio destes resultados, pode-se observar inicialmente que a língua escrita privilegia as fronteiras V... e V... como espaço para maior concentração de preenchedores. Já a língua oral privilegia as fronteiras ...X, ...V e V.... .

É interessante observar que as fronteiras ...V e V... são aquelas em que os argumentos do verbo não ocorrem ou não estão explicitados, o que parece confirmar que a ausência de argumento concorre para propiciar a presença de preenchedores. A grande ocorrência de preenchedores na fronteira ...X poderia, em princípio, invalidar esta constatação, mas é necessário lembrar que, nesta fronteira, ocorre a maior concentração de discursivos na língua oral.

Considerando estes dados, percebe-se que a diferença maior entre as duas modalidades repousa nas fronteiras localizadas nas margens. Os resultados permitem ainda afirmar que as fronteiras podem ser consideradas a partir de dois blocos distintos: o primeiro que se refere às margens, conforme descrito nos dois parágrafos anteriores, e o segundo que se refere às fronteiras intermediárias. Nestas percebe-se que as fronteiras X...V e V...Y apresentam baixa incidência de preenchedores nos três tipos de texto, nas duas modalidades. Já as fronteiras Aux...V e V...V comportam-se diferentemente em D2. Na língua escrita, não há ocorrência de preenchedores na fronteira V...V, mas estes ocorrem na fronteira Aux...V. Já na língua oral, a fronteira V...V concentra mais preenchedores que a fronteira Aux...V.

Além disso, deve-se ainda ressaltar o fato de a fronteira V...Y, na língua escrita, destacar-se das outras com um percentual de 31% em EF, distanciando-se bastante de D2 e DID. Observe que V...Y congrega as seguintes fronteiras: V...CoC1, V...Co e V...minioração. Assim, estes dados parecem confirmar mais uma vez que não é possível estabelecer uma hierarquia entre os graus de formalidade, uma vez que o gênero teoricamente mais formal, apresenta percentual mais alto de preenchedores em local onde não se deveria esperar quebra da adjacência.

3.3. PREENCHEDORES NAS FRONTEIRAS DE CONSTITUINTES

Nesta seção apresento a distribuição dos preenchedores nas fronteiras de constituintes para análise dos respectivos resultados, a partir dos percentuais obtidos. Inicialmente apresento a Tabela 1⁴, cujos resultados serão utilizados para descrição e análise de todos os preenchedores, nas próximas seções.

Tabela 1- Função do Preenchedor x Fronteiras de Preenchimento nas duas modalidades por fronteiras ⁵

		X...	V...	X...V	Aux...V	V...V	V...Y	Y...Y	V...	Y...
Disc	Esc.	16%	8%	3,4%	11%	-	6%	-	4,5%	10,5%
	Oral	44,5%	29%	15%	13%	70%	33,3%	-	25%	52%
Adj.	Esc.	34,5%	38%	61%	27,5%	-	53%	-	84,5%	84%
	Oral	18%	31%	58%	32%	30%	64,5%	-	71%	45,5%
Clit.	Esc.	-	16%	33,5%	61%		32%	-	5,4%	-
	Oral	-	9,5%	26,5%	55%	-	2%	-	0,003%	-
Top	Esc.	5%	2%	-	-	-	-	-	-	-
	Oral	14%	5%	-	-	-	-	-	-	-
Cliv.	Esc.	8%	2%	1%	-	-	-	-	4,5%	-
	Oral	1%	1%	-	-	-	-	-	2%	0,5%
WH	Esc.	6,5%	5,5%	-	-	-	-	-	1%	-
	Oral	2,5%	4,5%	-	-	-	-	-	0,3%	-
Antit	Esc.	-	-	-	-	-	-	-	-	4%
	Oral	-	-	-	-	-	-	-	2%	2%
Conj	Esc.	29%	28,5%	1%	-	-	9%	-	-	1,5%
	Oral	20,5%	21,5%	-	-	-	-	-	-	-

3.3.1. PREENCHEDORES DISCURSIVOS

O contraponto entre os preenchedores discursivos que ocorrem na língua oral e na língua escrita será desenvolvido a partir de Oliveira e Silva, Tarallo & Braga 1996, embora as fronteiras de preenchimento utilizadas por estes autores sejam diferentes daquelas com as quais estou trabalhando, conforme já mencionado anteriormente. Esta divergência em relação às fronteiras não compromete a análise, uma vez que, neste trabalho, houve mais readequação do que alteração de fronteiras, para compatibilização ao referencial teórico adotado.

Com o objetivo de explicitar o que está sendo considerado como discursivo, bem como de contrapor as duas modalidades, apresento, sinteticamente, a caracterização feita por estes autores.

Segundo os autores, os discursivos classificam-se em:

- (i) citação- “enunciados bem formados que reproduzem a fala de outrem”.

Ex: “Então ele acorda,
E te pergunta do quarto dele se tem aula
Se tem aula,
“Droga,
estou com sono,
Quero dormir,
Eu tenho dor disso,
Dor daquilo.” (p.194-195)

- (ii) elementos motivados por dificuldades de planejamento ou processamento lingüístico: correções, gaguejos, hesitações, falsos inícios e unidades entonacionais destacadas (UIDs).
- (iii) a. Marcadores: atuam mais visivelmente no nível da construção do texto e da interação: *iniciadores*, *requisitadores de apoio discursivo*, *partículas de extensão*,

anunciadores de complemento. Exs: agora, assim, bem, bom, digamos, quer dizer, sabe? É claro, tudo bem, inclusive, de modo que, a seguir, por exemplo, etc.

- b. Palavras de classificação à parte: “segmentos que apresentam comportamento ambíguo, dificultando a caracterização do comportamento “marcador” x “não-marcador””: Exs: *Alguns advérbios em mente, por sinal, é óbvio, inclusive, segundo, em (primeiro) lugar, primeiramente, por exemplo, etc.*

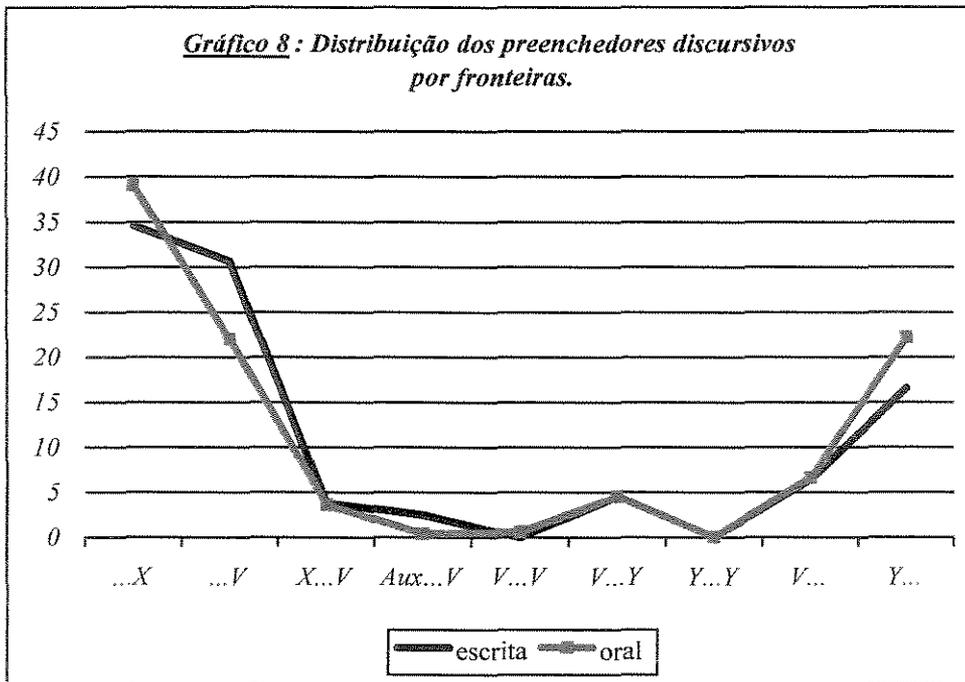
Deve-se observar ainda que os marcadores e as palavras de classificação à parte, foram amalgamados na categoria de marcadores, em função do comportamento similar de ambos.

Ao analisar os discursivos da língua escrita, procurei seguir, na medida do possível, a classificação proposta por Oliveira e Silva, Tarallo & Braga, uma vez que, conforme hipótese já aventada, os discursivos que ocorrem na língua escrita procuram simular a fala. Em conseqüência, segmentos motivados por dificuldades de planejamento ou processamento lingüístico não são visibilizados na língua escrita, ficando a possibilidade de ocorrência de discursivos, nesta modalidade, restrita a possíveis citações e aos marcadores.

Esclareço ainda que os discursivos serão apresentados sob uma perspectiva descritiva, não serão, portanto, analisados conceptualmente. Além disso, a análise procurará ter como foco a língua escrita, pois a língua oral já está suficientemente descrita em Oliveira e Silva, Tarallo e Braga 1996.

Inicialmente, serão apresentados os dados obtidos em relação apenas ao total de ocorrência dos mesmos, ou seja, os percentuais foram obtidos levando em consideração o total de discursivos na língua oral (1096) e o total de discursivos na língua escrita (78). Somente após esta descrição, será feita a análise, levando-se em consideração o total de fronteiras em cada modalidade e o total de

ocorrências nas fronteiras. O Gráfico 8, a seguir, apresenta o percentual de ocorrência de discursivos em cada fronteira.



Os resultados obtidos demonstram que, em termos percentuais, os discursivos ocorrem, nas duas modalidades, preferencialmente na margem inicial ...X e na margem final Y.... .

Observe que, por este Gráfico, já é possível vislumbrar indícios de estabelecimento do algoritmo de preenchimento, pois os dados possibilitam a construção da curva U de frequência, em que as frequências mínimas encontram-se na parte central e as máximas nas extremidades. Além disso, deve-se ressaltar a similaridade entre as curvas, evidenciando que, embora os discursivos nas duas modalidades se diferenciem no que se refere à função, em termos de preenchimento, comportam-se de modo bastante aproximado.

Em relação às margens, Castilho 1989:253, ao abordar a Unidade Discursiva, define-a como “um segmento do texto caracterizado (i) semanticamente,

por preservar a propriedade de coerência temática da unidade maior, atendo-se como arranjo temático secundário ao procedimento de um subtema, e (ii) formalmente, por se compor de um núcleo e de duas margens”.

De acordo com o autor, a margem esquerda, no aspecto formal, é marcada por Marcadores Conversacionais orientados para o texto e a margem direita é ocupada por Marcadores Conversacionais orientados para o falante, e não são intercambiáveis. As amostras abaixo exemplificam estas orientações:

(2) “E poderia ser diferente, **meu pobre Robério?** (rb/248/33)

(3) “**De um lado**, ela não permite a conceituação e a vivência da história, como processo criativo.” (tg/73/28)

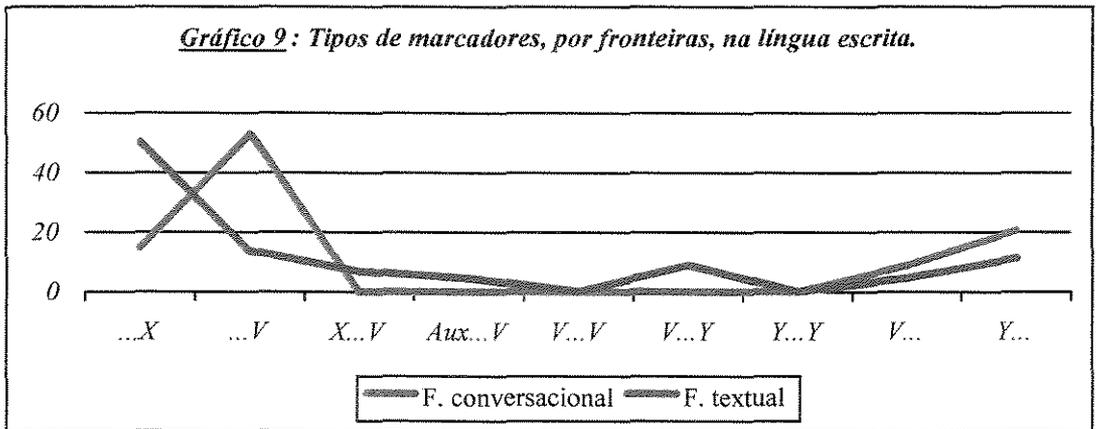
Em relação aos outros preenchedores e conforme a Tabela 1, os discursivos, na língua escrita, apresentam um percentual de 16% de ocorrência na margem ...X, correspondendo ao terceiro maior índice de ocorrências de preenchedores que é suplantado pelo índice dos adjuntos (34,5%) e de conjunções (29%). Já na língua oral, o maior índice de ocorrência de preenchedores na margem ...X é de discursivos (44,5%), seguido de conjunções (20,5%).

Deve-se salientar que, na língua escrita, os discursivos apresentam características divergentes das dos discursivos da língua oral: ora ocorrem como marcadores com função conversacional, conforme (4), ora como marcadores com função textual, conforme (5):

(4) “ **Bolas**, desde quando tornou-se obrigatório ao marido convidar a esposa para as refeições?” (rb/14)

(5) “**Nesse sentido**, eu acho que os editores sofrem...” (ie/124)

Por esta razão, os preenchedores discursivos da língua escrita foram reclassificados como marcadores com função conversacional ou com função textual. Os resultados referentes a esta nova classificação podem ser verificados no Gráfico 9⁶, a seguir, em que são apresentados por fronteiras de preenchimento.



Apesar de ocorrerem em quase todas as fronteiras, os marcadores apresentam comportamento diferente no que se refere à função: os conversacionais ocorrem apenas nas margens e os textuais distribuem-se por todas as fronteiras, excetuando-se V...V e Y...Y. Além disso, ocorrem preferencialmente na fronteira à esquerda, antes do sujeito (...X), repetindo, aparentemente, o mesmo padrão de comportamento dos discursivos da língua oral.⁷

Deve-se adiantar, ainda, conforme análise mais detalhada à frente, que os marcadores com função conversacional ocorrem principalmente em D2. Já os marcadores com função textual distribuem-se nos três tipos de registro, embora em D2 privilegiem as margens.

Além disso, os marcadores com função textual que ocorrem nas fronteiras internas X...V, Aux...V e V...Y caracterizam-se como Segmentos de

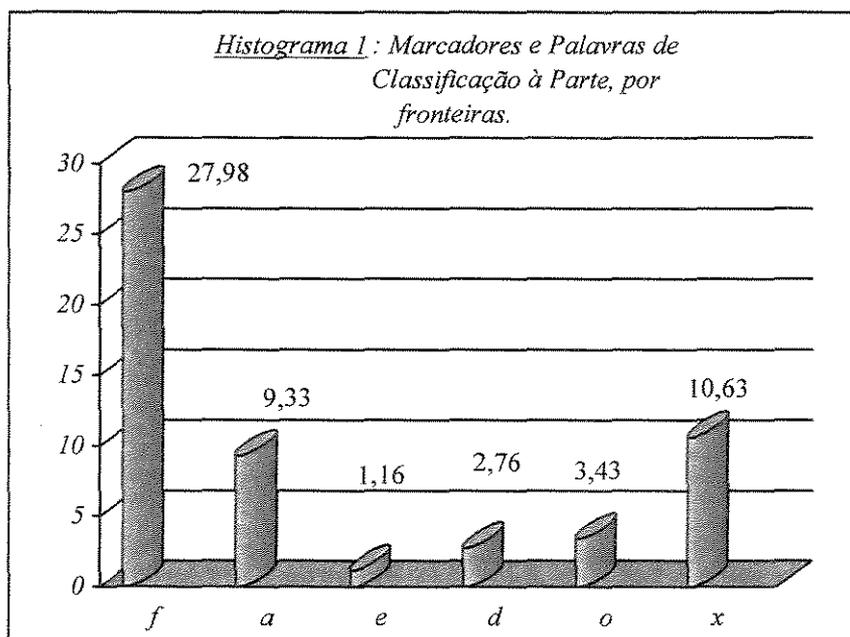
Classificação à parte, como por exemplo: *sua vez*, *pelo contrário*, ou ainda segmentos que dão ênfase ao que já foi mencionado, conforme exemplos abaixo:

- (6) “...a forma de ensinar a ler foi, e em alguns lugares ainda é, como você falou, chata e desestimulante. (ie/33)
- (7) “A televisão, por sua vez, é rápida na filmagem do que está acontecendo”. (vj/116)
- (8) “Encontramos, pelo contrário, uma série de pequenos estados...” (tg/113)
- (9) “...a realização ou perfeição pessoal e, concomitantemente a felicidade própria, afirmavam essas doutrinas, decorrem da integração...” (tg/402/177)

Oliveira e Silva, Tarallo e Braga 1996 investigaram a distribuição dos marcadores e segmentos de classificação à parte em relação ao número de fronteiras no corpus. Os resultados referentes à língua oral podem ser visualizados a partir da Tabela 2 e Histograma 1⁸:

Tabela 2: Marcadores e segmentos de Classificação à Parte⁹

Fronteiras	Nº	Total de Fronteiras	%
f	436	1558	27,98
a	14	150	9,33
e	18	1548	1,16
d	48	1733	2,76
o	8	233	3,43
x	160	1505	10,63



Os autores assinalam, a partir do Histograma 1 e da Tabela 2, acima, que:

“os marcadores, como um todo, ocorrem preferencialmente às margens extremas dos enunciados, embora não excluindo a possibilidade de aparecerem em outras fronteiras”.

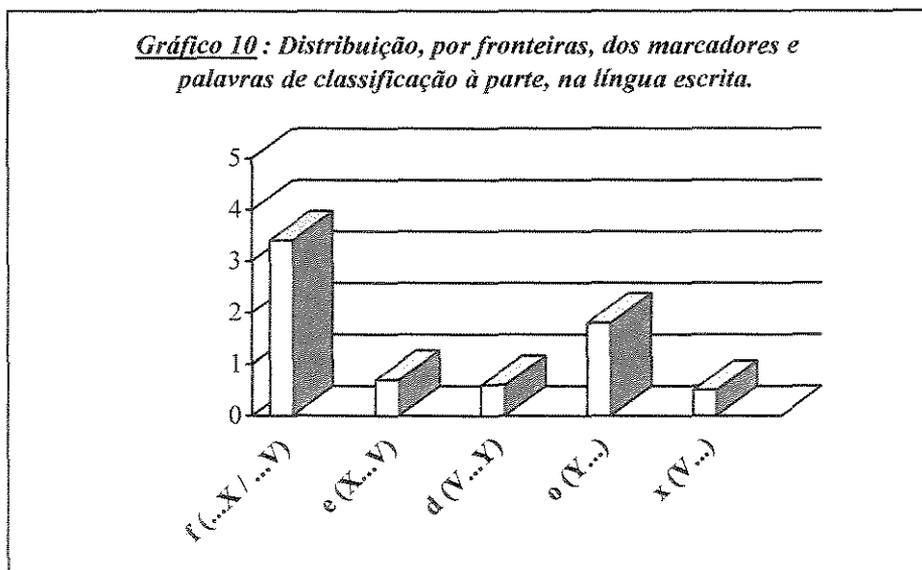
Além disso, consideram que

“a partir da segmentação de amostras de fala por critérios sintáticos que desconsideraram tanto os aspectos entonacionais quanto a distribuição dos marcadores, comprovamos que estes, como um todo tendem a aparecer às margens dos enunciados. Confirmam-se assim, de forma independente e não circular, as constatações de outros autores (Marcuschi 1986, Schiffrin 1987, Castilho 1986, etc) que também descreveram tais posições como o local prioritário dos discursivos”.

Na língua escrita, foram obtidos os resultados¹⁰ abaixo em que as fronteiras, neste trabalho, sofreram realinhamento para aproximação com os dados da língua oral¹¹.

Tabela 3: Marcadores e segmentos de Classificação à Parte

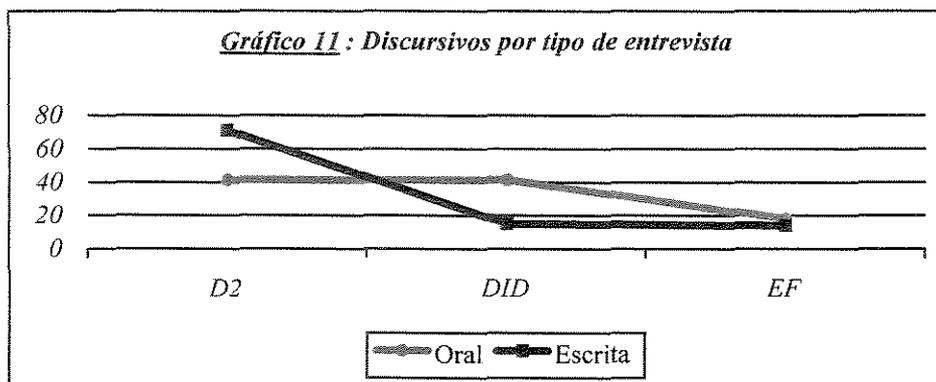
Fronteiras	Nº	Tot. de Front.	%
f (=.....X/...V)	28	807	3,4
e (=X...V)	3	433	0,7
d (=V...Y)	4	602	0,6
o (=Y...)	3	603	0,5
x (=V...)	5	274	1,8
Total	44	2719	



Este Gráfico aproxima-se do Histograma 1, no que se refere à ocorrência preferencial de marcadores nas margens extremas. Entretanto, para se poder

fazer afirmações mais consistentes em relação às duas modalidades, é necessário analisar o comportamento destes preenchedores, em relação ao tipo de entrevistas e em relação à função que os mesmos desempenham, principalmente, na língua escrita.

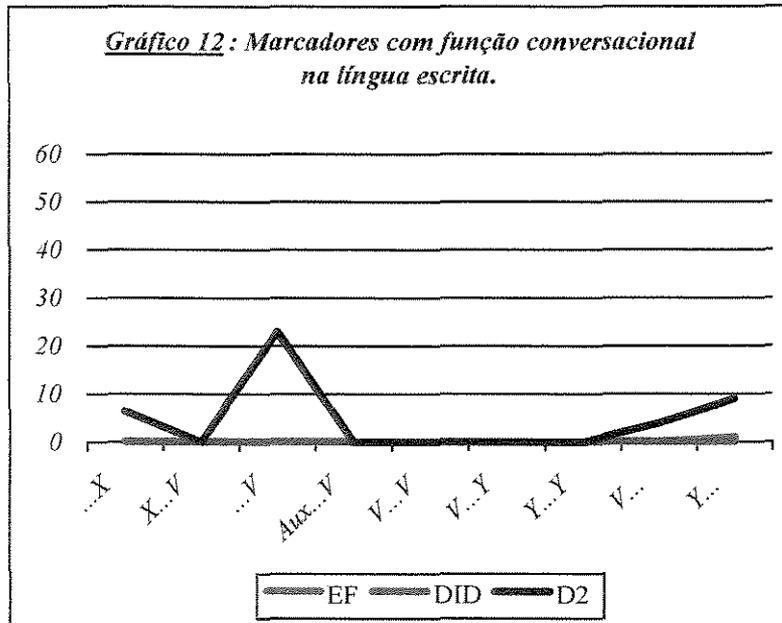
A distribuição dos discursivos em relação ao tipo de entrevista, apresentou os seguintes resultados:



Em relação ao tipo de entrevistas, os discursivos comportam-se de forma oposta nas duas modalidades tanto em relação a DID, com 41% de ocorrências na língua escrita e 15% na língua oral, quanto a D2 com 41% na língua oral e 71% na língua escrita.

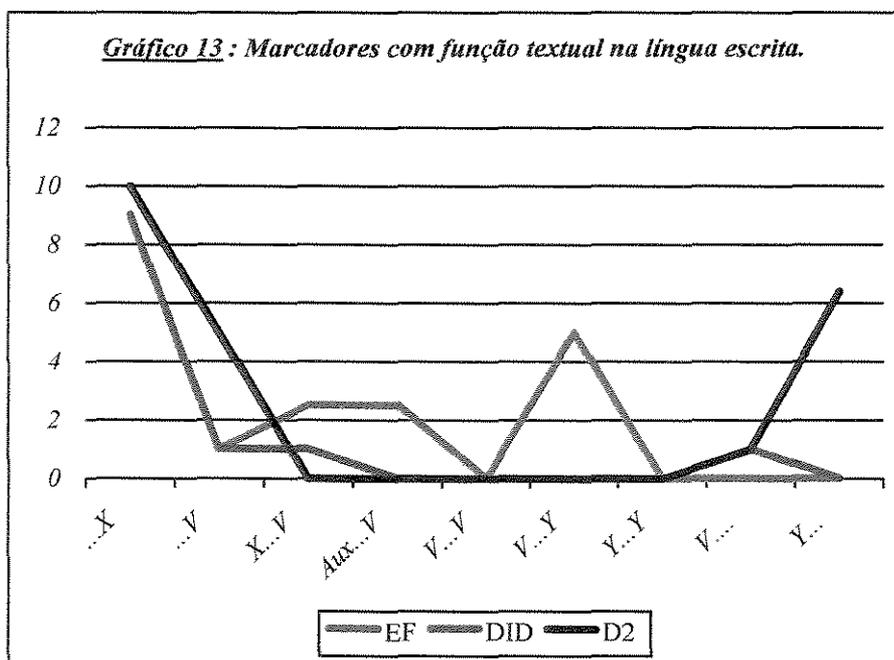
Na língua oral não há diferença percentual entre DID e D2. A diferença mais significativa repousa no confronto entre EF, por um lado, e DID/D2 por outro. Já na língua escrita, a diferença de percentual repousa entre D2, por um lado, e DID/EF, por outro. Além disso, o grau de formalidade é mais marcado, o que já era esperado, uma vez que o processo de editoração ocorre nos três tipos de registro, mas em DID e, principalmente em D2 da língua escrita, é necessário utilizar/manter marcadores para minimizar o aspecto de formalidade: tanto em DID quanto em D2, os marcadores têm a função de explicitar o tipo de texto.

Os Gráficos 12 e 13, a seguir, apresentam a distribuição dos marcadores na língua escrita, em que fica mais evidente o emprego acentuado de marcadores com função conversacional em D2.



É interessante observar que em EF ocorre apenas 1% de Marcadores com função conversacional e em DID não há ocorrência desses marcadores, o que parece apontar para a possibilidade de este tipo de entrevista caracterizar-se como mais formal do que EF.

Já os marcadores com função textual ocorrem nos três tipos de texto e em quase todas as fronteiras em EF e DID, embora a margem à esquerda e a fronteira V...Y sejam as preferidas por este tipo de marcador. D2 apresenta um comportamento diferenciado, pois privilegia apenas as margens para a ocorrência dos dois tipos de marcadores.



Deve-se ressaltar ainda que a distribuição de alguns marcadores por fronteira possibilitou a Oliveira e Silva et alii desvendar o comportamento de alguns deles, principalmente aqueles que ocorrem ora como discursivos, ora como advérbios ou conjunções. É o caso de e, mas, aí, então, advérbio+ mente, agora.

Em contrapartida, a língua escrita revelou poucos casos de homonímia entre advérbios, conectores e marcadores. De um modo geral, as categorias que as formas lingüísticas refletem estiveram muito bem demarcadas, nos dados analisados, simplificando a análise.

A partir dos dados acima analisados, é possível considerar que os preenchedores discursivos devem ser reanalisados também sob outra perspectiva. Isto é, os preenchedores que atuam na construção do texto, em função claramente textual, merecem receber um tratamento diferenciado, voltado para a função textual em detrimento da função conversacional¹², possibilitando, assim, unificar a análise nas duas modalidades.

3.3.2 PREENCHEDORES SINTÁTICOS

Nesta segunda parte, analisarei a distribuição dos preenchedores sintáticos, em níveis diferenciados de análise, ou seja, a partir das funções sintático-formais e/ou semânticas que estes preenchedores desempenham e a partir da explicitação da posição que os mesmos ocupam na configuração estrutural. Em outros termos, procurarei, simultaneamente à descrição dos resultados obtidos, mostrar como tais resultados podem ser compatibilizados ao quadro teórico adotado, definindo o local de inserção dos preenchedores no fundo sintático.

Inicialmente, apresento o contraste entre a distribuição dos preenchedores sintáticos e os discursivos na língua escrita e na língua oral, conforme Gráficos 14 e 15, a seguir¹³:

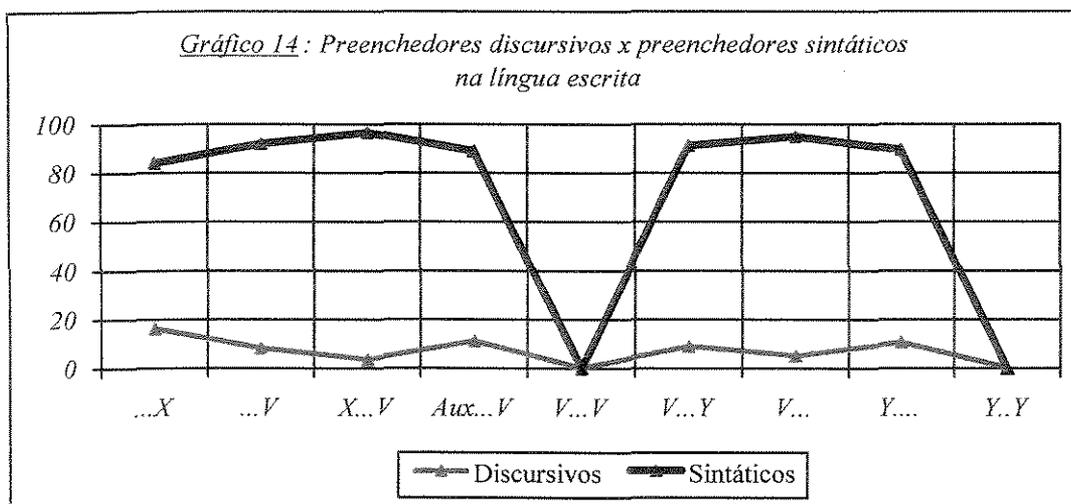
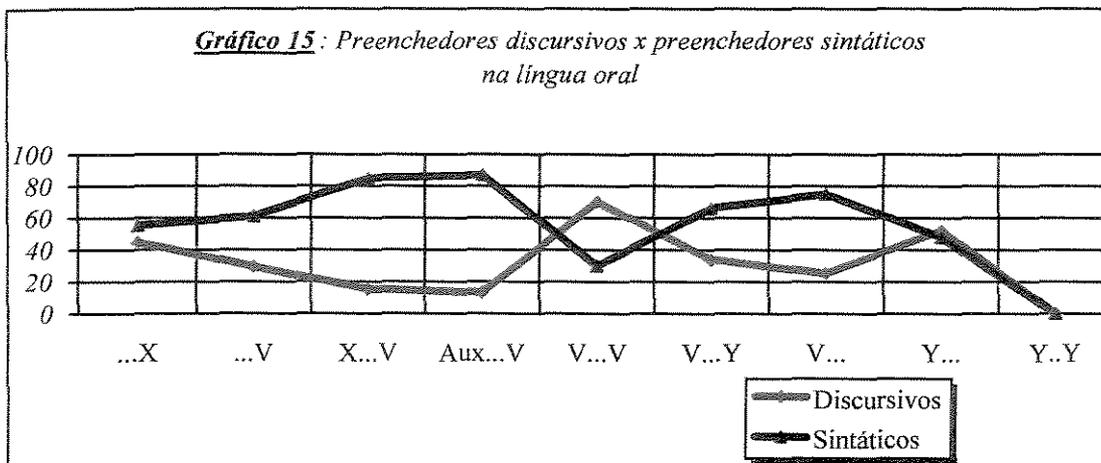


Gráfico 15: Preenchedores discursivos x preenchedores sintáticos na língua oral

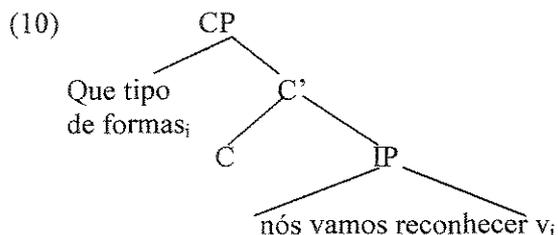


A análise dos dois gráficos evidencia que os preenchedores sintáticos e discursivos comportam-se de forma bem diferente nas duas modalidades.

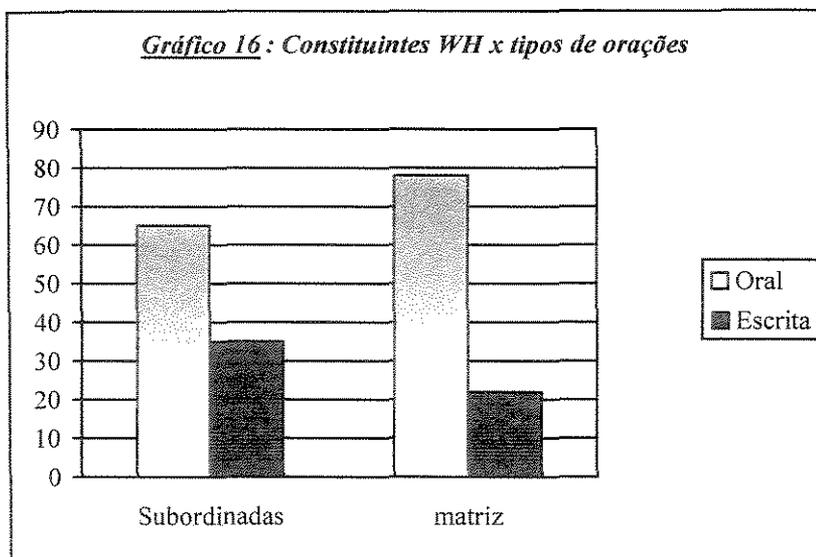
Na língua escrita, o percentual de ocorrência dos discursivos em todas as fronteiras é bastante baixo, ao passo que o percentual de ocorrência dos preenchedores sintáticos é muito alto, com exceção das fronteiras V..V e Y...Y. Já na língua oral, a frequência de discursivos é inversamente proporcional à frequência de preenchedores sintáticos. Ou seja, nas fronteiras em que o percentual de discursivos é baixo, o percentual de preenchedores sintáticos é alto. Por outro lado, na única fronteira em que o percentual de preenchedor sintático é baixo, o de discursivo é mais alto. Em relação a esta fronteira, V...V, deve-se salientar que a mesma é ocupada por clíticos, aspectuais, focalizadores e intensificadores. Conforme será visto, mais à frente, estes preenchedores apresentam comportamento diferenciado em relação aos outros preenchedores sintáticos.

3.3.2.1. CONSTITUINTES-WH

Os constituintes WH ocupam, na maioria dos casos, uma posição periférica na sentença, antes de TP, mais especificamente em Comp, (10), a seguir.



Foram considerados como WH os pronomes **quem** e **que**, os advérbios **onde**, **como**, **por que**, NPs (ex: **que** discos, **cujo** menino), **o qual**, PP (**com quem**, **com que**), no âmbito das orações subordinadas interrogativas indiretas e orações matriz, distribuindo-se da seguinte forma:



Houve apenas um caso de Wh in-situ, conforme o exemplo abaixo da língua oral e não houve ocorrência de movimento do operador WH associado ao movimento do verbo.

(11) “...por exemplo, a passagem, você comprava **como**?

”(d2rj/294)

3.3.2.2. Constituintes topicalizados x Constituintes clivados.

Nesta seção, serão analisadas tanto as construções com tópico quanto as construções com constituintes clivados, uma vez que, embora apresentem características diferentes do ponto de vista sintático e prosódico, parecem caracterizar-se como estruturas intercambiáveis do ponto de vista funcional.

Além disso, em função de estas estruturas receberem, na literatura lingüística, abordagens diferenciadas, optei por, em um primeiro momento, discorrer sobre estas construções em uma abordagem funcional.

Estas estruturas sempre despertaram o interesse dos lingüistas, cujas análises se caracterizam por ocorrerem em várias perspectivas: formal, textual¹⁴ e ainda discursiva e funcional. A explicitação e diferenciação dessas construções envolvem a discussão das noções de foco¹⁵ e pressuposição, uma vez que a clivagem é a representação sintática das estruturas de foco que marcam sintaticamente uma função textual de um termo na sentença, do mesmo modo que as estruturas topicalizadas, embora estas últimas não se constituam representação sintática do foco.

As construções de tópico do ponto de vista discursivo, “servem para trazer para o primeiro plano uma variedade de entidades do discurso, incluindo predicados (Fiel ao capitão, o Nestor é-o certamente), elementos adverbiais (Hoje, vou comprar um Ferrari), PPs subcategorizados ou não subcategorizados, denotando uma relação com um referente particular e DPs significando referentes particulares no

universo do discurso. O tópico estabelece o ‘ponto de partida’ a partir do qual a predicação da sentença é então construída’.”¹⁶ Já as estruturas clivadas associam-se ao foco, o constituinte que apresenta proeminência entoacional¹⁷.

Na verdade, prosodicamente, tópico e foco se diferenciam pelo fato de o primeiro se constituir em uma frase entoacional e melódica¹⁸, usualmente separada do resto da sentença por uma pausa, ao passo que não há separação entoacional entre o foco e o resto da sentença.¹⁹

Chomsky 1971 e Jackendoff 1972 definem foco em termos da “*noção discursiva de pressuposição*” ou seja, “*o foco é a parte não pressuposta na sentença*”²⁰. Para os autores, a pressuposição é constituída pelas assunções compartilhadas pelo falante e ouvinte em um tempo e contexto determinados e a não-pressuposição ou o foco constituem a asserção. Além disso, a noção semântica de foco possui um correlato fonológico, isto é, o foco, no componente fonológico, é definido em termos de proeminência prosódica.

Sintaticamente, em Português, o foco pode ser representado por uma operação de clivagem em que o constituinte é colocado entre ser e que, cuja explicitação, sob a perspectiva gerativa, tem se dado por meio de duas estruturas básicas: it-clefts (clivadas) e wh-clefts (pseudo-clivadas)²¹, conforme exemplos a seguir:

(12) Foi [um relógio] que Maria comprou.

(13) O que Maria comprou foi [um relógio].

O fato de um termo poder ser realçado por meio da focalização ou da topicalização pode indicar que ambas as estruturas podem se constituir estratégias sintáticas para marcar funcionalmente um termo na sentença. Subjacente a este raciocínio está a assunção de que um processo maior denominado de *topicalização lato sensu*²² se dicotomiza em topicalização e clivagem.

Na verdade, a associação entre focalização e topicalização se deve mais ao aspecto funcional e discursivo destas estruturas, no sentido de que ambas servem para marcar funcionalmente um constituinte na sentença, do que ao aspecto formal, uma vez que neste estabelece-se a dissociação a partir da diferenciação entre ambas na representação sintática.

Zubizarreta 1998 argumenta a favor de se considerar que as noções de tópico e foco devem ser diferenciadas e, para tal, adota a noção de tópico de Reinhart 1980 que considera que “tópico é sobre o que a sentença é”. Além disso, diferencia tópico discursivo de tópico da sentença do seguinte modo: tópico da sentença deve corresponder a uma expressão da sentença e tópico discursivo é constituído por unidades maiores e pode ser mais abstrato.

A definição de tópico é explicitada em Reinhart 1995:86, a partir do desenvolvimento da noção de Possíveis Asserções Pragmáticas (PPA):

“Cada sentença é associada a um conjunto de... Possíveis Asserções Pragmáticas (o conjunto PPA). Os membros deste conjunto são, primeiro a proposição vazia (neste caso não há tópico, e, então, todos os possíveis pares de uma entidade e a proposição (...)). O conjunto é restrito por considerações de níveis sentenciais: enquanto uma sentença SVO normal possui três membros em seu conjunto PPA (SVO, S/SVO, O/SVO), há estruturas em que somente algumas das relações são possíveis. Ex: sentenças there não possuem um PPA com o sujeito como tópico. Sentenças passivas permitem somente (a proposição vazia e) o sujeito como um tópico. Sentenças com Deslocamento à esquerda marcam o tópico explicitamente, conseqüentemente, possuem apenas um membro, etc”²³

Reinhart argumenta ainda que a noção de conjunto PPA é relevante para explicitar o valor de verdade dos julgamentos e das lacunas. O procedimento de cálculo envolve checagem de predicação, em que qualquer expressão na sentença pode ser tomada como argumento e o resto como predicado. O argumento dentro de tal relação de predicação é a expressão que é considerada como tópico em um dado discurso.

A partir da postulação do PPA, Zubizarreta mostra que as noções de tópico/comentário e foco/pressuposição são distintas: tópico/comentário é definido em termos da relação lógica sujeito/predicado em que o tópico é o sujeito do predicado proposicional e o comentário é o predicado proposicional. Já na noção foco/pressuposição, o foco é definido como estando contido dentro do predicado.²⁴

Estas construções podem ocupar, de acordo com Zubizarreta 1998, a posição de [Spec, TP]. A autora postula T como uma categoria sincrética, considerando que o especificador da categoria funcional TP que contém o verbo com tempo no Espanhol Moderno contém frases outras que o sujeito e que tais frases podem ser um focalizador, frase enfática ou tópico.

Além disso, línguas com TP generalizado podem, conforme a autora, ser consideradas como permitindo uma certa quantidade de traços sincréticos. Nestas línguas, o traço funcional baseado no discurso, como “tópico”, “foco” ou “ênfase” podem combinar com o traço T(ense), criando categorias sincréticas T/tópico, T/focus, T/ênfase.²⁵

Zubizarreta trata, em seu trabalho, da relação entre foco, prosódia e ordem de palavras e, embora reconhecendo a importância desta relação, interessam-me apenas os recursos sintáticos de marcação de foco e de tópico.

3.3.2.1.1. CONSTITUINTES TOPICALIZADOS

As estruturas de tópico têm despertado grande interesse dos lingüistas brasileiros dada a alegada pertinência de nossa língua à tipologia de “línguas de proeminência de tópico”, conforme Pontes 1987.

Em decorrência disso, análises variadas têm sido propostas no sentido de incorporar este termo à estrutura da sentença, seja a partir de uma visão mais abrangente seja a partir de uma visão mais restrita. A proposta de Duarte 1987 constitui exemplo de visão mais abrangente de estruturas topicalizadas, uma vez que classifica-as sob a perspectiva de uma gradação ascendente de sintaticização, considerando que as mesmas são geradas por adjunção a S²⁶.

Esta gradação ascendente é explicitada do seguinte modo:

- a. Tópico Pendente (TP)- estrutura em que não se percebe dependência referencial entre qualquer elemento interno à frase e o tópico (menor grau de sintaticização).
Ex: "**Quanto ao debate de ontem à noite** é forçoso reconhecer que há políticos que falam sobre um país que não conhecem".(p.73)
- b. Deslocamento à Esquerda de Tópico Pendente (DETP)- estrutura em que há uma expressão nominal interna à frase referencialmente dependente do tópico.
Ex: "**A Maria...** encontrei ontem aquele amigo **dela** que faz cinema." (p.73)
- c. Deslocamento à Esquerda Clítica (DEC)- estrutura em que há uma expressão nominal interna à frase, obrigatoriamente um clítico, referencialmente dependente do tópico.
Ex: "**Ao teu amigo**, ainda não **lhe** pagaram os direitos de autor, pois não?" (p.73)
- d. Topicalização (Top)- estrutura em que o constituinte deslocado deixa uma lacuna que é referencialmente dependente do tópico (maior grau de sintaticização).
Ex: "**Piscina** não sabia que tinha ____." (p.74)

Se se observam os dados a partir do grau de ligação com a sentença, o Tópico Pendente, em que se percebe mais uma “pendência” semântica do que sintática, merece ser melhor analisado sob outro enfoque e, nessa perspectiva, Koch 1998:75 considera tais expressões como introdutoras de construções com tematização marcada. Na perspectiva sintática, acredito que estes termos seriam melhor analisados como adjuntos.

Já o Deslocamento à Esquerda de Tópico Pendente e Deslocamento à Esquerda Clítica se diferenciam por causa do elemento que se vincula ao tópico: se clítico ou se expressão nominal. Esta distinção, entretanto, parece ser mais relevante para o Português Europeu do que para o PB, uma vez que, dada a escassez de clíticos no PB, as estruturas contidas nos exemplos em (b) e (c) têm sido amalgamadas sob o rótulo de Deslocamento à Esquerda.

Deve-se lembrar que, no aspecto formal, estou considerando as estruturas de tópico como adjuntos que se adjungem recursivamente à sentença. Desse modo, a distinção TOP \times DE \times Adjunto sem cabeça não foi considerada relevante para a definição do local de inserção destes constituintes. Entretanto, por razões funcionais, a distinção entre TOP e DE será utilizada nesta seção para possibilitar a comparação entre os dados da língua oral e os da língua escrita.

Conforme apresentado no Capítulo 1, Callou et alii 1993 investigam as estruturas topicalizadas (Topicalização (TOP) e Deslocamento à Esquerda (DE)), a partir da interface entre sintaxe e prosódia. Os resultados referentes à indexação (co-referência) e ao modo de interação das estruturas topicalizadas serão utilizados para estabelecer a comparação. O contraste se justifica, uma vez que os dois trabalhos utilizaram-se do mesmo corpus compartilhado pelo grupo de RGPF. Entretanto, deve-se ressaltar que houve diferenças numéricas pelo fato de os fatores prosódicos não terem sido levados em consideração em meu trabalho.

A Tabela 4, a seguir, apresenta o contraste entre as duas modalidades, em termos percentuais.

Tabela 4: Indexação nas estruturas topicalizadas²⁷

		Sujeito	Complemento	não-indexado
TOP	Oral	18-24%	34-46%	23-30%
	Escrita	0%	10-100%	0%
DE	Oral	39-87%	7-13%	0%
	Escrita	0%	5-100%	0%

Observe que a língua escrita não apresenta estruturas topicalizadas não-indexadas e nem topicalização do sujeito. É interessante lembrar que estas construções não são autorizadas pela Gramática Tradicional, pois a mesma não reconhece os “múltiplos sujeitos” e as estruturas não-indexadas são reconhecidas em poucos casos (os anacolutos) como figuras de linguagem. Por outro lado, a língua escrita utiliza-se de topicalização do complemento que é uma construção autorizada pela GT.

Quanto ao modo de interação, foram obtidos os seguintes resultados:

Tabela 5: Modo de interação nas estruturas topicalizadas.

		Elocução formal		Elocução Informal	
		EF		DID+D2	
		Oral	Escrita	Oral	Escrita
TOP		42%	60%	66%	100%
DE		58%	40%	34%	0%

Na língua oral, as elocuições informais privilegiam TOP e a elocução formal privilegia DE. Na língua escrita, por outro lado, os dois tipos de

elocução privilegiam TOP, ao passo que DE ocorre mais na Elocução formal. Além disso, as únicas ocorrências de DE, na língua escrita, estão sempre associadas a um clítico, isto é: são Deslocamento à Esquerda Clítica (CLLD). Os exemplos em (14),(15),(16) e (17), a seguir, apresentam construções de TOP e de DE.

(14) “**Os pretensos motivos apresentados em juízo**, nós os;
conhecemos.” (tg/261/88)

(15) “**O significado mais profundo da sua condenação** viu- o;
Platão no fato de Sócrates revelar, com sua vida e com sua
doutrina, a mentira da democracia ateniense.” (tg/268/88)

(16) “**Um clima como esse** eu nunca havia visto.” (vj/29)

(17) “**Concessão**, todos fazem.” (ml/349/77)

Observe que em (14) e (15) tem-se o que Duarte denomina de Deslocamento à Esquerda Clítica e em (16) e (17) Topicalização. Não foram encontradas, na língua escrita, estruturas de Deslocamento de Tópico Pendente.

Voltando aos dados encontrados nos *corpora* por mim analisados, é necessário ainda salientar que as ocorrências de estruturas topicalizadas correspondem a uma porcentagem muito pequena, em relação ao total de preenchedores sintáticos: na língua oral representam 5,2% dos preenchedores e, na língua escrita, 1,7%.

Estes números confirmam o direcionamento dado à análise no sentido de considerar que, no corpus analisado, SVO é a estrutura canônica na escrita, em vez de TOP S V O. Além disso, evidenciam que o PB pode ser considerado língua de tópico no sentido de admitir, opcionalmente, esta estrutura de modo similar à possibilidade de ocorrência de antitópicos, constituintes clivados etc.

3.3.2.2.2. CONSTITUINTES CLIVADOS²⁸

As estruturas clivadas, por representarem o foco, têm sido investigadas na literatura lingüística, principalmente, sob duas perspectivas: a perspectiva discursiva e a perspectiva sintática. Na primeira, estas estruturas são relacionadas, geralmente, às noções de tema/rema, novo/dado, foco/pressuposição; na segunda, as mesmas podem, conforme Kato, Braga et alii 1996, ocorrer no PB com as seguintes configurações:

- a. Clivada impessoal: aquela em que o “sujeito é um expletivo nulo e o foco, assinalado com um asterisco, aparece como *Predicativo*, depois da cópula, seguido de uma construção-QU”.

Ex: (i) Expl. \emptyset foram [**os meninos**]^{*} que Maria viu

- b. Pseudo-clivada: “uma construção pessoal na qual o sujeito é uma relativa livre e o predicado pós-cópula é o foco” (resultado do alçamento do NP (junto com toda a cláusula relativa) para a posição de sujeito do verbo ser.)

Ex: (i) [Quem Maria viu] [foram [**os meninos**]^{*} t_i]

(ii) [_{IP} **Quem** [chegou]_i [**fui** [eu [t_i]

- c. Clivada invertida focal: foco movido para a posição pré-sentencial.

Ex: [**Os meninos**] (expl. \emptyset é que Maria viu)

- d. Pseudo-clivada invertida: o constituinte que era o foco na clivada sobe para a posição de sujeito, ficando o constituinte-Q remanescente como foco:

Ex: Os meninos são [**quem Maria viu**]

- e. Pseudo-clivada reduzida: construções clivadas sem a palavra-Q:

Ex: a. O que eu quero é [**um cafezinho**] – plena

b. Eu quero é [**um cafezinho**] - reduzida

c. O que eu sou é [**rica**] - plena

d. Eu sou é [**rica**] – reduzida

f. Clivada com cópula invariante:

Ex: (i) É [**o João**] que saiu . (Foi o João que saiu)

(ii) É [**os meninos**] que vão comigo. (São os meninos que vão comigo)

g. Clivada sem cópula:

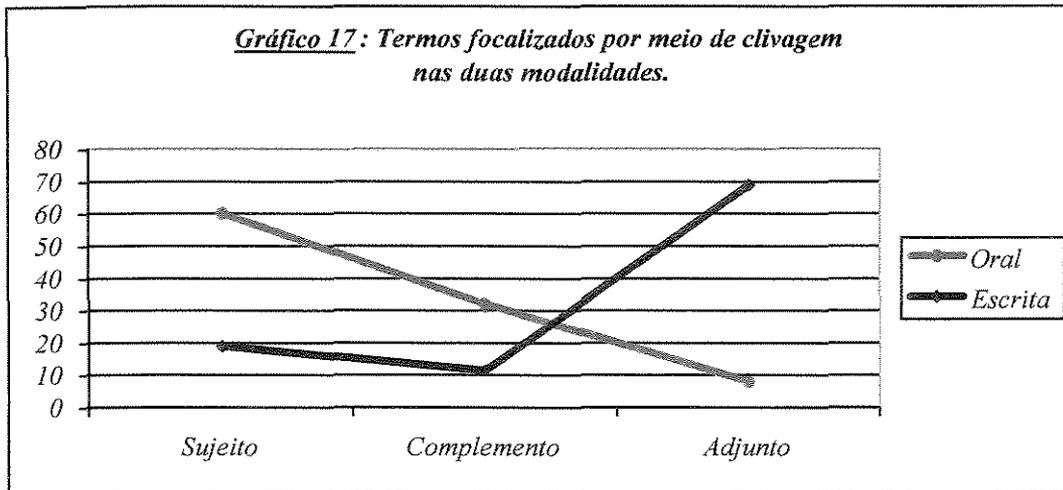
Ex: [**Eu**] que entro.

Considerando que as estruturas clivadas já estão muito bem explicitadas em Kato, Braga et alii 1996, pretendo, nesta seção, focalizar estas estruturas também sob a perspectiva das relações “de conexão”.

A justificativa para esta abordagem repousa na preocupação em explicitar a ocorrência das mesmas também na língua escrita, uma vez que na língua oral, as mesmas podem ser (e são) caracterizadas a partir da sintaxe e da prosódia. Considero que, na língua escrita, embora o ritmo se manifeste de forma diferenciada, tais estruturas também são utilizadas como artifícios “de conexão”.

Devo salientar, entretanto, que os constituintes clivados serão vistos mais adiante, sob a perspectiva do preenchimento nas fronteiras de constituintes, uma vez que os mesmos foram considerados preenchedores adjungidos por movimento.

Nos dados por mim analisados, os constituintes colocados na posição de foco, por meio de clivagem, foram os seguintes: adjunto, sujeito e complemento, conforme está demonstrado no Gráfico 17 abaixo:



Os resultados deste gráfico evidenciam que, na língua escrita, o termo focalizado por clivagem com maior frequência é o adjunto com 69% de ocorrências; já na língua oral, os termos preferencialmente focalizados por meio de clivagem são o sujeito e o complemento, com 60% e 32% de ocorrências, respectivamente.

Ao se comparar estes resultados àqueles referentes à topicalização, observa-se que os termos realçados por meio de topicalização, na língua oral, são coindexados ao sujeito e ao complemento com 24% e 46% de ocorrências, respectivamente, conforme exemplos (18) e (19)). Ou seja, de modo inverso ao que ocorre no processo de clivagem: 60% de focalização do sujeito e 32% de focalização do complemento, conforme exemplos (20) e (21)). Já na língua escrita, a co-indexação, em estruturas topicalizadas, ocorre apenas com o complemento, ao passo que o processo de clivagem privilegia a focalização do adjunto.

- (18) “Esses tubérculos_i, eles_i se hipertrofiam de maneira considerável.” (ef/sa-21)

- (19) “Inclusive o tal pato no Tucupi eu achei Ø muito ruim.”
(did/rj-246)
- (20) “Sou eu que tenho que ir fazer etc etc etc” (d2/sp-527a)
- (21) “Era um opala que eu tinha Ø...” (d2/rj-247)

A freqüência de adjuntos focalizados na língua escrita, em detrimento da freqüência na língua oral, sugere a possibilidade de se correlacionar²⁹ as estruturas focalizadas por meio de clivagem às estruturas topicalizadas. Tal correlação se justifica, pois, embora na língua oral os adjuntos sem cabeça tenham sido analisados como tópicos, não houve ocorrência de adjuntos com cabeça topicalizados. Por outro lado, quando o adjunto é focalizado, não pode aparecer descabeçado, como se pode observar pelos pares mínimos a seguir:

- (22)a. “**Paris**, eu não pago hotel”. (d2/rj-341)
b. **Em Paris**, eu não pago hotel.
- (23)a. É **em Paris** que eu não pago hotel.
b. eu não pago hotel é **em Paris**.

Em (22)a, o constituinte tópico perde a preposição, é colocado no início da sentença e esse descabeçamento só é possível na língua oral. Já na língua escrita, a única forma de topicalizar o termo **Paris** é por meio do adjunto preposicionado (conforme 22b). Quanto ao constituinte focalizado, a escrita privilegia a clivada plena e a fala, as clivadas reduzidas. Por exemplo, na língua oral, os complementos são mais focalizados por meio das construções pseudo-clivadas (PCs) e na língua escrita pelas clivadas, conforme os exemplos abaixo:

- (24) “...o que existia eram os **bisontes**”. (ef/as-212))
- (25) “diz que quem quebrou foi o **pai**.” (d2/sa-392)
- (26) “Foi **aqui** que eu conheci minha mulher.” (ml/537/79)
- (27) “é **essa estrutura de pensamento** que hoje se costuma chamar metafísica...” (tg//463/103)

Além disso, as PCs, na língua oral, caracterizam-se por apresentar variação em relação à ocorrência/não-ocorrência de apagamento do elemento-Q que, conforme Wheeler 1982, “são PCs normais cujo sintagma foi apagado depois do movimento para a formação da oração relativa em posição de sujeito”. Observe o exemplo a seguir:

- (28) “...mas aqui nos interessa são justamente **as regras jurídicas**...” (ef/re-107)

Voltando às estruturas topicalizadas, a coindexação de DE ao sujeito ocorre em 87% dos casos na língua oral e não ocorre na língua escrita, conforme Tabela 4, à página 152. Já a co-indexação de TOP ao complemento ocorre em 46% das ocorrências na língua oral e 100% na língua escrita.

As estruturas clivadas foram ainda investigadas em relação ao modo como se distribuem quanto ao grau de formalidade nas duas modalidades, conforme se pode perceber pelos Gráficos 18, 19 e 20, a seguir³⁰:

Gráfico 18: Termos focalizados em EF, nas duas modalidades.

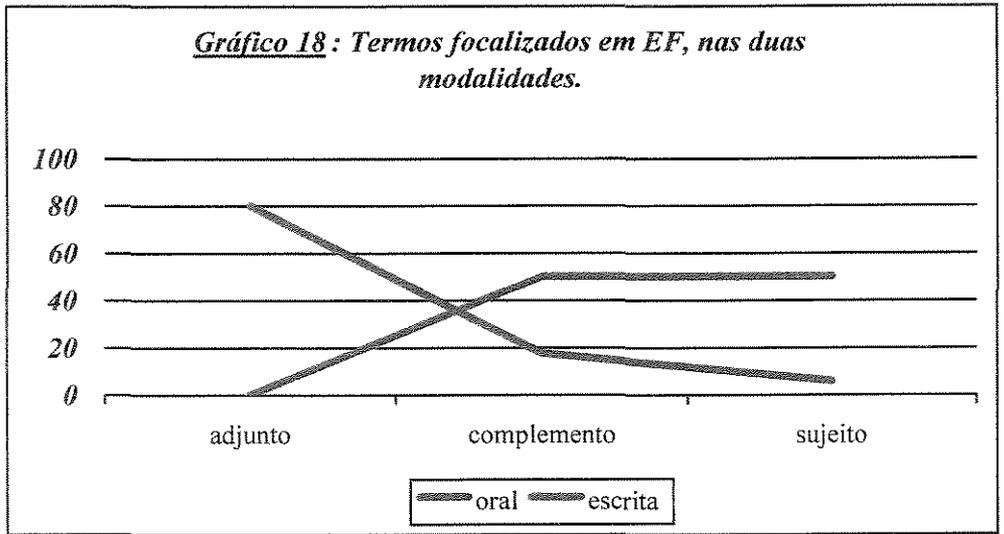


Gráfico 19: Termos focalizados em DID, por meio de clivagem, nas duas modalidades.

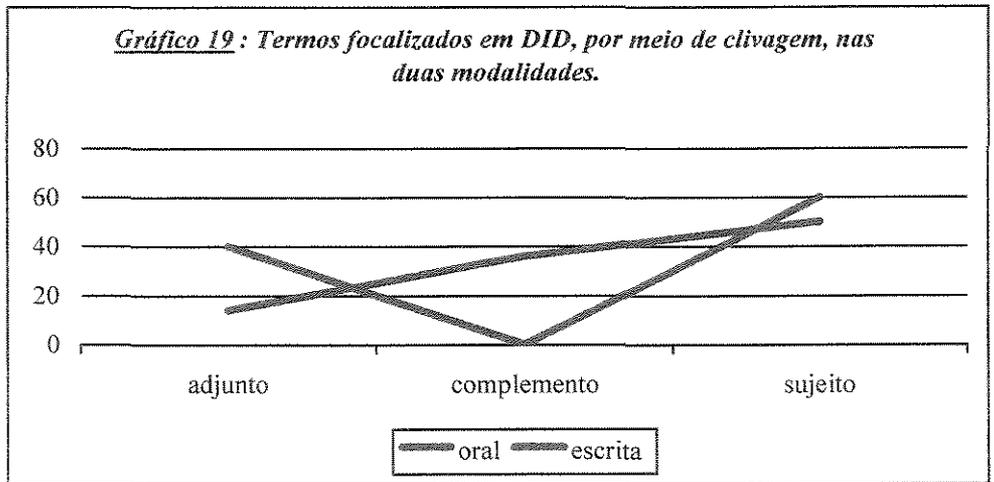
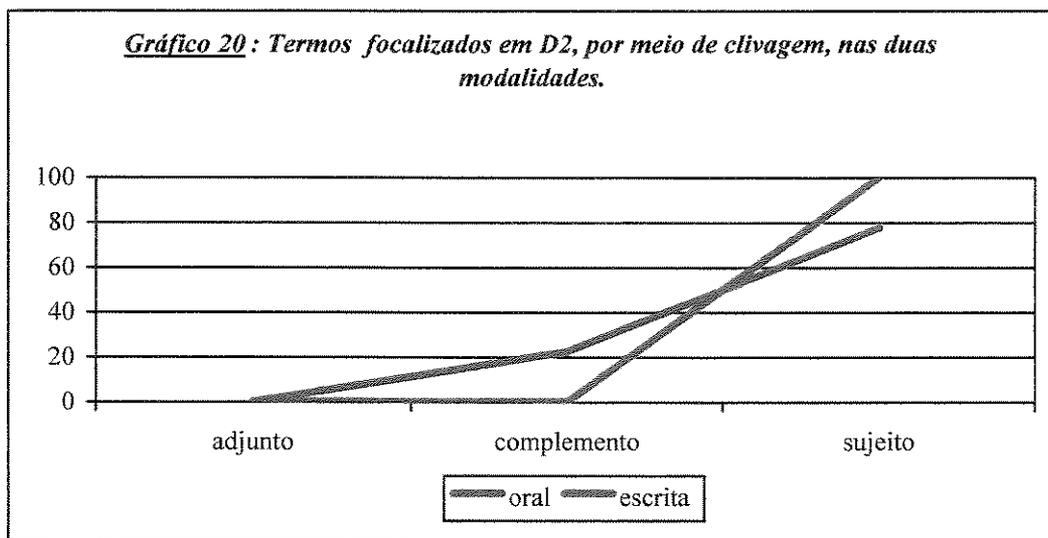


Gráfico 20: Termos focalizados em D2, por meio de clivagem, nas duas modalidades.



Na língua escrita, EF privilegia a ocorrência de adjunto focalizado com 80% de ocorrências, seguido de complemento com 17,6% e sujeito com 5,8% de ocorrências. Em DID, o maior percentual de focalização ocorre com o sujeito, em um total de 60% de ocorrências. Já em D2, apenas o sujeito é focalizado com 100% de ocorrências.

Na língua oral, em EF apenas complemento e sujeito são focalizados com 50% de ocorrências cada, diferentemente da língua escrita que privilegia os adjuntos focalizados. Em DID, o maior percentual ocorre com o sujeito focalizado.

Além desta descrição, os gráficos permitem evidenciar aspectos interessantes nas duas modalidades: na língua escrita, em DID e D2, há maior quantidade de focalização do sujeito. Por outro lado, em EF há maior quantidade de focalização do complemento.

Na língua oral, o complemento focalizado obedece a uma hierarquia de formalidade, ocorrendo com maior percentual em EF, decrescendo para DID e a seguir D2. O adjunto apresenta o maior percentual de ocorrências em DID. Já

o sujeito ocorre com 50% em EF, decresce para 46% em DID e aumenta para 60% em D2.

Abaixo é apresentada exemplificação de termos focalizados pelo processo de clivagem na língua escrita:

(29) "É **por isso** que esses filósofos foram chamados por Aristóteles de físicos ou fisiólogos". (tg/286/66)

(30)."...enquanto é **no diálogo e pelo diálogo** que os indivíduos superam a própria individualidade." (tg/249/87)

Deve-se ressaltar ainda que as construções clivadas na língua escrita obedecem a uma certa canonicidade; já na língua oral, em algumas construções há variação em relação à forma como se apresentam: a única ocorrência de adjunto focalizado se caracteriza por ser uma PC com o elemento-Q apagado.

(31) "...nós comemos muito churrasco foi **na Argentina**." (did/rj-530)

Além disso, em DID foram encontradas construções focalizadas pelo processo de clivagem com marcas de concordância, conforme os exemplos a seguir:

(32) "São **as escolas técnicas** que tem uma série aí agora né?" (did/sa-165)

(33) "Não vão ser **as polícias estaduais** que vão acabar..." (ie/4b)

Até o momento analisei as construções clivadas sob a perspectiva quantitativa. Passo agora a observá-las sob uma perspectiva textual, uma vez que as mesmas, parecem favorecer a organização textual, possibilitando a coerência do texto. Além de termo estrutural, *ser+que* parecem desempenhar a função de elemento coesivo, da mesma forma que, por exemplo, as *cojunções*.

Assim, se se observam os exemplos retirados da língua escrita, pode-se verificar como ser+que podem ser considerados como artificios “de conexão”.

(34) “O diálogo é o lugar mesmo da gestação e do nascimento da verdade, e talvez se possa até afirmar, a própria matriz da verdade, enquanto é no diálogo e pelo diálogo **que** os indivíduos superam a própria individualidade, (...)”

(tg/p..87)

(35) “Não sei se você observou que, desde Tales até Heráclito, nós encontramos pensadores ou filósofos preocupados em descobrir a origem da natureza, do cosmos, da *physis*. É por isso **que** esses filósofos foram chamados, por Aristóteles de físicos ou fisiólogos. É por isso **que** se costuma falar de um período cosmológico do pensamento grego.”

(tg/p.66)

Embora os adjuntos sejam caracterizados como possuindo uma alta mobilidade na sentença, nos dois trechos acima, a colocação e destaque dos mesmos no início da sentença tornam-se mais adequados se for utilizado o processo de clivagem.

Da mesma forma que se estabelece a coesão seqüencial por meio de enquanto, no primeiro exemplo e referencial no segundo, por meio de isso, a utilização de é que possibilita ao escritor frontear o termo escolhido, fazendo com que

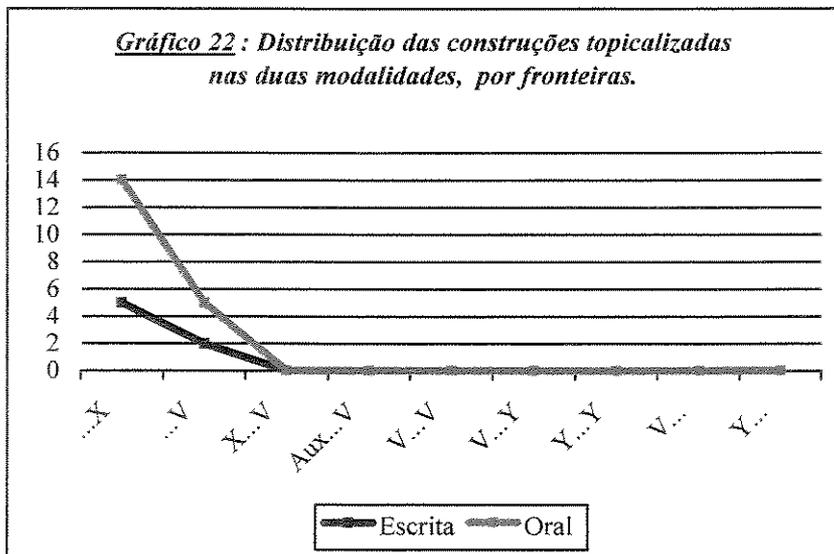
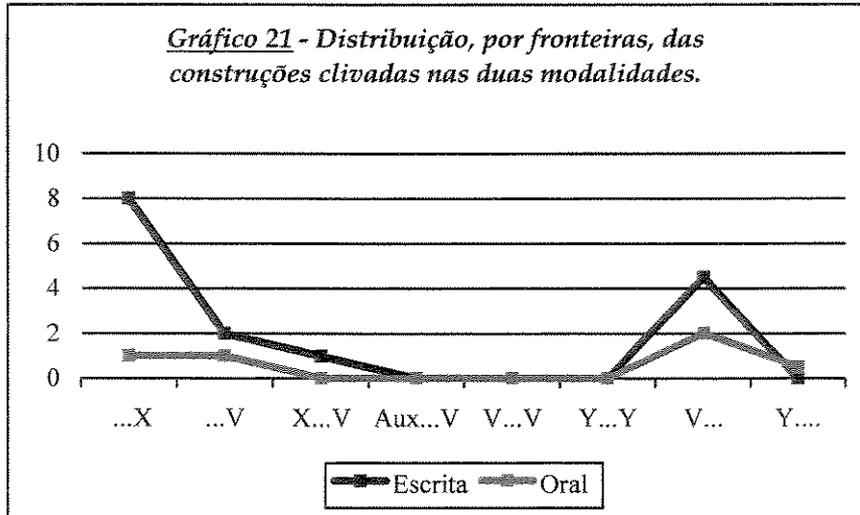
se estabeleça o contraste, no primeiro exemplo, e se estabeleça a causa no início da sentença, no segundo.

A respeito de posicionamento de adjuntos, Kato, Tarallo et alii 1993:253, ao analisarem os adjuntos segundo sua função sintático-semântica, consideram que:

“a margem direita abre espaço para um sensível uso de adjuntos com função de causa ou de modo. É interessante observar que enquanto a margem à esquerda abre seu espaço para adjuntos com função mais orientadora (considerem-se neste sentido as funções de tempo e de espaço), a margem à direita mantém tal característica, abrindo ao mesmo tempo espaço para as funções de causa e de modo, mais típicas da complicação e da resolução de eventos.”

Considerando que os adjuntos focalizados são os de modo e de causa, pode-se considerar o verbo *ser* como “operador de foco”, conforme proposto por Kato 1998³¹, uma vez que é por este processo que os adjuntos são colocados na posição inicial da sentença. Ou seja, é um processo que possibilita a variação posicional de um termo para fins funcionais de focalização.

Passo agora a investigar as construções de tópico e a clivagem sob a perspectiva dos preenchedores. Nessa perspectiva, a distribuição das mesmas ocorreu do seguinte modo:³²



Como se pode perceber, estas construções diferenciam-se no que se refere à distribuição por fronteiras: as construções clivadas ocorrem nas margens iniciais e finais e as topicalizadas apenas na margem à esquerda. Além disso, conforme

já mencionado anteriormente, a língua oral apresenta percentual maior de ocorrências de construções topicalizadas, ao passo que a língua escrita privilegia as construções clivadas.

No que se refere ao modo de inserção destas construções na configuração estrutural, as mesmas também apresentam comportamento diferenciado: as construções topicalizadas são adjungidas diretamente a TP, por “merge” e as construções clivadas são adjungidas às projeções por movimento, conforme estruturas simplificadas abaixo:

(36) “Era [CP um Opala [CP que [TP eu tinha t_i]]]..” (d2/rj-247)



(37) “É [CP o processo das privatizações [CP que [TP t_i ameaça criar bilionários pela venda de estatais a preço vil.]]]”. (ie/280)

3.3.2.3. ANTITÓPICOS

As construções com antitópico caracterizam-se pelo fato de o NP sujeito ser deslocado para a direita, deixando, na maioria das vezes, um pronome resumptivo. De acordo com o quadro teórico adotado, os sujeitos que ocorrem em “posição deslocada”, geralmente ao final de sentença não são considerados argumentos, ocupando, pois, posição não-argumental similar ao tópico. Daí o fato de estes constituintes receberem o nome de antitópico.

Tarallo e Kato 1989 dão uma explicação de como as construções de antitópico são representadas na configuração estrutural, a saber: NP em posição adjunta a S, vinculado a um pronome resumptivo zero, anafórico.

Obviamente, conforme se pode observar pela Tabela 6, não há variação posicional destes termos, pois dadas as suas características ocuparão sempre a posição final. Embora o antitópico seja considerado um fenômeno marginal, surpreendentemente, a língua escrita apresentou percentual de antitópicos similar à língua oral, parecendo evidenciar que este fenômeno não resulta apenas de problemas de processamento, conforme se costuma analisar em abordagens teóricas funcionais. Para Koch 1998:78, por exemplo, “o SN deslocado convalida, precisando-o melhor, ou chamando a atenção sobre o referente da forma pronominal ou da categoria vazia, desambiguando a mensagem e facilitando a compreensão.”

Na verdade, o que poderia explicar os percentuais obtidos, principalmente na língua escrita, parece ser o fato de que, nesta modalidade, mais do que processamento, é o estilo que favorece este tipo de ocorrência.

Voltando aos dados encontrados, observa-se que algumas diferenças de realização do antitópico podem ser verificadas entre as duas modalidades: os antitópicos na língua escrita se caracterizaram por ocorrer em estruturas com verbos transitivos (38), (39) ou verbos de ligação em (40) e por se vincularem em todos os casos a um pronome resumptivo anafórico, nulo.

(38) “∅ Expressou bem essa inversão de perspectiva a célebre afirmação de Protágoras (485-410 a. C): “o homem é a medida de tudo”. (tg/31/.67)

(39) “∅ Só vai ter coragem o favelado que tiver um centro de cidadania para ouvi-lo.” (ie/231)

(40) “∅ São raros os documentos históricos.” (tg/41/27)

Na língua oral caracterizam-se por ocorrerem com verbos de ligação e verbos transitivos, e por se vincularem a referentes lexicais ou nulos, conforme (41) e (42):

(41) “...já apronto *o outro* para ir a escola **o menorzinho**.”

(d2/sp-131)

(42) “...Ø é muito exigente comigo e com o meu marido **essa menina**.”

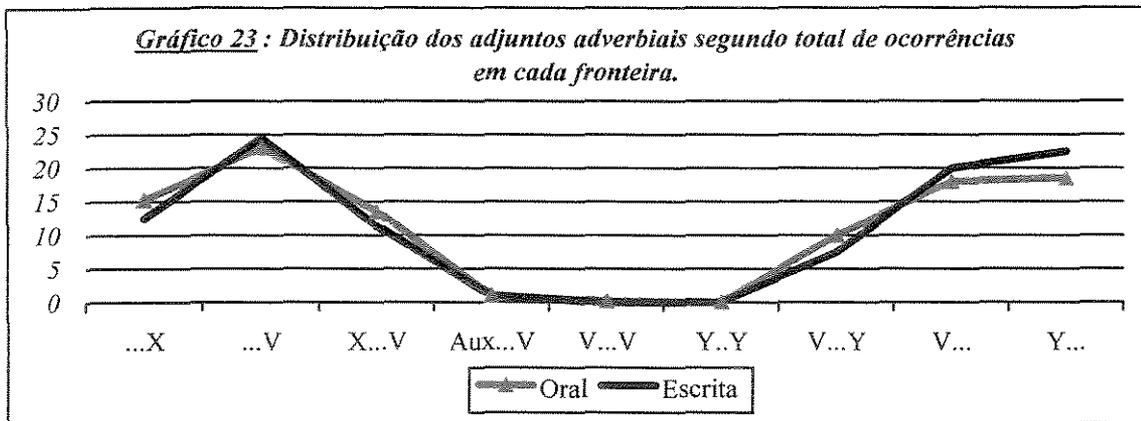
(did/sp-259)

Com base nestes dados, a distinção que se pode fazer entre as duas modalidades refere-se ao elemento ao qual o antitópico se vincula: na língua escrita, sempre a um pronome resumptivo zero e na língua oral, ora com pronome resumptivo zero, ora com pronomes lexicais. Parece que esta distinção é a que tem norteado análises mais voltadas para as funções textuais-discursivas destes elementos, em relação à consideração de que os mesmos precisam melhor, ou chamam a atenção sobre o referente da forma a que eles se vinculam.

Passo agora a apresentar a distribuição dos adjuntos adverbiais, mas antes disso, é necessário lembrar que foram considerados como tais os advérbios, os sintagmas preposicionados, e as orações adverbiais. Além disso, conforme mencionado no segundo capítulo, na codificação não foi feita distinção entre adjuntos gerados in-situ e adjuntos gerados por movimento. Esta distinção será feita à medida que os preenchedores forem sendo descritos.

3.3.2.4. ADJUNTOS ADVERBIAIS

O Gráfico 23, a seguir, apresenta a freqüência dos adjuntos adverbiais, por fronteira, nas duas modalidades, em uma leitura horizontal. Isto significa que os percentuais foram obtidos a partir do total de adjuntos, (465) na língua escrita e (1139) na língua oral, e sua ocorrência em cada fronteira.



Este gráfico evidencia que, nas duas modalidades, os mais altos índices de ocorrência estão concentrados nas margens iniciais e finais e, por isto, as duas modalidades não se diferenciam muito pelo comportamento dos adjuntos.

Deve-se observar, entretanto, que, excetuando-se a fronteira Y..., as fronteiras com maior percentual de preenchimento são as fronteiras ...V e V..., ou seja, aquelas que não possuem argumentos antes ou após o verbo ou aquelas em que os mesmos são nulos. Este resultado parece poder constituir evidência de que a hipótese apresentada no início deste trabalho de que “a língua oral compensa a ausência de argumentos com maior número de discursivos ou de adjuntos, eventualmente para compensar o ritmo da sentença” pode estar sendo comprovada. E esta comprovação parece estar ocorrendo até mesmo na escrita.

Com o objetivo de definir a posição que os adjuntos ocupam na configuração estrutural da sentença, a distribuição dos mesmos foi também investigada em relação à função sintático-semântica. Os resultados encontram-se na Tabela 15, em anexo.

Os resultados possibilitam investigar os adjuntos em dois grandes blocos: (i) aqueles que se caracterizam por ocuparem preferencialmente as margens e (ii) aqueles que estão adjacentes ao verbo.

3.3.2.4.1. ADJUNTOS QUE OCORREM PREFERENCIALMENTE NAS MARGENS

i. TEMPORAIS E LOCATIVOS

Os temporais e locativos, apesar de se distribuírem por quase todas as fronteiras, privilegiam as fronteiras ...X e ..V à esquerda e V... Y... à direita, nas duas modalidades, conforme tabela abaixo:

Tabela 6: Distribuição dos Temporais e Locativos nas duas modalidades.

		...X	...V	X...V	Aux...V	V...V	V...Y	V...	Y...
Temporal	Esc	45,5%	28%	11,5%	-	-	-	16%	22%
	Oral	48%	19,5%	7%	10%	-	6%	16,4%	13,5%
Locativo	Esc	17%	8,5%	5,5%	-	-	11,4%	14%	16,3%
	Oral	20%	15,5%	3,2%	-	-	16,3%	14,4%	19,6%

Estes resultados vão ao encontro do que já havia sido observado em Kato, Tarallo et alii 1993:267-268, no que se refere à presença maciça destes adjuntos nas margens. Estes autores consideram a produtividade de ocorrência nas duas margens

evidência de que a variação posicional dos temporais e locativos se dá apenas no nível das funções semânticas, mas não no nível das funções textuais.

“(...) os adjuntos temporais e locativos aparecem no início quando constituem a orientação do evento, no sentido de Labov e Valesky (1967), ou de fundo na terminologia Givóniana. Quando, porém, fazem parte da complicação, eles se situam como parte da predicação da sentença, posicionando-se, pois, em posição pós-verbal. O que teríamos, pois, seria uma mininarrativa sentencial, com os seguintes componentes:

<i>(Tempo, local)</i>	<i>(...V local, tempo)</i>	<i>Funções semânticas</i>
<i>adjunção</i>	<i>predicação</i>	
<i>orientação</i>	<i>complicação/resolução</i>	<i>Funções narrativas”</i>

A proposta acima procura correlacionar forma e função semântica e parece ter como suporte o pressuposto de que a “forma sintática e a forma lógica-semântica, embora autônomas, são estreitamente correlacionadas: objetos abstratos, operações construtivas e esquemas resultantes no sistema sintático, possuem um correlato no sistema semântico...”.³³

Em relação à distribuição destes adjuntos, deve-se salientar ainda que, embora se distribuam por quase todas as fronteiras, parecem não privilegiar aquelas em que poderia haver quebra da adjacência.

Esta afirmação, não deixa de levar em conta o fato de estes adjuntos ocorrerem na fronteira X...V, ou seja, entre o sujeito e o verbo. A esse respeito, Kato, Tarallo et alii 1993:268 consideram que

“A posição S...V, por outro lado, também ocupada por esses adjuntos, já merece considerações de ordem mais sintática, em especial de caráter diacrônico. Pode-se imaginar que, nessas ocorrências, o que foi classificado como sujeito possa, na verdade, constituir um tópico, de tal forma que é o sujeito que está apresentando uma posição variável e não os adjuntos. Línguas de tópico, como o português do Brasil, podem ter a adjacência aparentemente interrompida, porque aquilo que se interpreta como sujeito não é o SN diretamente regido pela flexão, mas um sujeito mais externo. Assim um caso como

(16) então essa região em profundidade... vai até a aponeurose...;

poderia ser transcrito

Top ...(S) V Co

E não

S...V Co.”

Nos dados analisados, os temporais e locativos ocorrem em estruturas similares a (16) acima:

(43) “...as favelas, **na década de 80**, ganharam postos de saúde.”
(ie/79)

(44) Ele, **até hoje**, não tem condições de sair da Dinda”. (vj/25)

(45) “até o professor **naquele tempo** queria que eu competisse.”
(did/poa-481)

(46) “ela **na escola** aprendeu...” (did/sa-58)

Entretanto, deve-se lembrar que neste trabalho, estas estruturas foram todas consideradas como S V Co, porque, conforme mencionado anteriormente, a estrutura canônica do PB parece ser S V O, na língua escrita. Assim, para efeitos de homogeneização, optei por considerar tópico como um termo que se insere na sentença por adjunção.

Ao tentar correlacionar distribuição ao modo como estes adjuntos são inseridos na configuração estrutural da sentença, alguns problemas se apresentam.

Em um primeiro momento, é necessário considerar Cinque 1997. Para ele, os advérbios denominados circunstanciais que seguem o complemento do verbo, dentro do VP, devem receber um tratamento diferenciado porque não são rigidamente ordenados e se realizam sob a forma de sintagmas preposicionados ou sintagmas preposicionados sem cabeça.

Entretanto, no PB, esta situação parece não se configurar, uma vez que estes circunstanciais ocorrem dentro e fora do VP, por exemplo, na fronteiraX, antes do sujeito. Além disso, os temporais ocorrem sob a forma de advérbios, sintagmas preposicionados com e sem cabeça ou sob a forma de orações e os locativos, sob a forma de sintagmas preposicionados e advérbios³⁴.

As Tabelas 7 e 8, a seguir, apresentam a distribuição dos temporais e locativos nas fronteiras de preenchimento.

Tabela 7: Distribuição dos Temporais quanto à forma, nas duas modalidades.

		...X	...V	X...V	Aux...V	V...V	V...Y	V...	Y...
Sprep	Or.	27/32%	17/33,3%	4/36%	1/100%	-	-	12/35,2%	20/69%
	Esc.	11/40,5%	15/46,8%	4/66%	-	-	-	10/66,5%	15/65,5%
SP s/ cabeça	Or.	6/7,5%	1/ 2%	-	-	-	-	9/26,5%	-
	Esc.	1/ 4%	1/ 3%	-	-	-	-	-	2/9%
Oracional	Or.	15/18,5%	9/17,5%	1/10%	-	-	-	7/20,5%	6/20,5%
	Esc.	8/31%	9/28%	-	-	-	-	-	6/27%
Advérbio	Or.	36/44,5%	24/47%	6/60%	-	-	-	6/17,5%	3/10,5%
	Esc.	7/27%	7/22%	2/33%	-	-	-	5/41,5%	2/9%
Total	Or.	84	51	11	1	-	-	34	29
	Esc.	27	32	6	-	-	-	15	23

Tabela 8: Distribuição dos Locativos quanto à forma, nas duas modalidades.

		...X	...V	X...V	Aux...V	V...V	V...Y	V...	Y...
Sprep	Or.	24/68,5%	26/65%	3/60%	-	-	16/84%	24/80%	39/93%
	Esc.	10/100%	8/80%	1/33,5	-	-	2/50%	4/30,5%	17/100%
SP s/ cabeça	Or.	-	-	-	-	-	-	-	-
	Esc.	-	-	-	-	-	-	-	-
Oracional	Or.	-	-	-	-	-	-	-	-
	Esc.	-	-	-	-	-	-	-	-
Advérbio	Or.	11/30,5%	14/35%	2/40%	-	-	3/16%	6/20%	3/7%
	Esc.	-	2/20%	2/66,5	-	-	2/50%	9/69,5%	-
Total	Or.	35	40	5	-	-	19	30	42
	Esc.	10	10	3	-	-	4	13	17

A distribuição destes adjuntos parece apontar para o fato de que não é necessário dar um tratamento diferenciado aos mesmos. Assim, em relação à posição na configuração estrutural da sentença, pode-se considerar que os temporais e locativos se adjungem a TP e a VP. No primeiro caso, aqueles que ocorrem na fronteira ...X e X...V; no segundo caso, os que ocorrem nas outras fronteiras. Além disso, aqueles que

ocorrem na fronteira Y... também estão adjungidos ao VP à direita, conforme os exemplos e a configuração abaixo.

(48) "...[_{TP} **Um dia** [_{TP} eu vi uma fotografia de Onassis, rico e poderoso.]]" (ml/358/77)

(49) "[_{TP} **Aos vinte anos** [_{TP} meu pai me passou pro meu marido...]]]" (ml/104/76)

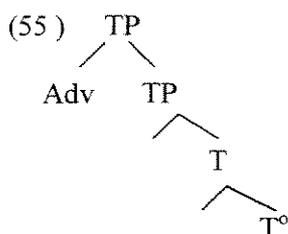
(50) [_{TP} "**No Brasil** [_{TP} não há a tradição de uma literatura de entretenimento.]]]" (ie/288)

(51) "[_{TP} **Quando há um tiroteio entre traficantes**, [_{TP} o país inteiro assiste.]" (ie/213)

(52) "[_{TP}...**atualmente** [_{TP} o governo estabelece os chamados reajustes salariais.]]]" (did/re-146a)

(53) "[_{TP}....**ali** [_{TP} entra a compreensão.]]]" (ef/poa-300)

(54) "[_{TP} eu [_T não posso[_{AspP} **no momento** lhe dar uma resposta...]]]" (did/re/84)



Quanto ao nível de representação destes adjuntos, vou assumir, conforme Lebeaux 1988, apresentado no primeiro capítulo, que os mesmos não necessitam estar presentes na base, podendo ser adicionados mais tarde, porque não obedecem ao Princípio de Projeção.

Passo agora a discorrer sobre o comportamento dos adjuntos adverbiais com as funções sintático-semânticas de consecução, conformidade, proporcionalidade, comparação e de concessão.

ii. CONFORMATIVOS, CONCESSIVOS, COMPARATIVOS, CONSECUTIVOS E DE FINALIDADE.

Estes adjuntos, embora se caracterizem pela baixa frequência de ocorrência, privilegiam a margem à direita, nas duas modalidades, conforme Tabela 9, a seguir:

Tabela 9: Distribuição de Conformativos, Concessivos, Comparativos, Consecutivos e de Finalidade, por fronteiras, nas duas modalidades.

		...X	...V	X...V	Aux...V	V...V	V...Y	V...	Y...
Conformativo	Esc	-	-	-	-	-	-	1%	1%
	Oral	0,5%	-	-	-	-	-	-	-
Concessivo	Esc	1,7%	-	-	-	-	-	1%	1%
	Oral	0,5%	-	-	-	-	-	1%	3%
Comparativo	Esc	-	-	2%	-	-	-	3%	2%
	Oral	-	-	-	-	-	-	-	1,5%
Consecutivo	Esc	-	-	-	-	-	-	1%	-
	Oral	-	-	-	-	-	-	-	0,5%
Finalidade	Esc	-	-	2%	-	-	-	10,5%	10,5%
	Oral	-	0,5%	-	-	-	-	5,8%	11,7%

Tais adjuntos apresentam uma característica comum que é a de ocorrer principalmente sob a forma sentencial. Embora não tendo considerado a distinção oracional x não-oracional relevante para a caracterização dos adjuntos, nesse momento se torna necessário fazer esta distinção porque é ela que parece poder explicitar o porquê de a maior parte destes adjuntos privilegiarem as margens. Abaixo seguem exemplos de ocorrências de alguns destes adjuntos adverbiais.

(56) “A corrupção aparentemente aumentou **embora eu não tenha dados para comparar.**” (vj/38)

(57) “...ela sai **para ser alfabetizada...**” (did/sa-93)

Os concessivos, que se caracterizam por atuarem na organização da direção argumentativa do texto, ocorreram apenas nas margens iniciais e finais, evidenciando em cada caso, o tipo de encadeamento estabelecido pelo locutor: “para trás” ou “para a frente”, conforme Guimarães 1981. Nas duas modalidades, a ocorrência de concessivos, embora bastante baixa, privilegia a margem à direita.

Em relação à posição destes adjuntos na configuração estrutural, será adotada a mesma análise utilizada para os locativos e temporais, a saber: são inseridos em adjunção a TP e/ou a VP.

iii. CAUSAIS E CONDICIONAIS

Os condicionais e causais apresentam comportamento diferenciado: nas duas modalidades, os condicionais ocorrem, principalmente, nas margens iniciais e os causais nas margens finais, conforme Tabela 10, a seguir:

Tabela 10: Distribuição de causais e condicionais, por fronteiras, nas duas modalidades

		...X	...V	X...V	Aux...V	V...V	V...Y	V...	Y...
Causal	Esc	-	-	-	-	-	-	17%	2,5%
	Oral	-	0,5%	-	-	-	-	17%	21,5%
Condicional	Esc	6,7%	7%			-	-	-	3%
	Oral	10,3%	8%	-	-	-	-	1%	1,5%

A respeito deste comportamento, Kato, Tarallo at alii 1993:267 evidenciam que “condicionais e causais apresentam preferências opostas: as primeiras no início e as segundas no fim. Podemos dizer que aqui temos um tipo de canonicidade semântica: na primeira, premissa antes da conclusão, e, na segunda, causa antes do efeito”.

Os exemplos, a seguir, evidenciam este tipo de comportamento:

(58) “**Se estas características estão explícitas da mesma maneira como eu as coloquei** isso é conhecimento.” (ef/poa-96)

(59) “**Andávamos em fila de seis, porque naquele tempo não tinha movimento.**” (did/poá-411)

Do mesmo modo que os temporais e locativos, estes adjuntos também se inserem na configuração estrutural por meio de adjunção a TP, no caso dos adjuntos que ocorrem tanto na margem à esquerda quanto na margem à direita.

3.3.2.4.2. ADJUNTOS QUE OCORREM ADJACENTES AO VERBO

i. ASPECTUAIS

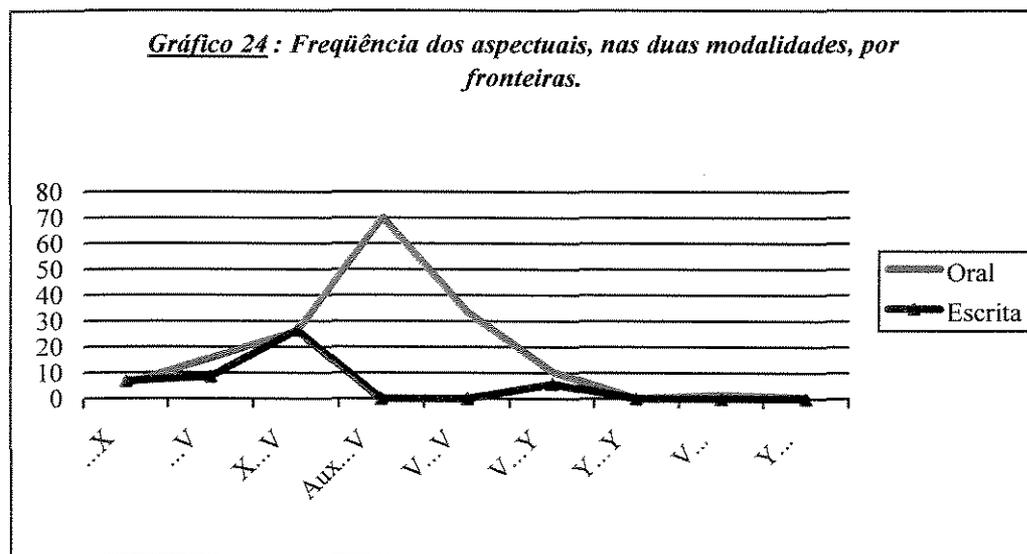
Conforme apresentado no capítulo 1, Kato & Nascimento 1996 analisam a variação dos aspectuais no Português falado do Brasil e mostram que as análises de Pollock 1989 e Stowell 1981 não dão conta das várias posições dos aspectuais no PB, a saber: antes do verbo, após o verbo e entre dois verbos, ou seja, adjungem-se a PP, VP, AspP e IP.

Esta variação posicional é apresentada em Kato e Nascimento 1996b que, a partir de posições redefinidas por Moino 1996, a saber, posição I, posição

II e posição III, respectivamente antes do verbo entre dois verbos e após o verbo, mostram que “os aspectuais ocupam preferencialmente a posição I, seguida da posição II, com apenas uma ocorrência em III.”³⁵

A hipótese que os autores apresentam é a de que, quanto à posição estrutural, os advérbios que ocupam a posição III adjungem-se a VP, os que ocupam a posição II adjungem-se a AspP e os que ocupam a posição I adjungem-se a TP, conforme apresentado em (59), capítulo 1, página 53.

Nos dados por mim analisados, os aspectuais apresentaram a seguinte distribuição:

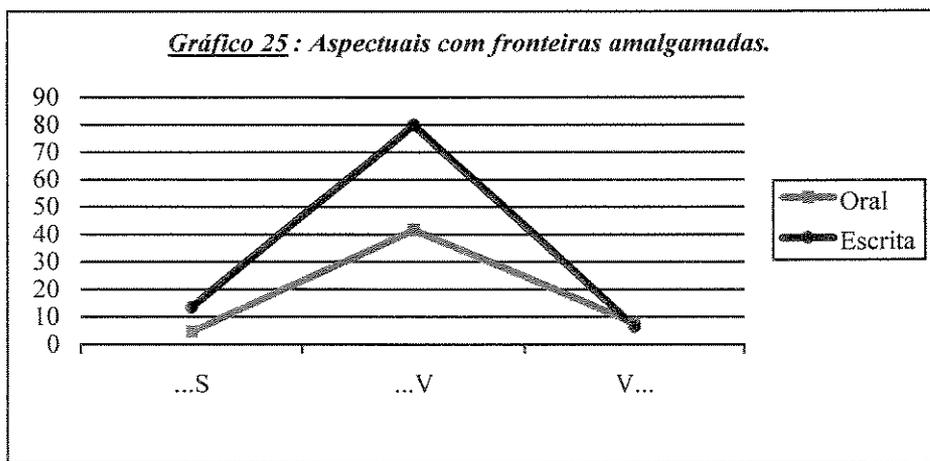


Observe que a distribuição destes adjuntos ocorre de modo inverso ao da distribuição geral dos preenchedores, ou seja, enquanto a maior parte dos preenchedores apresenta frequência máxima nas margens, os aspectuais, apresentam frequência máxima nas fronteiras internas, preferencialmente aquelas à esquerda e à direita do verbo, principalmente X...V, nas duas modalidades, e Aux...V na língua oral.

A língua escrita apresenta-se mais rígida em relação à possibilidade de ocorrência destes preenchedores. Ambas as modalidades, entretanto, parecem obedecer a um mesmo padrão em relação às margens iniciais e, embora se distribuam por quase todas as fronteiras, é possível estabelecer distinção entre aqueles que indicam frequência/reiteração, como por exemplo, *muitas vezes*, dos que indicam duração, como *sempre, jamais, nunca*. Os primeiros privilegiam as margens iniciais e finais e os segundos as fronteiras internas nas duas modalidades. Além disso, a língua escrita não admite a ocorrência de advérbio aspectual nas fronteiras Aux...V e V...V.

Pode-se afirmar, assim, que dois aspectos diferenciam as duas modalidades quanto ao emprego destes adjuntos, a saber: o percentual de ocorrência dos mesmos em cada uma destas posições e a não-ocorrência de aspectuais entre Aux...V e V...V na modalidade escrita.

Se amalgamadas as fronteiras em antes de S(ujeito), antes e após o V(erbo), obtêm-se os resultados abaixo que evidenciam mais fortemente a preferência dos aspectuais: à esquerda do verbo.



Considerando os dados encontrados no *corpus*, a proposta de Kato e Nascimento 1996 será por mim adotada, porque dá conta de todas as ocorrências dos

aspectuais, a saber: em adjunção ao núcleo de predicação secundária (60), adjunção a TP (61) e (62) e adjunção a VP (63), (64) e (65).

(60) “há **sempre** [SC [NP um [PP com tarefa de supervisor]]].”

(d2/sp-188)

(61) “**muitas vezes** um associado é despedido do emprego.”

(did/re-25)

(62) “Todos farão, **sempre**.”

(ml/357/77)

(63) “[VP Há **sempre** [NP uma produção significante]].”

(ef/as-232)

(64) “...e nos viram **sempre** jogando.”

(did/poa-288)

(65) “os filhos **sempre** crescem.”

(ml/197/76)

ii. NEGAÇÃO

Os preenchedores com a função de negação apresentaram a seguinte distribuição:

Tabela 11: Distribuição da negação, por fronteiras.

		...X	...V	X...V	Aux...V	V...V	V...Y	V...	Y...
Negação	Esc	-	44%	37,5	-	-	-	-	-
	Oral	-	28,5%	48,5	-	-	-	-	-

Como se pode perceber, a negação não apresenta variação em sua distribuição, uma vez que ocorre sempre à esquerda do verbo. Em função de sua distribuição e de sua natureza clítica, a negação está sendo considerada, neste trabalho, como ocorrendo em adjunção ao núcleo de TP, T^o, conforme exemplificação, a seguir:

(66) “...mas **não** se dobra, sabe.” (d2/sp-326)

(67) “Meu patrão **não** me espancava...” (ml/312/77)

Deve-se ressaltar ainda que, em estruturas com dupla negação, o segundo *não*, conforme (68), foi analisado como preenchedor discursivo.

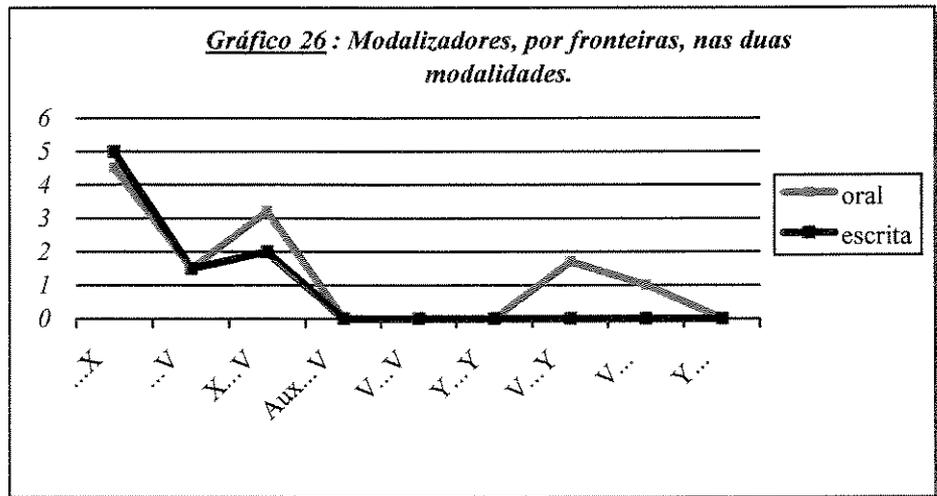
(68) “Eu não gostei **não**.” (did/rj-308)

iii. MODALIZADORES

A análise adotada para os aspectuais será estendida aos modalizadores. Assim, os mesmos seriam gerados em adjunção a VP ou ao núcleo de qualquer outra predicação secundária mais baixa, com a possibilidade de movimento para o núcleo de projeções máximas mais altas, dando conta assim das posições antes do sujeito (...X), entre o sujeito e o verbo (X...V, ...V), entre o verbo e o complemento (V...Y) e em posição final de sentença (Y...).

Deve-se salientar que, entre os modalizadores, estão incluídos os advérbios denominados por Jackendoff 1972 de orientados para o sujeito e para o falante. Esta classificação foi utilizada por Zubizarreta 1982, para explicitar o nível de representação dos adjuntos, conforme apresentado no Capítulo 1.

A distribuição dos modalizadores, por fronteiras, nas duas modalidades, ocorreu da seguinte forma:



O Gráfico 26 mostra o comportamento dos modalizadores nas duas modalidades, evidenciando que, na língua oral, os mesmos obedecem a um padrão em que o índice mais alto de ocorrência se encontra na fronteira ...X, seguido da fronteira X...V e decrescendo em V...Y. Na língua escrita, o maior índice de ocorrência situa-se também na fronteira ...X, decrescendo para X...V. Além disso, na língua oral há ocorrência de modalizadores na margem à direita, diferentemente da língua escrita. Apesar desta diferença nos padrões de ocorrência, ambas as modalidades apresentam maior concentração de modalizadores nas posições antes do verbo.

Foram as seguintes as posições encontradas:

Adjunção a TP

(69) “...então **infelizmente** esse ano eu tive que fazer um outro empréstimo para pagar dos doze mil.” (d2/rj-300)

(70) “Eu **realmente** não me detive muito.” (did/rj-288)

Adjunção a VP:

(71) “Atenas ficou, **praticamente**, anulada.” (tg/231/90)

(72) “e eles viviam **basicamente** da coleta.” (ef/sp-19)

(73) “a gente tende a **simplesmente** explicar uma Segunda Guerra como uma guerra.” (ef/rj-110)

iv. OPERADORES DE FOCO

(Focalizadores, intensificadores, de inclusão/exclusão)

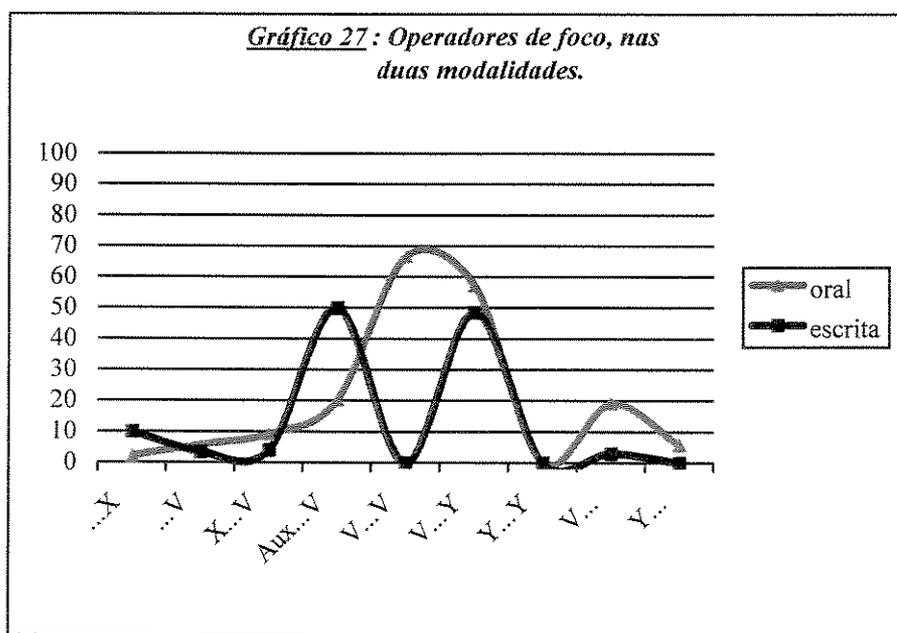
A distinção entre os focalizadores, intensificadores e os de inclusão/exclusão, quanto à função semântica, conforme Ilari 1992b, é bastante complexa, uma vez que, além da possibilidade de homonímia, a distinção só é possível a partir da análise dos efeitos de sentido que tais advérbios produzem, implicando a necessidade de uma análise bastante detalhada e voltada para o papel discursivo que estes desempenham.

Não faz parte do escopo deste trabalho dar conta da complexidade destes adjuntos quanto ao papel discursivo que desempenham. Já no aspecto formal, estes adjuntos adjungem-se a constituintes específicos, a saber: a Top, ao sujeito, ao complemento e ao verbo ou a T. Abaixo, na Tabela 12, apresento a distribuição destes adjuntos.

Tabela 12: Distribuição dos Focalizadores, Intensificadores e de Inclusão/Exclusão, nas duas modalidades.

		...X	...V	X...V	Aux...V	V...V	V...Y	Y...Y	V...	Y...
Intensificador	Esc	-	1%	-	-	-	11,4%	-	2%	-
	Oral	-	-	-	-	33,3%	31%	-	15,4%	1%
Focalizador	Esc	5%	5%	2%	80%	-	28,5%	-	1%	-
	Oral	1%	4,5%	4,5%	-	33,3%	9,5%	-	2%	0,5%
Inclusão/exclusão	Esc	5%	1,5%	9,5%	20%	-	8,5%	-	-	-
	Oral	1%	1%	4,5%	20%	-	16,3%	-	1,4%	4,2%

Dada a característica de os mesmos comportarem-se de modo similar no que se refere ao estabelecimento de foco nos constituintes, estes advérbios foram englobados em uma única categoria: a dos operadores de foco, apresentando a seguinte distribuição:



Conforme se pode perceber, estes adjuntos distribuem-se por quase todas as fronteiras, nas duas modalidades, diferenciando-se, entretanto, dos aspectuais

por se concentrarem na fronteira V...Y, entre o verbo e o complemento. Os exemplos abaixo ilustram a ocorrência destes adjuntos nas variadas fronteiras, bem como as possibilidades de adjunção:

Adjunção a TP:

(74) “**Apenas** os de Montgomery se apresentam hipertrofiados, constituindo sinais de probabilidade de gravidez.” (ef/sa-320)

(75) “Até violência é moda.” (ml/577/79)

(76) “...sabiam que iam outros jovens **também**.” (did/poa-65)

Adjunção a VP:

(77) “eu vou adiantar **um pouquinho** a matéria.” (ef/re-132)

(78) “O homem **simplesmente** adquire a informação.”
(ef/poa-133)

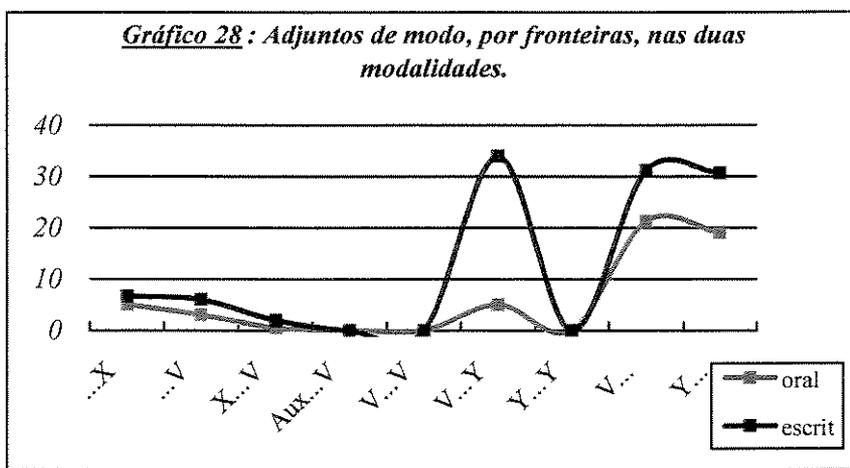
Adjunção a Top:

(79) “Até incenso ele queima.” (d2/poa-41)

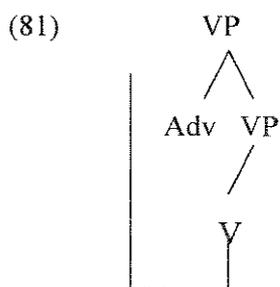
(80) “Nem **mesmo** a segurança eles desenvolvem a contento.”
(ie/105)

v. MODO

Nesta categoria incluem-se os adjuntos de modo (meio, companhia e instrumental). Estes adjuntos apresentaram a seguinte distribuição:



Estes adjuntos também apresentam um comportamento diferenciado em relação às duas modalidades, uma vez que, na língua oral, a maior concentração de adjuntos de modo ocorre na fronteira V...Y; já na língua escrita, a maior concentração ocorre na fronteira V.... O fato de estes adjuntos ocorrerem nas posições já mencionadas constitui evidência de que os mesmos ocorrem, preferencialmente, em adjunção a VP, do seguinte modo:



Diferentemente dos operadores de foco, estes adjuntos ocorrem em maior quantidade na língua escrita, concentrando-se nas fronteiras à direita do verbo, conforme os exemplos a seguir:

(82) “E a expressão habilidades mentais cabe **muito bem.**”

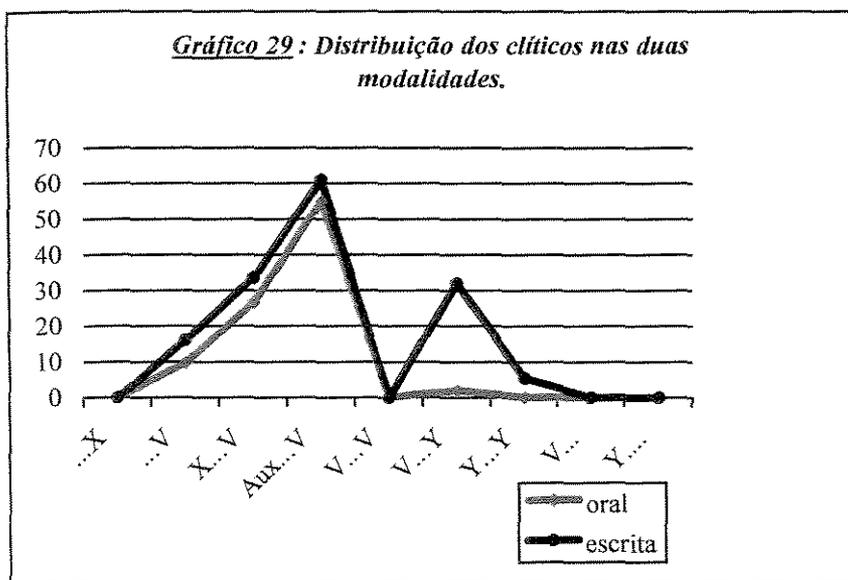
(ef/poa-126)

(83) “Expressou **bem** essa inversão de perspectiva.”

(tg/309/67)

3.3.2.5. CLÍTICOS

A distribuição dos clíticos ocorreu do seguinte modo:

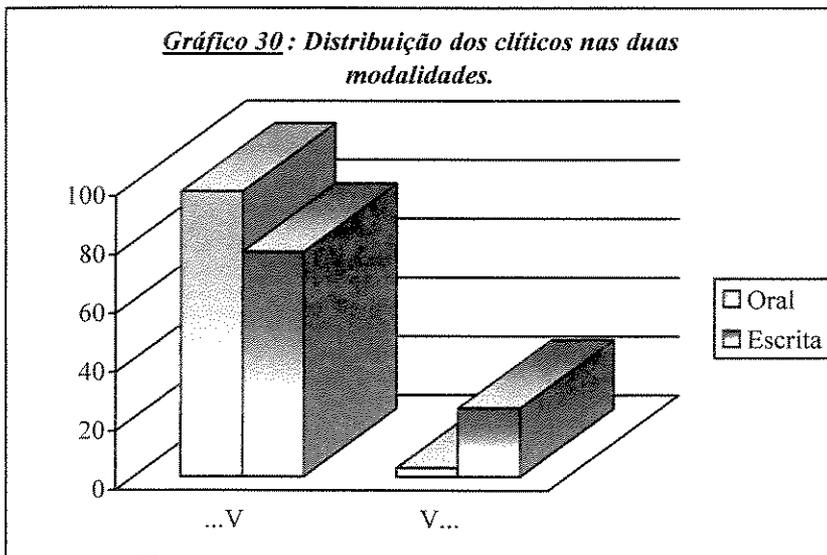


É interessante observar que, conforme era esperado, a língua escrita privilegia mais o emprego dos clíticos pronominais do que a língua oral. Este gráfico deixa bastante claro que as duas modalidades se diferenciam em relação à posição dos clíticos: tanto na língua oral como na língua escrita tem-se alta concentração de clíticos na fronteira Aux...V. Fica claro também que a próclise é preferida nas duas modalidades, embora a língua escrita apresente um percentual maior de ênclise do que a língua oral

Em relação aos clíticos, Cyrino 1990, cujo *corpus* abarca os séculos XVIII, XIX e XX, investiga a mudança na posição dos clíticos em PB. A autora mostra que no século XVIII o clítico poderia ocorrer até mesmo antes de Neg(ação); já no século XX “*encontra-se sempre proclítico ao verbo mais baixo numa locução verbal. Quanto à ênclise, ocorria em 100% dos casos nas estruturas com imperativo afirmativo, sentenças com infinitivo pessoal e sentenças com gerúndio (do tipo ‘Chegando em casa...’, no século XVIII. No século XX a ênclise ficou realmente restrita ao pronome o, a quando há um infinitivo*” (apud Cyrino 1993:164-169).

Além disso, no século XX, o pronome clítico com locução verbal também se afixa ao verbo principal procliticamente, mesmo que haja *partícula atrativa*³⁶ na estrutura. Em síntese, o clítico é quase que exclusivamente afixado à esquerda do verbo mais baixo.

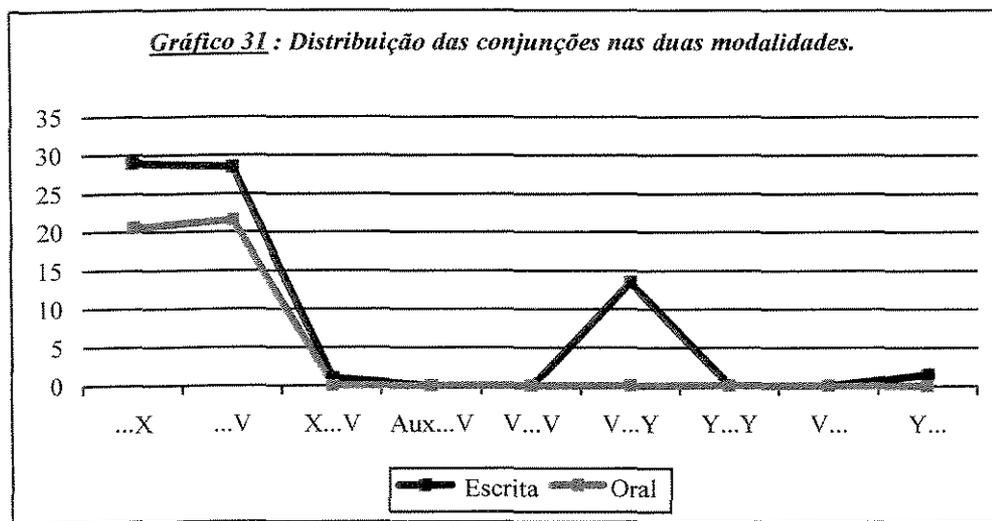
Amalgamando-se as fronteiras em ...V e V... , conforme o Gráfico 30, tem-se:



Por estes dados, é possível evidenciar que a língua escrita se mostra mais conservadora, uma vez que apresenta 23,5% de casos de ênclise, ao contrário da língua oral que apresenta apenas 3%.

3.3.2.6. CONJUNÇÕES

O total de conjunções engloba tanto as conjunções subordinadas quanto as coordenadas e sua distribuição ocorreu do seguinte modo:



As duas modalidades apresentam um comportamento um pouco diferenciado. Na língua escrita, o maior percentual de preenchimento ocorre na margem à direita, antes de V; na língua oral, a fronteira mais preenchida é antes de S (...X).

Além disso, na língua escrita ocorrem conjunções ocupando posições variadas e esta mobilidade possibilita correlacioná-las aos advérbios que ocorrem nas fronteiras intermediárias e fronteira final, conforme exemplos abaixo:

- (84) “ solução platônica, **porém**, renunciava..” (tg/456/101)
- (85) “A derrocada das cidades-estados criou, **pois**, para o homem grego, um vazio existencial.” (tg/390/177)
- (86) “...assegurar recursos, **portanto**, para vinte anos.” (vj/66)

Na verdade, estas conjunções denominadas coordenativas pela Gramática Tradicional apresentam um comportamento similar ao comportamento dos advérbios. E, nessa perspectiva, Perini 1995:147, ao investigar as conjunções coordenativas e em especial a conjunção porém, considera que “a questão da classificação de porém não pode ser separada da questão mais ampla da classificação dos advérbios, sendo mesmo parte dela.”

Ampliando um pouco a proposta de Perini, acredito que a questão da classificação das conjunções coordenativas conclusivas e adversativas (exceto mas) é que deve se vincular à questão dos advérbios, pois apresentam quase o mesmo padrão de comportamento dos aspectuais, modalizadores e operadores de foco.

Assim, considero que as mesmas deveriam ser reanalisadas sob a perspectiva destes advérbios, ou seja, podem adjungir-se a VP, como em (85) e (86), ou adjungir-se a posições máximas mais altas nas sentenças.

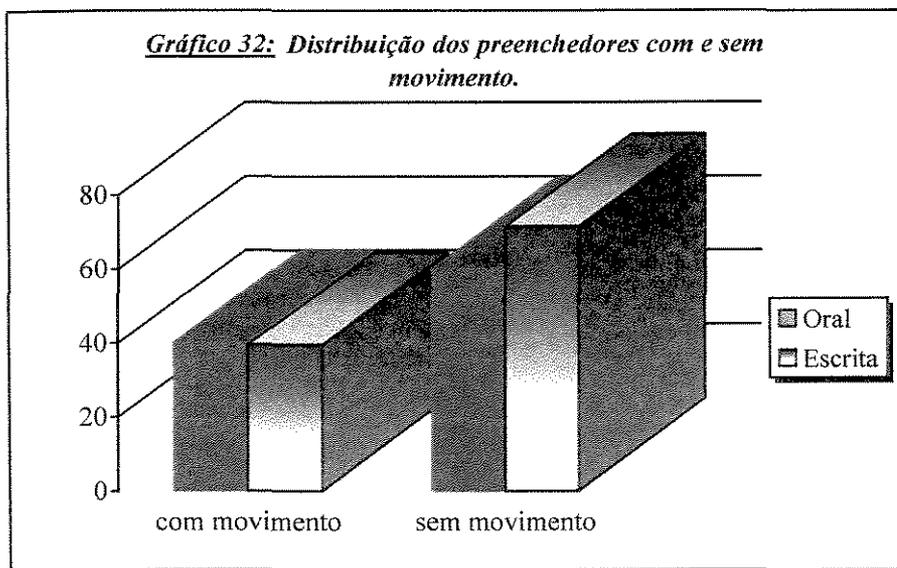
Na língua oral, esta mobilidade não se apresentou nos dados analisados, talvez por serem pouco utilizadas nesta modalidade.

3.4. PREENCHEDORES COM MOVIMENTO X PREENCHEDORES SEM MOVIMENTO

Uma das questões que pretendo responder neste trabalho é a seguinte: “é possível diferenciar fala e escrita com base na maior/menor ocorrência de preenchedores com movimento?”

Em um primeiro momento, foram considerados como preenchedores que se movimentam os clíticos, os constituintes-wh, as estruturas clivadas e os quantificadores flutuantes. Entretanto, no decorrer da análise, foi assumido que não só os adjuntos aspectuais, modalizadores, operadores de foco movimentam-se nas sentenças como também algumas conjunções coordenativas.

A partir desta análise, foi feito o levantamento dos preenchedores com e sem movimento (excetuando-se os discursivos), cujos resultados são os seguintes:



Considerando estes dados, percebe-se que as duas modalidades apresentam frequência muito próxima na utilização de estruturas com movimento: 39,5% na língua escrita e 40% na língua oral.

Estes resultados não corroboram, portanto, a hipótese aventada de que a língua escrita se diferencia da língua oral pelo fato de a diferença entre as duas não ser significativa.

Entretanto, deve-se realçar que, em uma outra perspectiva, os resultados vão de encontro a hipóteses que consideram que o PB é uma língua que possui poucas estruturas com movimento, pois se se observa a percentagem de preenchedores sem movimento, percebe-se que, nas duas modalidades, a freqüência de preenchedores sem movimento é bastante alta.

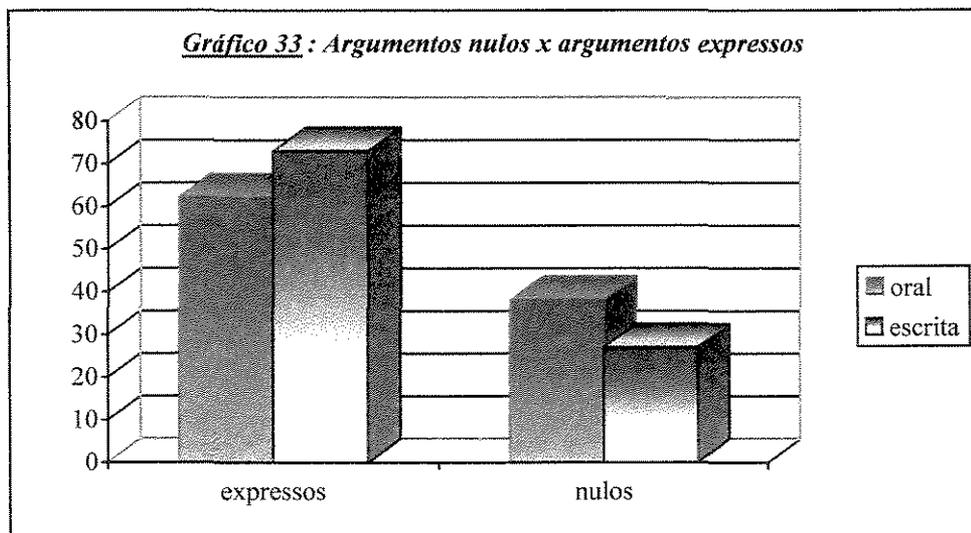
3.5. ARGUMENTOS NULOS X ARGUMENTOS EXPRESSOS

Conforme mencionado anteriormente, Kato 1999a delinea uma perspectiva para a ocorrência de adjuntos e discursivos nas margens iniciais e finais.

Nesta seção, pretendo investigar se a ausência de argumentos favorece maior ocorrência de adjuntos e discursivos nas duas modalidades, a partir das seguintes hipóteses:

- (i) A língua escrita apresenta maior número de argumentos explícitos do que a língua oral.
- (ii) A língua oral compensa a ausência de argumentos com maior número de discursivos ou de adjuntos, eventualmente para compensar ritmicamente a sentença.

Com o objetivo de comprovar estas hipóteses foi feito o levantamento de argumentos nulos e de argumentos expressos, obtendo-se o seguinte resultado:



Os dados corroboram a hipótese aventada de que a língua escrita apresenta mais argumentos expressos do que a língua oral. Além disso, deve-se ressaltar que a ocorrência de sujeitos e complementos expressos apresenta a seguinte frequência: na língua oral, 57% de sujeitos e 69% de complementos. Na língua escrita, 63% de sujeitos e 85% de complementos, conforme Tabela 22, em anexo.

Além destes dados, foi investigado também se a ausência de argumentos favoreceria maior ocorrência de adjuntos e discursivos nas duas modalidades.

Foi feito o levantamento da frequência de preenchimento com argumentos nulos e argumentos expressos nas duas modalidades, obtendo-se os seguintes resultados:

Gráfico 34: *Frequência de preenchimento com argumentos expressos e nulos na língua oral.*

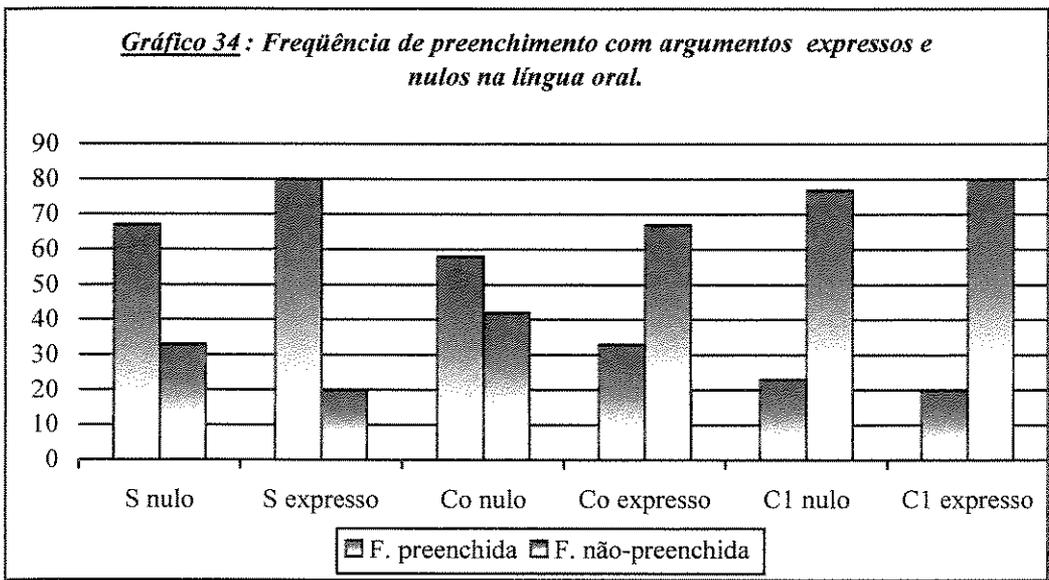
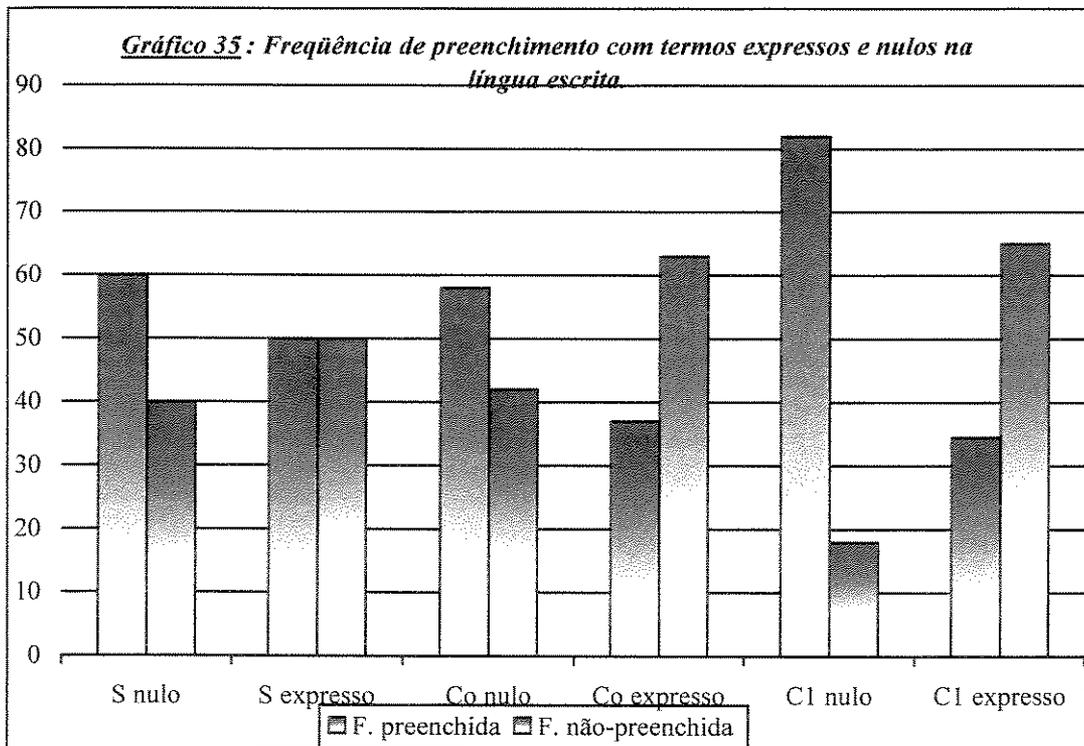


Gráfico 35: *Frequência de preenchimento com termos expressos e nulos na língua escrita.*



A investigação do percentual de preenchimentos relacionados à ocorrência de argumentos elididos ou expressos foi motivada pela hipótese de que a língua oral compensa a ausência de argumentos com maior número de discursivos e adjuntos, eventualmente para compensar ritmicamente a sentença.

Esta hipótese parece poder ser, parcialmente confirmada, uma vez que, na língua oral, quando o sujeito é nulo, tem-se 67% de preenchimento e 33% de não-preenchimento; quando o complemento mais próximo do verbo (C_0) é nulo, tem-se 58% de preenchimento, versus 42% de não-preenchimento.

Entretanto, em relação ao sujeito, é interessante notar que a quantidade de preenchimento é muito alta com sujeito expresso, na língua escrita. Este dado parece poder ser creditado ao fato de, no PB, o uso do sujeito nulo ser menos freqüente que o sujeito lexical, conforme atesta a análise de Tarallo 1993:89 que afirma que “com base nos resultados obtidos em Tarallo 1983, 1985 que atestavam o crescimento de sujeitos lexicais acompanhado de um decréscimo no objeto direto anafórico, um argumento forte pode ser feito em relação à modalidade brasileira como um sistema em fase de transição de língua “pro-drop” para língua não “pro-drop”, isto é, uma mudança paramétrica.

Além disso, quando o complemento mais distante do verbo (C_1) é nulo, tem-se 23% de preenchimento versus 77% de não-preenchimento. Este fato parece não comprometer a hipótese aventada, uma vez que este complemento não possui estatuto argumental, estando a estrutura da sentença (S V C_0) preservada. Além disso, conforme Kato 1999, a estrutura da sentença canônica na produção é XVY.

Embora a hipótese acima não tenha sido aventada em relação à língua escrita, a freqüência de preenchimento e não-preenchimento nesta modalidade confirma amplamente a hipótese aventada: quando o sujeito é nulo, tem-se 60% de preenchimento e 40% de não-preenchimento; quando o complemento mais próximo do

verbo é nulo, tem-se 58% de preenchimento e 42% de não-preenchimento; e, finalmente, quando o complemento mais distante do verbo é nulo, tem-se o maior percentual de preenchimento: 82% e apenas 18% de não-preenchimento.

3.6. CONCLUSÃO

Neste capítulo foi desenvolvida a análise das fronteiras de preenchimento e dos preenchedores sintáticos e discursivos.

A análise das fronteiras de preenchimento evidenciou que a grande diferença entre língua oral e língua escrita repousa no percentual de preenchimento nas margens: a língua oral privilegia a margem à esquerda e a língua escrita, a margem à direita.

A distribuição dos preenchedores mostrou que os discursivos e os adjuntos são os preenchedores que mais ocorrem na língua oral e na língua escrita, os adjuntos. Além disso, a análise das fronteiras de preenchimento em relação aos tipos de entrevistas evidenciou que, ao contrário do que se esperava, DID revelou-se mais formal do que EF.

Finalmente, os preenchedores sintáticos e discursivos apresentaram, em sua maioria, comportamento similar nas duas modalidades, diferenciando-se apenas em termos percentuais.

NOTAS

¹ Os dados referentes aos gráficos contidos neste capítulo encontram-se em tabelas no Anexo 1.

² Em Tarallo, Kato et alii 1992, foram estabelecidas as seguintes fronteiras: ...Top, ...S, Top...S, S...V, V..... C₀ , V...Antitpo, V..... C₁, V..., C₀ C₀ , C₀.. C₁, C₀ Antitop, Antitop...Antitop, C₀....., C₁, Antitop..... Além destas, foram consideradas também as várias possibilidades com elementos elididos, como, por exemplo, (C₀)...C₁; C₀....(C₁) e assim por diante. Neste trabalho, tópico, antitópico não foram considerados como fazendo parte da estrutura da sentença. Além disso, em função das dificuldades referentes à codificação de termos elididos, optei por estabelecer as fronteiras, tomando como referência o verbo.

³ In Tarallo, Kato et alii 1992:352.

⁴ Estes resultados foram obtidos, verticalmente, a partir dos totais de cada fronteira

⁵ Nas tabelas, o hífen indica a não-ocorrência da forma em estudo.

⁶ As porcentagens referentes ao Gráfico 9 e à Tabela em anexo foram obtidas, verticalmente, a partir do total de discursivos em cada função.

⁷ Na verdade, a ocorrência dos discursivos à esquerda, antes do sujeito, é motivada mais por questões de articulação do texto, diferentemente dos discursivos da língua oral, que são motivados por questões de planejamento.

⁸ Oliveira e Silva, Tarallo e Braga 1996:207

⁹ Os rótulos das fronteiras contidos na Tabela 2 e Histograma 1 têm o seguinte significado: f corresponde à margem à esquerda, incluindo as fronteiras ...Top, ...S, e ...(S); a corresponde à margem limite de IP incluindo as fronteiras Top...(S) e Top...S; e refere-se à margem limite de VP, incluindo as fronteiras S...V e (S)...V; d corresponde à fronteira central de regência, incluindo V...(C₀) e V... C₀; o engloba as fronteiras mais próximas da margem à direita, incluindo (C₀)...Antitópico, V...Antitópico, (C₀)... C₀, (C₀)... (C₁), (C₀)... C₁, C₀ ...Antitópico, C₀ ...C₀, C₀... (C₁), C₀... C₁; x refere-se à margem à direita, incluindo as fronteiras C₀... , Antitópico..., (C₀)..., C₁..., (C₁)..., V..., Antitópico... Antitópico. (apud Oliveira e Silva, Tarallo e Braga 1996:202)

¹⁰ Apesar da baixa ocorrência dos marcadores em relação às fronteiras, optei por manter a tabela com os números percentuais para poder estabelecer correlação com a tabela de Oliveira e Silva, Tarallo e Braga 1996.

¹¹ Embora se tenha procurado manter a correspondência entre as fronteiras utilizadas neste trabalho e as fronteiras utilizadas em Oliveira e Silva, Tarallo e Braga 1996, não foi possível manter correlação com todas as fronteiras, uma vez que Tópico, neste trabalho, foi considerado como um preenchedor, não havendo, pois, a fronteira a. Além disso, as fronteiras Aux...V e V...V foram desconsideradas porque não possuem correlato para as fronteiras de Oliveira e Silva, Tarallo e Braga.

¹² A distinção entre função textual e função conversacional está diretamente relacionada ao emprego de recursos na articulação no texto oral e escrito (Linguística Textual) ou apenas do texto oral (Análise da Conversação). Embora, haja um embricamento entre estas duas disciplinas, acredito que a distinção acima possa ser mantida, uma vez que os recursos utilizados para articulação do texto oral e aqueles utilizados para articulação do texto escrito nem sempre parecem ser os mesmos.

¹³ Os dados referentes a estes gráficos foram extraídos da Tabela 1, à página 114.

¹⁴ Na perspectiva do discurso, estas estruturas têm sido relacionadas não só às noções de foco/pressuposição como também às noções: foco/tópico, tema/rema, tópico comentário, dominante/não dominante, julgamentos categóricos/téticos. Zubizarreta 1998 considera que, na maioria dos casos, a associação se dá de forma equivocada, em que uma mesma terminologia é utilizada para significar coisas diferentes ou vice-versa, pois não há preocupação em evidenciar a distinção entre discurso e gramática. A autora argumenta ainda que as noções de informação *velha/nova* ou *tema/rema* são noções discursivas que não possuem a contraparte gramatical. Para ela, apenas a dicotomia foco/pressuposição apresenta impacto na forma LF da sentença.

¹⁵ É. Kiss 1995:15 considera que o termo *foco* é usado na literatura lingüística pelo menos em dois diferentes sentidos: “pode denotar a parte da sentença portando a informação nova, e pode também significar um operador que expressa identificação. Os dois significados são geralmente referidos como foco amplo e foco restrito”.

¹⁶ In Raposo 1996:6-7

¹⁷ “Kato e Raposo 1996 consideram foco não-marcado o foco da sentença canônica, que é mais encaixado e que recebe o acento primário numa entoação normal. Como foco marcado consideram o constituinte que recebe acento proeminente em uma entoação marcada, na maioria das vezes, em posição inicial da sentença. Essa focalização é exemplificada abaixo:

(i) [IP EU_i [IP Expl [é [t_i [NP [CP Op[que falei]]]]]]]]

(ii) [IP OS MENINOS_i [IP Expl [é [t_i [NP [CP Op[que mais comeram]]]]]]]”
(apud Kato e Braga 1996:330).

¹⁸ Para Callou et alii 1993, a prosódia é um dos traços que diferenciam as construções tópico-comentário das de sujeito/predicado. Este traço diferenciador é considerado, pelos autores, redundante, porque acompanha a distinção sintática.

-
- ¹⁹ Ilari 1992a:44 considera que a expressão do rema está sempre associada a algum tipo de proeminência entoacional, denominada foco. Além disso, para o autor, tópico e foco podem constituir diferentes maneiras de expressar a Articulação Tema e Rema (ART), sendo inclusive construções intercambiáveis.
- ²⁰ Apud Zubizarreta: 1998:1.
- ²¹ Em torno destas duas construções, a literatura lingüística tem evidenciado variações conforme nos mostra o trabalho de Kato, Braga et alii 1996.
- ²² Esta decisão metodológica se coaduna com as análises de Martins 1994 e Zubizarreta 1998. Estas autoras consideram FP ou Σ P com um núcleo sincrético, que pode checar vários valores.
- ²³ Apud Zubizarreta 1998:8.
- ²⁴ Na verdade, esta definição de foco se aplica ao Espanhol Moderno. Ilari 1992:44 considera que “... o rema pode abranger, além do último termo da oração, um certo número de termos que o precedem, chegando-se à situação limite em que a oração é remática como um todo”. Ver também Cinque 1993.
- ²⁵ A postulação do TP generalizado permite a Zubizarreta dar conta da estrutura da ordem VSO no Espanhol Moderno, sem necessidade de postular estruturas adicionais para acomodar o XP nas estruturas XPVSO.
- ²⁶ Há propostas divergentes quanto ao fato de as construções de tópico serem geradas por adjunção a S ou adjunção a I.
- ²⁷ A tabela original de Callou et alii (1993:324), referente aos dados de língua oral, não apresenta a quantidade de ocorrências. Entretanto, por ser derivada de outra tabela, foi possível recuperar os números referentes à frequência apresentada.

-
- ²⁸ As construções clivadas constituem “um conjunto de construções-Q usadas para salientar um constituinte sintaticamente como foco sentencial. Dizemos sintaticamente porque o foco é por definição (cf. Chomsky 1971) o elemento prosodicamente saliente na sentença.” (apud Kato, Braga et alii 1996:308)
- ²⁹ Ao relacionar estruturas clivadas com estruturas topicalizadas, não estou ignorando que as duas marcam constituintes com funções discursivas diferentes. Considero que ambas fazem parte de um processo maior: a topicalização *latu sensu* que se dicotomiza, conforme já mencionado anteriormente.
- ³⁰ Os resultados foram obtidos a partir do total de cada gênero
- ³¹ Kato considera que há dois verbos *ser* além da cópula *estar*: *ser*₁ e *ser*₂. A cópula *estar* seleciona predicados de cena e *ser*₁ seleciona predicados de indivíduo, enquanto *ser*₂ neutro em relação ao tipo de predicado, sendo um operador que toma um foco sob seu escopo.
- (i) É₂ inteligente_i que o Pedro é₁ t_i
- (ii) É grávida_i que Maria está t_i
- ³² Os resultados referentes a estes dois gráficos encontram-se na Tabela 7, em anexo.
- ³³ In Franchi 1998:2
- ³⁴ Na verdade, os locativos que ocorrem sob a forma de advérbios caracterizam-se também como dêiticos. Esta característica híbrida não foi levada em consideração no momento da análise.
- ³⁵ In Kato e Nascimento 1996:192
- ³⁶ Cyrino 1993 considera como partícula atrativa “a presença de CP preenchido ou NEG”. (p.177, n.3)

CONCLUSÕES FINAIS

Ao término da leitura deste trabalho, algumas questões poderiam ser levantadas tais como: a modalidade oral foi considerada representação da modalidade escrita? Que aspectos da modalidade oral são utilizados pela escrita? Que aspectos da modalidade escrita são utilizados pela modalidade oral?

A resposta a estas questões pode ser dada, a partir da assunção, que norteou este trabalho, de que “as modalidades oral e escrita da linguagem apresentam uma *isomorfia parcial*, porque fazem a seleção a partir do mesmo sistema gramatical e podem expressar as mesmas restrições”, conforme Kato 1986:30. Assim, as conclusões que apresentarei, a seguir, serão norteadas pela assunção acima, ou seja, de que haverá uma preocupação em evidenciar as diferenças e semelhanças de comportamento dos preenchedores em relação ao “fundo”, nas duas modalidades.

Dois foram os objetivos centrais que nortearam essa pesquisa: comparar, por meio da investigação de preenchedores discursivos, adjuntos e adjunções, língua escrita e língua falada, a partir da análise de entrevistas; avaliar, analisar e discutir a atuação dos preenchedores no português falado e escrito — a partir de uma revisão dos critérios de análise e dos fatores adotados nos trabalhos anteriores do grupo de RGPF, mencionados na introdução desta tese—, em função de fronteira sintática e natureza do preenchedor.

A análise das fronteiras de preenchimento evidenciou que o percentual de preenchimento diferencia as duas modalidades: 35% na língua escrita e 43,5% na língua oral. Observou-se ainda que a língua escrita privilegia a margem à direita e a língua oral, a margem à esquerda. Em relação à língua oral, Tarallo, Kato et alii 1992 consideram que a ordem decrescente de preenchimento da esquerda para a direita pode se correlacionar a procedimentos de planejamento. Considerando-se que, na língua escrita, procedimentos referentes a planejamento não são visíveis, a ordem crescente da esquerda para a direita pode, assim, ser explicada. Além disso, foi constatado que a grande maioria dos preenchedores concentra-se na função de discursivos e adjuntos na língua oral e, na língua escrita, na função de adjuntos.

Os preenchedores discursivos apresentaram comportamento semelhante nas duas modalidades, em que a frequência mínima encontra-se na parte central e a máxima, nas extremidades, apresentando, entretanto, maior concentração na margem à esquerda.

Uma das hipóteses deste trabalho foi a de que os discursivos ocorrem na língua escrita com o objetivo de simular a fala. Para a confirmação desta hipótese, os mesmos foram reclassificados em conversacionais e textuais, e os dados evidenciaram que os conversacionais ocorrem nas margens e os textuais distribuem-se por todas as fronteiras. Além disso, na língua escrita, os marcadores conversacionais ocorreram maciçamente em D2, evidenciando que o tipo de texto está determinando o tipo de marcador.

Os preenchedores sintáticos distribuíram-se de modo similar aos discursivos, no que se refere ao preenchimento nas fronteiras de constituintes, a saber: privilegiaram as margens iniciais e finais. Entretanto, a frequência de ocorrência entre as fronteiras evidencia uma das grandes diferenças entre as duas modalidades: na língua oral, privilegiam a margem à esquerda e, na língua escrita, a margem à direita.

A análise da distribuição destes preenchedores por fronteiras revelou que os mesmos podem, inicialmente, ser classificados em dois blocos: os que apresentam uma posição única e os que ocorrem em posições variadas na sentença. No primeiro caso, estão incluídos os tópicos, os antitópicos, os constituintes-WH e a negação; no segundo, os adjuntos adverbiais, os clíticos, os constituintes clivados e as conjunções.

Embora ocupando uma posição fixa na sentença, as construções de Tópico foram analisadas, inicialmente, em uma perspectiva funcional do mesmo modo que as construções clivadas. Os dados evidenciaram que o comportamento destas construções permite diferenciar a língua escrita da língua oral: para a função de foco, a língua escrita privilegia a construção clivada, mais do que a ordem; para a função de tópico, as duas modalidades não privilegiam construções deslocadas.

Já os Antitópicos apresentaram comportamento similar nas duas modalidades, inclusive em termos de frequência. A distinção entre as duas modalidades pôde ser estabelecida em relação ao elemento ao qual o antitópico se vincula: na língua oral a um pronome resumptivo zero ou a pronomes lexicais e, na língua escrita, apenas a pronomes resumptivos zero.

Deve-se ressaltar ainda em relação a estes constituintes que a adoção de uma única análise, para as duas modalidades, gerou um resultado aparentemente inesperado, a saber: frequência de ocorrência similar nas duas modalidades. Este resultado merece um estudo posterior que leve em consideração fatores relacionados a planejamento e a estilo.

Os preenchedores sintáticos que se caracterizam como adjuntos adverbiais na GT foram investigados em relação às funções sintático-semânticas, a partir da função que ocupam, preferencialmente, na sentença. Os Temporais e Locativos ocorreram preferencialmente nas margens e, conforme Kato e Tarallo 1993, quando no início da sentença constituem a orientação do evento, quando no final fazem

parte da predicação da sentença, em posição pós-verbal. Assim, considere que a inserção dos mesmos na sentença ocorre diretamente por merge, em adjunção a TP.

Os adjuntos de sentença (conformativos, proporcionais, causais, comparativos e consecutivos) privilegiaram a margem à direita, os condicionais ocorreram maciçamente nas margens iniciais e os causais, nas margens finais. Já os adjuntos que ocorreram próximos ao verbo caracterizaram-se como: aspectuais, que ocorreram em adjunção ao núcleo de uma predicação secundária, a TP e ao VP; modalizadores e operadores de foco, que se adjungiram preferencialmente a TP e a VP; e os de modo que apresentaram comportamento bastante aproximado dos anteriores, privilegiando a direita do verbo, embora tenham ocorrido também à esquerda do verbo, nas duas modalidades.

Além destes, os clíticos apresentaram distinção entre as duas modalidades tanto em relação ao percentual de ocorrência cuja maior freqüência ocorre na língua oral, quanto em relação às posições que ocupam, pois, embora tenham apresentado preferência pela próclise nas duas modalidades, a língua escrita apresentou freqüência mais alta de ênclise.

As conjunções apresentaram um comportamento um pouco diferenciado nas duas modalidades: na língua escrita, o maior percentual de preenchimento ocorre na fronteira ...V, na língua oral na fronteira ...X. Além disso, na língua escrita, algumas conjunções (coordenativas) apresentaram mobilidade na sentença. Considerando esta mobilidade, foi proposto que uma eventual análise das mesmas deve ser relacionada à análise dos advérbios, uma vez que apresentam comportamento idêntico.

Em suma, o comportamento dos preenchedores possibilita afirmar que o algoritmo de preenchimento diferencia a fala da escrita, pois, apesar de as duas modalidades apresentarem comportamentos similares na maioria dos casos de preenchimento, diferenciam-se tanto em termos de percentual de ocorrência em cada

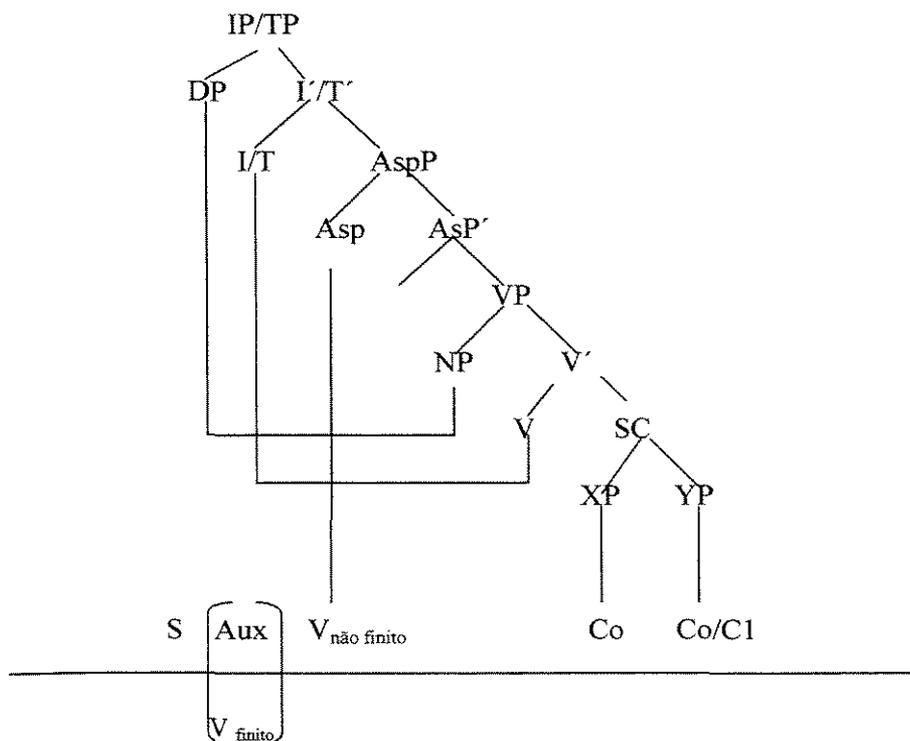
modalidade, quanto em relação às fronteiras em que alguns destes preenchedores ocorrem.

Foi investigada ainda a possibilidade de relacionar a ocorrência/não-ocorrência de preenchedores quanto a: maior/menor ocorrência de argumentos explícitos nas duas modalidades; aproximação das Elocuções Formais na língua falada aos textos da língua escrita e maior frequência de preenchedores com movimento na língua escrita.

Os resultados evidenciaram que a língua oral apresenta 62% de argumentos explícitos e 38% de argumentos nulos; já a língua escrita apresenta 73% de argumentos explícitos e 27% de argumentos nulos. Além disso, a hipótese de que “a língua oral compensa a ausência de argumentos com maior número de discursivos ou de adjuntos, eventualmente para compensar ritmicamente a sentença”, foi corroborada, uma vez que, quando o sujeito é nulo, tem-se 68% de preenchimento e, quando o complemento mais próximo ao verbo é nulo, tem-se 60% de preenchimento. Além disso, quando o segundo complemento é nulo, tem-se o maior percentual de preenchimento: 82%.

Por outro lado, a hipótese de que “as Elocuções Formais na língua falada, por apresentarem, teoricamente, maior grau de formalidade, aproximam-se em termos de comportamento, aos textos da língua escrita”, não foi confirmada, uma vez que, conforme já mencionado, foi constatado que DID apresenta maior grau de formalidade do que EF. Também a hipótese de que “a língua escrita se diferencia da fala pelo fato de a primeira evidenciar emprego mais acentuado de preenchedores com movimento do que a língua oral” não foi corroborada, uma vez que os resultados obtidos evidenciaram que as duas modalidades não apresentam diferenças significativas.

Finalmente, os dados analisados contribuíram para confirmar a estrutura do “fundo” (aqui repetida para facilidade de exposição) comum às duas modalidades, proposta no primeiro capítulo.



Assim, pode-se concluir que a adoção de uma estrutura sintática mais ampla, considerada como determinante do processamento discursivo pode, de forma adequada, projetar as semelhanças e diferenças entre a modalidade oral e escrita da linguagem.

.....

ANEXO

Tabelas ¹

Tabela 1. Preenchimento de fronteiras nas duas modalidades.
(Referente ao Gráfico 1, p. 118)

Fronteiras	Modalidades	
	escrita	oral
Preenchidas	877 - 35%	3049 - 43,5%
Não-preenchidas	1.634 - 65%	3.958 - 56,5%
Total	2.511	7.007

¹ Nas tabelas, os hifens indicarão sempre a não-ocorrência da forma em estudo.

Tabela 2. Fronteiras preenchidas e não-preenchidas nas duas modalidades. (Referente ao Gráfico 2, p. 120)

Modalidades Fronteiras	preenchido		não-preenchido		Total	
	Escrita	Oral	Escrita	Oral	Escrita	Oral
....X	170 - 40%	960 - 79%	258 - 60%	260 - 21%	428	1220
...V	301 - 66%	839 - 72,5%	153 - 34%	321 - 27,5%	454	1160
X...V	87 - 24,5%	266 - 25%	269 - 75,5%	788 - 74,5%	356	1054
Aux...V	18 - 21,5%	31 - 13%	66 - 78,5%	207 - 87%	84	238
V...V	-	10 - 22,7%	23 - 100%	34 - 77,3	23	44
V...Y	66 - 13,5%	180 - 13%	43 - 86,5%	1212 - 87%	496	1392
Y...Y	-	-	-	-	-	-
V...	111 - 64,5%	293 - 61,5%	61 - 35,5%	183 - 38,5%	172	476
Y...	124 - 25%	470 - 33%	374 - 76%	953 - 67%	498	1423
Total	877	3049	1634	3958	2511	7007

Tabela 3: Fronteiras de preenchimento com espaços amalgamados nas duas modalidades. (Referente ao Gráfico 3, p. 122)

Modalidades Fronteiras	Preenchido		Não-preenchido		Total	
	Escrita	Oral	Escrita	Oral	Escrita	Oral
....X/...V	471 – 53,5%	1799 – 75,5%	411 – 50%	581 – 26%	882	2380
X...V	87 – 24,5%	266 – 25%	269 – 75,5%	798 – 74,5%	356	1054
Aux...V	18 – 21,5%	31 – 13%	66 – 78,5%	207 – 87%	84	238
V...V	-	10 – 22,7%	23 – 100%	34 – 77,3%	23	44
V...Y	66 – 13,5%	180 – 13%	430 – 86,5%	1212 – 87%	496	1392
Y...Y	-	-	-	-	-	-
V.../Y...	235 – 35%	763 – 40%	435 – 65%	1136 – 60%	670	1899
Total	877	3049	1634	3958	2511	7007

Tabela 4. Distribuição dos preenchedores nas duas modalidades
(Referente ao Gráfico 4, p. 123, e Gráficos 4a , 4b, p. 124 e 125)

	Oral	Escrita
Discursivo	1096 – 36%	78 – 9%
Adjunto	1139 – 37,5%	465 – 53%
Conjunção	377 – 12,5%	145 - 16,5%
Clítico	174 - 5,5%	115 - 13%
WH	62 - 2%	28 - 3%
Tópico	160 - 5,2%	15 - 1,7%
Clivagem	25 – 1%	26 - 3%
Antitópico	16 - 0,5%	5 - 0,5%
Total	3049	877

Tabela 5. Ocorrência de preenchimento x Tipos de entrevistas nas duas modalidades. (Referente ao Gráfico 5, p.127)

Modalidades Entrevistas	Preenchimento		Não-preenchimento		Total	
	Escrita	Oral	Escrita	Oral	Escrita	Oral
DID	315 -32%	1189- 46,5%	681- 68 %	1371-53,5%	996	2560
D2	362 -38%	1212- 42%	593- 62%	1644-58%	955	2586
EF	200-36%	648-40,5%	360- 64%	943-59,5%	560	1591
Total	877	3049	1634	3958	2511	7007

Tabela 6: Fronteiras de preenchimento x Tipos de entrevistas.

(Referente aos Gráficos 6 e 7, p. 129)

		Preenchimento			Não-preenchimento				
		EF	DID	D2	EF	DID	D2	Total	
...X	Esc.	40 – 34%	67- 39%	62- 46%	80- 66%	104- 61%	74- 54%	170	258
	Oral	253- 81,5%	299- 74,5%	408- 79%	57- 18,5%	101- 25,5%	102- 21%	960	260
...V	Esc.	46- 64%	107- 66%	148- 69%	31- 36%	55- 34%	67- 31%	301	153
	Oral	159- 72%	322- 73%	358- 72%	62- 28%	119- 27%	140- 28%	839	321
X...V	Esc.	20- 23%	35- 25%	32- 25%	66-77%	106- 75%	97- 75%	87	269
	Oral	78- 29%	88- 22,5%	100- 25%	187- 71%	300- 77,5%	301- 75%	266	788
Aux...V	Esc.	5- 20%	5 – 15%	8- 28,5%	72- 80%	28-85%	20- 71,5%	18	66
	Oral	7- 8,5%	10- 16,5%	14- 14%	18- 91,5%	50- 83,5%	85- 86%	31	207
V...V	Esc.	-	-	-	5- 100%	14- 100%	4- 100%	-	23
	Oral	3- 27,3%	3- 17,5%	4- 25%	8- 82,5%	14- 82,5%	12- 75%	10	34
V...Y	Esc.	29- 29%	25- 11,5%	12- 6,5%	71- 71%	192- 88,5%	169- 93,5%	66	432
	Oral	41- 13%	83- 16,5%	50- 9%	279-87%	418- 83,5%	515-91%	180	1212
Y...Y	Esc.	-	-	-	-	-	-	-	-
	Oral	-	-	-	-	-	-	-	-
V....	Esc.	38- 73%	26- 59%	48- 68,5%	14- 27%	18- 41%	29- 31,5%	111	61
	Oral	53- 56,5%	144- 71%	96- 53%	39- 43,5%	58- 29%	86- 47%	293	183
Y...	Esc.	22- 23%	50- 23%	52- 28%	75- 77%	164- 77%	133- 72%	124	372
	Oral	54- 18,5%	240- 43,5%	176- 30%	239- 81,5%	311- 55,5%	403- 70%	470	953
Total	Esc.	200	315	362	360	681	593	877	1634
	Oral	648	1189	1212	943	1371	1644	3049	3958

Tabela 7- Função do Preenchedor x Fronteiras de Preenchimento nas duas modalidades por fronteiras.

(Referente à Tabela 1, no corpo do texto, p. 131)

		X...	V...	X...V	Aux...V	V...V	V...Y	Y...Y	V...	Y...	Total
Disc	E	27- 16%	24-8%	3 -3,4%	2-11%	-	4-6%	-	5-4,5%	13-10,5%	78
	O	426-44,5 %	242-29%	40- 15%	4-13%	7-70%	60-33,3%	-	73-25%	244- 52%	1096
Adj.	E	59-34,5%	115-38%	53- 61%	5-27,5%	-	35-53%	-	94-84,5%	104- 84%	465
	O	174-18%	260-31%	155-58%	10-32%	3-30%	116-4,5%	-	207-71%	214-45,5%	1139
Clit.	E	-	48-16%	29- 33,5%	11-61%	-	21- 32%	-	6- 5,4%	-	115
	O	-	81-9,5%	71-26,5%	17-55%	-	4- 2%	-	1- 0,003%	-	174
Top	E	9- 5%	6-2%	-	-	-	-	-	-	-	15
	O	133- 14%	27-5%	-	-	-	-	-	-	-	160
Cliv.	E	14- 8%	6-2%	1- 1%	-	-	-	-	5- 4,5%	-	26
	O	8- 1%	10-1%	-	-	-	-	-	5- 2%	2- 0,5%	25
WH	E	11- 6,5%	16-5,5%	-	-	-	-	-	1- 1%	-	28
	O	24- 2,5%	37-4,5%	-	-	-	-	-	1- 0,3%	-	62
Antit	E	-	-	-	-	-	-	-	-	5- 4%	5
	O	-	-	-	-	-	-	-	6- 2%	10- 2%	16
Conj	E	50-29%	86-28,5%	1- 1%	-	-	6- 9%	-	-	2- 1,5%	145
	O	195-20,5%	182-21,5%	-	-	-	-	-	-	-	377
Tot.	E	170	301	87	18	-	66	-	111	124	877
	O	960	839	266	31	10	180	-	293	470	3049

Tabela 8: Preenchedores discursivos por fronteiras.²
(Referente ao Gráfico 8, p. 134)

	...X	...V	X...V	Aux...V	V...V	V...Y	Y...Y	V...	Y...	Total
Escrita	27-34,6%	24-30,7%	3-3,8%	2-2,5%	-	4-5%	-	5-6,4%	13-16,6%	78
Oral	426-39%	242-22%	40-3,6%	4-0,4%	7-0,6%	60-4,5%	-	73-6,6%	244-22,2%	1096

Tabela 9: Tipos de marcadores, por fronteiras, na língua escrita.
(Referente ao Gráfico 9, p.136)³

Função Fronteiras	Conversacional		Textual		Total
	Nº	%	Nº	%	
...X	5	14,7	22	50	27
...V	18	53	6	13,6	24
X...V	-	-	3	6,8	3
Aux...V	-	-	2	4,5	2
V...V	-	-	-	-	2
V...Y	-	-	4	9	4
V...	3	8,8	2	4,5	5
Y...	8	20,5	5	13,5	13
Total	34	-	44	-	78

² Leitura horizontal.

³ Leitura vertical

Tabela 10: Discursivos por tipo de entrevistas nas duas modalidades.
(Referente ao Gráfico 11, p. 140)

Tipos de Entrevistas \ Modalidades	Oral		Escrita	
	Nº	%	Nº	%
EF	199	18	11	14
DID	447	41	12	15
D2	450	41	55	71
Total	1096		78	

Tabela 11: Distribuição dos marcadores na língua escrita. ⁴
(Referente aos Gráficos 12 e 13, p.141 e 142)

	Função Conversacional						Função textual					
	EF		DID		D2		EF		DID		D2	
		%		%		%		%		%		%
...X	-	-	-	-	5	6,4%	7	9%	7	9%	8	10%
...V	-	-	-	-	18	23%	1	1%	1	1%	4	5%
Aux...V	-	-	-	-	-	-	2	2,5%	-	-	-	-
V...V	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
V...Y	-	-	-	-	-	-	4	5%	-	-	-	-
X...V	-	-	-	-	-	-	2	2,5%	1	1%	-	-
V...	-	-	-	-	3	4%	-	-	1	1%	1	1%
Y...	1	1%	-	-	7	9%	-	-	-	-	5	6,4%
Total	1	-	-	-	33	-	16	-	10	-	18	-

⁴ As porcentagens referentes a esta tabela também foram obtidas a partir do total de marcadores discursivos:

Tabela 12: Distribuição dos Constituintes-wh x tipos de orações.

(Referente ao Gráfico 16, p. 145)

	Subordinadas	Matriz
Oral	32- 65%	40-78%
escrita	17-35%	11- 22%
Total	49	51

Tabela 13: Termos focalizados nas duas modalidades
(Referente ao Gráfico 17, p. 156)

	Adjunto	Sujeito	Complemento	Total
Oral	2- 8%	15- 60%	8 - 32%	25
Escrita	18- 69,5%	5- 19%	3 - 11,5%	26

Tabela 14: Termos focalizados nos três tipos de texto.
(Referente aos Gráficos 18, 19 e 20, p. 159, 160)⁵

	Adjunto		Sujeito		Complemento		Total	
	Oral	Esc.	Oral	Esc.	Oral	Esc.	Oral	Esc.
EF	-	16-80%	1-50%	1- 5,8%	1-50%	3-17,6%	2	20
DID	2-14%	2-40%	7-50%	3- 60%	5-36%	-	14	5
D2	-	-	7-77,5%	1-100%	2-22,5%	-	9	1
Total	2	18	13	5	8	3	25	26

⁵ Leitura horizontal

Tabela 15: Distribuição dos adjuntos segundo fronteira sintática.

(Referente ao Gráfico 23, p. 168)⁶

	Oral	Escrita
...X	174 – 15,2%	59 – 12,5%
...V	260 – 23%	115 – 24,5%
X...V	155 – 13,5%	53 – 11,3%
Aux...V	10- 1%	5- 1%
V...V	3 -0,2%	-
V...Y	116 – 10%	35 – 7,5%
Y...Y	-	-
V...	207 – 18%	94 – 20%
Y...	214 – 18,5%	104 – 22,5%
Total	1139	465

⁶ Leitura vertical

Tabela 16- Função dos adjuntos adverbiais segundo fronteira de constituintes

		...X	...V	X...V	Aux...V	V...V	V...Y	V...	Y...
Temp.	E	27-45,5%	32-28%	6-11,5%	-	-	-	15-16%	23-22%
	O	84-48%	51-19,5%	11-7%	1-10%	-	7-6%	34-16,4%	29-13,5%
Loc.	E	10-17%	10-8,5%	3-5,5%	-	-	4-11,4%	13-14%	17-16,3%
	O	35-20%	40-15,5%	5-3,2%	-	-	19-16,3%	30-14,4%	42-19,6%
Conf.	E	-	-	-	-	-	-	1-1%	1-1%
	O	1-0,5%	-	-	-	-	-	-	-
Conc.	E	1-1,7%	-	-	-	-	-	1-1%	1-1%
	O	1-0,5%	-	-	-	-	-	2-1%	7-3%
Comp.	E	-	-	1-2%	-	-	-	3-3%	2-2%
	O	-	-	-	-	-	-	-	3-1,5%
Cons.	E	-	-	-	-	-	-	1-1%	-
	O	-	-	-	-	-	-	-	1-0,5%
Causal	E	-	-	-	-	-	-	16-17%	13-2,5%
	O	-	1-0,5%	-	-	-	-	35-17%	46-21,5%
Cond.	E	4-6,7%	8-7%	-	-	-	-	-	3-3%
	O	18-10,3%	21-8%	-	-	-	-	2-1%	3-1,5%
Asp.	E	4-6,7%	10-8,5%	14-26,5%	-	-	2-5,7%	-	-
	O	10-5,5%	41-15,5%	40-26%	7-70%	1-33,3%	12-10,3%	3-1,4%	1-0,5%
Modal	E	3-5%	2-1,5%	1-2%	-	-	-	-	-
	O	8-4,5%	4-1,5%	5-3,2%	-	-	2-1,7%	2-1%	-
Intens.	E	-	1-1%	-	-	-	4-11,4%	2-2%	-
	O	-	-	-	-	1-33,3%	36-31%	32-15,4%	2-1%
Focal.	E	3-5%	6-5%	1-2%	4-80%	-	10-28,5%	1-1%	-
	O	2-1%	12-4,5%	7-4,5%	-	1-33,3%	11-9,5%	4-2%	1-0,5%
Incl.	E	3-5%	2-1,5%	5-9,5%	1-20%	-	3-8,5%	-	-
	O	2-1%	3-1%	7-4,5%	2-20%	-	19-16,3%	3-1,4%	9-4,2%
Neg.	E	-	35-44%	20-37,5	-	-	-	-	-
	O	-	74-28,5%	75-48,5	-	-	-	-	-
Modo	E	4-6,7%	7-6%	1-2%	-	-	12-34%	30-31,2%	32-30,7%
	O	9-5%	8-3%	1-0,5%	-	-	6-5%	44-21,2%	41-19%
Final.	E	-	-	1-2%	-	-	-	10-10,5%	11-10,5%
	O	-	1-0,5%	-	-	-	-	12-5,8%	25-11,7%
Benef.	E	-	2-1,5%	-	-	-	-	1-1%	-
	O	1-0,5%	4-1,5%	2-1%	-	-	4-3,5%	3-1,4%	4-2%
Total	E	59	115	53	5	-	35	94	104
	O	174	260	155	10	3	116	207	214

Tabela 17: Distribuição dos aspectuais com fronteiras amalgamadas.
(Referente ao Gráfico 25, p. 179)

	Antes de S	Antes de V	Após V	Total
Oral	4- 13,5%	24- 80%	2 - 6,5%	30
Escrita	10- 4,5%	89- 41,5%	16 - 7,5%	214

Tabela 18: Distribuição dos operadores de foco.
(Referente ao Gráfico 27, p. 184)

	...X	...V	X...V	Aux...V	V...V	V...Y	V...	Y...
Esc	6-10%	9-3,5%	6-4%	5-50%	-	17-48,5%	3-3%	-
Oral	4- 2%	15-5,5%	14-9%	2-20%	2-66,5%	66-57%	39-19%	12-5,5%

Tabela 19: Distribuição dos clíticos com fronteiras amalgamadas.

(Referente ao Gráfico 30, p. 188)

	Oral	Escrita
...V	169- 97%	88- 76,5%
V....	5- 3%	27- 23,5%

Tabela 20: Distribuição dos preenchedores sintáticos com e sem movimento.
(Referente ao Gráfico 32, p.191)

	Oral	Escrita
Sem movimento	1261 - 60%	488 - 71,5%
Com movimento	507 - 40%	192 - 39,5%

Tabela 21: Argumentos nulos x argumentos expressos nas duas modalidades.
(Referente ao Gráfico 33, p.193)

	Oral	Escrita
Argumentos expressos	2230- 62%	1357- 38%
Argumentos nulos	1250- 73%	460- 27%

Tabela 22: Preenchimento com termos expressos ou elididos nas duas modalidades
(Referente aos Gráficos 34 e 35, p.194)

	Oral		Escrita	
	Preench.	Não-preench.	Preench.	Não-preench.
S nulo	600- 67%	298 - 33%	212 - 60%	140- 40%
S expresso	964- 80%	236- 20%	298- 50%	302- 50%
Co nulo	240- 58%	171- 42%	56- 58%	41- 42%
Co expresso	331- 33%	669- 77%	233- 37%	391- 63%
C1 nulo	11- 20%	37- 77%	9- 82%	2-18%
C1 expresso	6- 20%	24- 80%	9- 34,5%	17- 65,5%

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNEY, S. *Functional Elements and Licensing*. Mimeo, 1986.
- BELLETTI, A. The Case of Unaccusatives. *Linguistic Inquiry*, 19, 1:1-34, 1988.
- _____. On the anaphoric status of the reciprocal construction in Italian. *The Linguistic Review*, 2:101-138, 1982. (Apud Sportiche 1988)
- BENNIS, H. *Gaps and Dummies*. Dordrecht: Foris, 1986.
- BORER, H. I-Subjects. *Linguistic Inquiry*, 17, 3:375-416, 1986.
- CALLOU, D; MORAES, J.; LEITE, Y.; KATO, M. A.; OLIVEIRA, C.T.; COSTA, H.; ORSINI, M.; RODRIGUES, V. Topicalização e Deslocamento à Esquerda: Sintaxe e Prosódia. In CASTILHO, A. T. de (Org.) *Gramática do Português Falado, vol. III: As Abordagens*. Campinas: Ed. da UNICAMP/FAPESP, p. 315-358, 1993.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *A Língua falada no ensino de português*. SP: Contexto, 1998.
- _____. (Org.) *Gramática do Português Falado, Volume I: A Ordem*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1990.
- _____. *Para o Estudo das Unidades Discursivas no Português Falado – O Problema dos Marcadores*. Texto mimeografado, 1986 (Apud Oliveira e Silva et alii, 1986)

CHOMSKY, N. *O Programa Minimalista*. 1995. Trad. E. P. Raposo. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

_____. Some Notes on Economy of Derivation and Representation, 1991. In: CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Massachusetts: MIT Press, 1995.

_____. A Minimalist Program for Linguistic Theory. 1993. In: CHOMSKY, N. *The Minimalist Program for Linguistic*. Massachusetts: MIT Press, 1995.

_____. *Barriers*. Massachusetts: MIT Press, 1986.

_____. *Lectures on Government and Binding*. Foris: Dordrecht, 1981.

_____. Deep structure, surface structure and semantics interpretation. In D. Steinberg and L. Jakobovits (eds). *Semantics: An Interdisciplinary reader in philosophy, linguistics and psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. (Apud Zubizarreta 1998).

_____. Remarks on Nominalizations. In Jacobs, R. A. e Rosenbaum (eds.) *Readings in English Transformational Grammar*. Massachusetts: Ginn and Company, Waltham, 1970.

CHOMSKY, Noam & LASNIK, Howard. A Teoria dos Princípios e Parâmetros, 1993. In: CHOMSKY, NOAM. *O Programa Minimalista*, 1995. Trad. E. P. Raposo, Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

CINQUE, G. *Adverbs and the Universal Hierarchy of Functional Heads*. Oxford: Oxford University Press, 1997

_____. A Null Theory of Phrase and Compound Stress. *Linguistic Inquiry*, 24:239-298, 1993.

- CYRINO, S. M. Observações sobre a mudança diacrônica no Português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: Roberts, I. & Kato, M. A. (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 163-184, 1993.
- CYRINO, S. M. *Objeto nulo no PB*. UNICAMP: Dissertação de Mestrado, 1990.
- DE CAT, C. The Fine structure of the left periphery revisited: A replay to Rizzi 1997, mimeo, 2000.
- DILLINGER, M. A. A interpretação do objeto indireto. In: *Anais do XXXIX Seminário do GEL*, p. 410-417, Franca: UNIFRAN, 1991.
- DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no Português do Brasil. In Roberts, I. e Kato, M. A. (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 107-128, 1993.
- DUARTE, M.L. *A Construção de Topicalização na Gramática do Português: regência, Ligação e Condições sobre movimento*. Universidade de Lisboa: Tese de Doutorado, 1982.
- EMONDS, J. *A Transformational Approach to English Syntax*. Academic Press:New York, 1976.
- _____. *Root and Structure-preserving Transformations*. MIT: Ph. D dissertation, 1970.
- FERNANDES, Millôr. *Teatro Completo v.1*. Porto Alegre: L&PM, 1994.
- FIENGO, R. & H. LASNIK. Some Issues in the theory of transformation. *LI*, 1, 1976. (apud Kato e Nascimento 1996a).
- FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. *A posição sujeito em Português Brasileiro em frases finitas e infinitivas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

- FRANCHI, C. *Teoria da adjunção – predicação e relações temáticas*. Manuscrito, 1998.
- FUKUI, N. *A Theory of Category Projection and its Applications*. MIT, Ph. D. dissertation, 1986.
- FUKUI, N. & SPEAS, M. Specifiers and Projections. *MIT Working Papers in Linguistics*, 8, p. 128-172, 1987.
- GALVES, C. C. Agreement and Subjects in Brazilian Portuguese. Mimeo, UNICAMP, 1991.
- _____. O enfraquecimento da Concordância no Português Brasileiro. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (Orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 387-408, 1993.
- _____. Pronomes e categorias vazias em Português. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 7, Campinas, 1984.
- GUIMARÃES, E. R. J. Algumas considerações sobre a conjunção embora. In: *Estudos Lingüísticos, Revista das Faculdades Integradas de Uberaba, MG*, 86-94, 1981
- HALLIDAY, M. A. K. *Spoken and Written Language*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- ILARI, R. Sobre os Advérbios Focalizadores. In ILari, R. (Org.) *Gramática do Português Falado, vol. II: Níveis de Análise Lingüística*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992b, p. 193-212.
- _____. *Perspectiva Funcional da Frase Portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992a.
- JACKENDOFF, R. *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge, Mas.: MIT Press, 1972.

JAEGGLI, O. *Topics in Romance Syntax*. Foris, Dordrecht, 1982. (Apud Sportiche 1988)

JOHNSON, K. *On the typology of the V-adverb-NP word order*. ms. University of Wisconsin Madison, 1992. (Apud Koizumi 1993)

_____. Object positions. *Natural Language and Linguistic Theory*, 9. p. 577-636, 1991. (Apud Koizumi 1993)

KATO, M. A. The partial prodrop nature and restricted VS order in Brazilian Portuguese. In: Kato, M. A. & Negrão, E. V (orgs.) *The Null Subject Parameter in Brazilian Portuguese*. Frankfurt: Vervuert-LatinoAmericana. 223-258, 2000.

_____. Strong and weak pronominals in the null subject parameter. *PROBUS*, 11,1:1-37, 1999b.

_____. *A Gramática do português Falado*. In: Colin Marisela e Curco C. (orgs.) **Contribuciones a la Linguística Aplicada en América Latina y Caribe**. Cidade do México: CELE-UNAM/Larousse, 1999a.

_____. Tópicos como Alçamento de Predicados Secundários. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 34:67-76, 1998

_____. Root small clauses in Brazilian Portuguese. Trabalho apresentado em “*Workshop on syntax and semantics*”, 10/1/1998.

_____. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: Roberts, I. e Kato, M. A. (Orgs.) *Português Brasileiro- uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 223-262, 1993.

_____. *No mundo da escrita – uma perspectiva sociolingüística*. SP: Ática, 1986.

_____. "A teoria da adjacência do caso e a posição entre o sujeito e o elemento portador de flexão em português." *Estudos Lingüísticos*, XV (Anais do Seminário do GEL), p. 213-21, 1987.

KATO, M. A.; BRAGA, M. L.; CORRÊA, V.R.; ROSSI, M. A. L.; SIKANSKI, N. As construções-Q no Português Brasileiro Falado: perguntas, clivadas e relativas. In: Koch, I. G. V. (Org.) *Gramática do Português Falado, vol. VI: Desenvolvimentos*. Campinas, Ed. da UNICAMP/FAPESP, p. 303-370, 1996.

KATO, M. A. & NASCIMENTO, M. do. Preenchedores Aspectuais e o fenômeno da flutuação dos quantificadores. In Castilho, A. T. de & Basílio, M. (Orgs.) *Gramática do Português Falado- vol. IV: Estudos Descritivos*, Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, p. 245-272, 1996a.

_____. Adjuntos sintáticos e preenchedores discursivos: uma avaliação comparativa. In KATO, M. A. (Org.) *Gramática do Português Falado, vol. V: Convergências*. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, p. 187-200, 1996b.

_____. A representação da estrutura sentencial do português e a posição dos advérbios aspectuais e quantificadores. *Anais do Encontro Anual da Anpoll*, Porto Alegre, 1992.

KATO, M. A. & RAPOSO, E. European and Brazilian word order: questions, focus and topic constructions. In: Parodi, C.C., Quicoli e M. L. Zubizarreta (orgs.) *Aspects of Romance Linguistics*, Washington: Georgetown U. Press, 1996. Apresentado no XXIV LSRL, Los Angeles, 1994: 267-277. (Apud Kato e Braga et alii 1996)

KATO, M. A., TARALLO, F. L. et alii. Preenchedores Sintáticos nas Fronteiras de Constituintes. In: Castilho, A. T. de (Org.) *Gramática do Português Falado, volume III: As Abordagens*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, p. 235-271, 1993.

- KAYNE, Richard S. *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, Mas.: The MIT Press, 1994
- _____. *French Syntax: The Transformational Cycle*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1975 (Apud Kato e Nascimento 1996a).
- _____. *Connectedness and Binary Branching*. Dordrecht: Foris, 1984.
- KISS, Katalin É. Discourse Configurational Languages-Introduction. In Kiss, K. É (Ed.) *Discourse Configurational Languages*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- KITIGAWA, Y. *Subject in English and Japanese*. University of Massachusetts at Amherst, Ph. D. dissertation, 1986.
- KLEIN, S. A Base analysis of the floating quantifier in French. *Proceedings of the Seventh Annual Meeting of NEELS*. Department of Linguistics and Philosophy, MIT, Cambridge, Massachusetts, 1976. (Apud Sportiche 1988).
- KOCH, Ingedore Villaça. *O Texto e a Construção dos Sentidos*. SP: Contexto, 1998
- KOIZUMI, M. Object Agreement and the Split VP Hypothesis. In Bobaljik, J. D. e Phillips, C. (eds.) *Papers on case and agreement: MIT Working Papers in Linguistics*, vol. 18, p. 99-148, 1993.
- KOOPMAN, H. & SPORTICHE, D. The position of subjects. *Lingua* 85, p. 211-258, 1991.
- _____. *Subjects*. University of California at Los Angeles. Manuscrito, 1987.
- KURODA, S-Y. Whether we agree or not: a comparative syntax of English and Japanese. *Linguisticae Investigationes* 12, p. 1-47, 1988.

- LABOV, W. e VALESKY, J. Narrative analysis. In Helm, J. (eds.) *Essays on the verbal and visual arts*. Seattle: University of Texas Press, 1967, pp. 12-44. (Apud Kato, Tarallo et alii 1993)
- LARA, Tiago Adão. *Caminhos da razão no Ocidente: a filosofia nas suas origens gregas*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- LARSON, R. K. On the Double Object Constructions. *Linguistic Inquiry*, 19, 1, p. 335-391, 1988.
- LEITE, Y. F.; CALLOU, D.; MORAES, J.; KATO, M. A.; ORSINI, M.; RODRIGUES, V. e COSTA, E. . Tópicos e adjuntos. In: CASTILHO, A. T. de & BASÍLIO, M. (Orgs.) *Gramática do Português falado- vol. IV: Estudos Descritivos*. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, p. 321-340, 1996.
- LEMLE, Miriam. A Noção de adjunto rediscutida. s.d., mimeo.
- LEBEAUX, D. S. *Language Acquisition and the Form of the Grammar*. Tese de Doutorado, 1988.
- LOBATO, L. Os verbos auxiliares em Português contemporâneo - critérios de auxiliaridade. *Análises Lingüísticas*, Petrópolis: Vozes, 1975. (Apud Moino 1996)..
- LYONS, John. *Introdução à Lingüística Teórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- MARCUSCHI, L. A. Oralidade e Escrita. *Signotica*, 9:119-145, 1997.
- _____. *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática, 1986.
- MARTINS, A. M. *Clíticos na História do Português*. Universidade de Lisboa: Tese de doutoramento, 1994.

- MATEUS M. H. et alii. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1993.
- MIOTO, C. *Negação sentencial no Português brasileiro e a teoria da gramática*. UNICAMP: Tese de Doutorado, 1991.
- MOINO, R. Preenchimento das fronteiras V...V. In: Castilho, A. T & Basílio, M. (orgs.) *Gramática do Português Falado, volume IV: Estudos Descritivos*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, p. 219-244, 1996.
- OLIVEIRA e OLIVEIRA, I. *Aquisição do português brasileiro como língua estrangeira: o movimento do verbo*. UNICAMP: Dissertação de Mestrado, 1999.
- OLIVEIRA E SILVA, G. M., TARALLO, F., BRAGA, M. L. Preenchimentos discursivos em fronteiras sintáticas. In Castilho, A. T. de & Basílio, M. (Orgs.) *Gramática do Português Falado, volume IV: Estudos Descritivos*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, p. 193-218, 1996.
- PAGOTTO, E. *A posição dos clíticos no português do Brasil: um estudo diacrônico*. UNICAMP: Dissertação de mestrado, 1992.
- PERINI, M. A. *A Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ed. Ática, 1995.
- _____. *Sintaxe Portuguesa*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.
- PESETSKY, D. *Paths and Categories*. MIT: Tese de Doutorado, 1982. (Apud Chomsky & Lasnik 1993).
- _____. *Language – Particular Processes and the Earliness Principle*. Ms. MIT, 1989. (Apud Koizumi 1993).
- POLLOCK, Jean-Yves. Verb Movement, Universal Grammar and the Structure of IP. *Linguistic Inquiry*, 20:3, 365-424, 1989.
- PONTES, Eunice. *O Tópico no Português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.

- _____. Da importância do tópico em Português. *Anais do V Encontro Nacional de Linguística*, Rio de Janeiro, 1981.
- PRETI, Dino & URBANO, Huidinilson. (orgs.) *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo.- vol. III- Entrevistas*. SP: T. A. Queiroz, Editor/FAPESP, 1988.
- RAPOSO, Eduardo Paiva. Towards a Unification of Topic Constructions. Mimeo, 1996
- _____. *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.
- _____. Romance Inversion, the Minimalist Conditions, and the ECP. *NEELS*, 18:2, 357-374, 1988.
- RADFORD, ANDREW. *Syntactic Theory and the Structure of English- A minimalist approach*. Cambridge, Cambridge University Press, 1997.
- REINHART, T. *Interface Strategies*. Ms., OTS: Universiteit Utrecht, 1995 (Apud Zubizarreta 1998).
- RIZZI, Luigi. *The Fine Structure of the Left Periphery*. Mimeo, 1995
- ROTHSTEIN, S. D. *The Syntactic Forms of Predication*. MIT, Ph. D. dissertation, 1983.
- ROUVERET, A. & VERGNAUD, J-R. Specifying reference to the subjects: French causatives and Conditions on Representations. *Linguistic Inquiry* 11, p. 97-202, 1980.
- RUBIÃO, Murilo. *A Casa do Girassol Vermelho*. SP: Ática, 1988.
- SCHIFFRIN, D. *Discourse Markers*. New York: Cambridge University Press, 1987 (Apud Oliveira e Silva et al., 1996)

- SPORTICHE, Dominique. A Theory of Floating Quantifiers and Its Corollaries for Constituent Structure. *Linguistic Inquiry*, 19, 1:425-449, 1988
- STOWELL, Timothy. *Origins of Phrase Structure*. MIT: Tese de Doutorado, 1981.
- TARALLO, F. L. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: Roberts, I. & Kato, M. A. (orgs.) *Português Brasileiro- uma viagem diacrônica*. SP, Campinas: Editora da UNICAMP, p. 69-105, 1993.
- TARALLO, F. L. The filling of the gap:Pro-drop rules in Brazilian Portuguese. In L. D. King & C. A. Maley (eds.), *Selected Papers from the XIIIth Linguistic Symposium on Romance Languages*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Co., p. 354-375, 1985. (Apud Tarallo 1993).
- TARALLO F. L. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Un. of Pennsylvania, Ph. D. dissertation, 1983.
- TARALLO, F. L. e KATO, M. A. Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-lingüísticas. *Preedição*, 5,41 p., 1989
- _____. Filling syntactic boundaries in spoken Brazilian Portuguese. *Language and Variation*, 5, p. 91-112, 1993.
- TARALLO, F. L, KATO, M. A et alii. Preenchimentos em Fronteiras de Constituintes. In: Ilari, Rodolfo. (org.) *Gramática do Português Falado, Volume II: Níveis de Análise Lingüística*. Campinas: Ed. da UNICAMP, p. 315-353, 1992.
- _____. Rupturas na Ordem de Adjacência Canônica no Português Falado. 1989, In: Castilho, A. T. (org.) *Gramática do Português Falado, Volume I: A Ordem*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, p. 31-62, 1990.

- TORRES E MORAIS, M. A. C. R. Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e caso nominativo no Português do Brasil. . In: Roberts, Ian & Kato, M. A. (orgs.) *Português Brasileiro- uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- URBANO, H. Apresentação. In Preti, D. e Urbano, H. (orgs.) *A Linguagem falada culta na cidade de São Paulo, vol. III-Entrevistas*. São Paulo, T. A. Queiroz, Editor/FAPESP, 1988.
- VERGNAUD, J-R. Formal properties of phonological rules. In: Butts and J. Hintikka (eds.), *Basic problems in Methodology and Linguistics*, Reidel, Dordrecht, 1977. (Apud Stowell 1981).
- WHEELER, D. Portuguese Pseudo Clefts: Evidence for free relatives. *Eighteenth Regional Meeting Chicago Linguistic Society*. p. 507-520, 1982. (Apud Kato e Braga 1996)
- ZUBIZARRETA, M. L. *Prosody, Focus and Word Order*. Cambridge, Mas.: MIT Press. 1998.
- _____. *Some prosodically motivated syntatic operations*. Ms. USC, 1993 (Apud Kato, Braga et alii 1996)
- _____. *On the Relationship of the Lexicon to Syntax*. MIT, Ph. D. dissertation, 1982.